



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA
ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

JOÃO PAULO PINTO DO CARMO

UM LUGAR CHAMADO QUILOMBO:
CATIVEIRO E LIBERDADE EM UM ENGENHO DO RECÔNCAVO BAIANO (1870-1930)

CACHOEIRA - BA
2016

JOÃO PAULO PINTO DO CARMO

UM LUGAR CHAMADO QUILOMBO:
CATIVEIRO E LIBERDADE EM UM ENGENHO DO RECÔNCAVO BAIANO (1870-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação:
Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora
e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Walter
Fraga e co-orientação da Profa. Dra. Rosy de Oliveira,
como requisito para obtenção do grau de Mestre em
História.

Orientador (a): Prof. Dr. Walter Fraga

Co-orientador (a): Profa. Dra. Rosy de Oliveira

CACHOEIRA - BA
2016

C2871

Carmo, João Paulo Pinto do.

Um lugar chamado quilombo: cativo e liberdade em um engenho do Recôncavo Baiano (1870-1930) / João Paulo Pinto do Carmo, 2016.

F. 122.

Orientador (a): Dr. Walter Fraga.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora, e dos Povos Indígenas, Cachoeira- Bahia, 2016.

Referências f.115 – 122.

1. Quilombo – História – Memória. 2. Engenho Sinunga – Recôncavo Baiano. 3. Pós-abolição. I. Fraga, Walter. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora, e dos Povos Indígenas. III. T.

CDD: 981.04

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção- Bibliotecária – CRB 5/1890

JOÃO PAULO PINTO DO CARMO

UM LUGAR CHAMADO QUILOMBO:
CATIVEIRO E LIBERDADE EM UM ENGENHO DO RECÔNCAVO BAIANO (1870-1930)

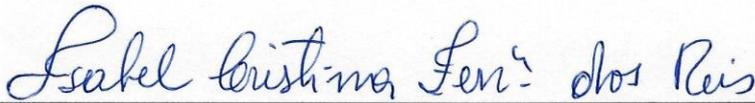
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Walter Fraga e co-orientação da Profa. Dra. Rosy de Oliveira, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 03 de novembro de 2016.

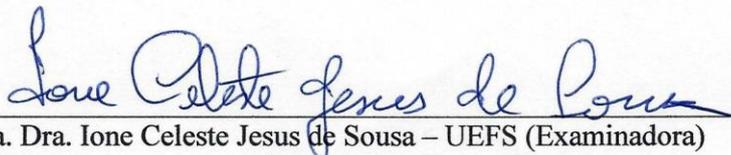
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho – UFRB (Orientador)



Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis – UFRB (Examinadora)



Profa. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa – UEFS (Examinadora)

Aos meus pais, Hermínio (*in memoriam*) e Norilda,
dedico.

AGRADECIMENTOS

Antes era simplesmente um projeto com um amontoado de informações sobre o por que, para quê e como acompanhar a trajetória de uma comunidade formada por escravizados e libertos do Engenho Sinunga. Após dois anos de atividades e muitos percalços, as histórias e memórias da escravidão e da liberdade daquela propriedade começaram a despontar. Nos escombros da casa grande, senzalas e demais construções foi possível identificar vestígios de tempos passados. Para os mais velhos, o engenho ficou “mal-assombrado”. As “visagens” e seus emblemas estão presentes nas narrativas contadas por esses moradores.

É sabido que ninguém é capaz de produzir uma dissertação sozinho. As dificuldades, de variadas maneiras, provocam desânimos e incertezas, mas também desafiam o pesquisador iniciante nas trilhas da história. Para embarcar nessa viagem, a rigor, são necessárias algumas bagagens comuns: imaginação, paciência, tempo e persistência. Como não sou exceção e tampouco autossuficiente, segue aqui meus agradecimentos às pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para que este texto emergisse.

Agradeço a Deus e a todos os santos pela companhia em todas as etapas, sobretudo por não ter permitido a minha desistência no meio da caminhada.

À Norilda (Nore), minha mãe, devo, entre tantas coisas, a persistência. Mulher batalhadora, não tem medo de enxada, pulso firme, pensadora, profunda conhecedora dos solos onde planta e colhe o sustento familiar. Por conta das especificidades de sua geração, ela não teve a oportunidade de estudar. Mas, ainda sim, uma grande educadora! Quando, por algum ou nenhum motivo o autor dessas linhas recusa ir à escola, Dona Nore questionava: “já é professor”? Talvez, por ironia do destino ou por direcionamento, trilhei os caminhos da Licenciatura em História.

Ao meu pai, Hermínio (*in memoriam*), sou eternamente grato por ter me ensinado as leis que regem o trabalho no campo – inscritas no cotidiano e cotidianamente. Foi com ele que aprendi a arte/engenharia do “fazer covas” para os plantios de inhame, mandioca, batata doce, amendoim, etc. O velho Hermínio usava um facão de 22 polegadas preso à cintura e na cabeça um chapéu de palha – se referia ao passado como “antigamente” e ao futuro como “amanhã depois”. Costumava dizer que era necessário trabalhar para ser alguém “amanhã depois”. Sua morte ocorreu em 12 de março de 2001, numa segunda feira, em nossa casa, no Quilombo.

Ao meu irmão e às minhas irmãs: Antônio Marcos, (Marquinho), Miralene (Fofa), Núbia (Nunui) e Andréia (Dea), agradeço pelo apoio, colaboração e por várias vezes terem

cumprido os meus afazeres enquanto escrevia um texto ou completava a leitura de algum exemplar. Sempre atentos às informações sobre o passado comunitário que circulavam nas casas de farinha, reuniões, conversas no dia a dia, festas, etc. Nesse sentido, vocês também pesquisaram, analisaram e escreveram estas e outras histórias.

À madrinha Luzia Cavalcante (Tia Luzia), peço-lhe à benção e reconheço o quão seu amor por esta família é merecedor de nota. Jamais esqueci da motivação que senhora me proporcionou após o falecimento do meu pai. Com 13 anos de idade e pouco discernimento a respeito da vida, imaginava que deveria assumir o lugar do meu pai e realizar todas tarefas possíveis.

Ao primo Fernando e família. Não tenho palavras para dimensionar o tamanho da minha dívida para com a sua pessoa. Pai gostava muito de você, de verdade. Primeiro, pela educação; segundo, pelo respeito; e terceiro pela sabedoria.

À família Pinto, especialmente a Vando (Vandeco), irmão da minha mãe, agradeço pelas caronas e conversas sobre a sociedade.

À Mércia (Mel), não poderia esquecer dos cuidados e da maneira pela qual me incluiu em sua vida. Agradecer é muito pouco. Diria que tens um lugar mais que especial em minha vida.

À Ana Lúcia, por tudo. A nossa amizade independe de nós, ela existe, coexiste e continuará nos desafiando. A conquista deste grau não seria possível sem a sua existência, persistência e resistência.

Ao Quilombo, comunidade lócus desta pesquisa e meu lugar de moradia, e aos/as quilombolas, obrigado! Certamente, não foi fácil suportar as minhas infinitas inquietações, angústias e sucessivas tentativas de provocar, sobretudo nos mais velhos, a rememoração dos tempos de antigamente. Nesse diálogo entre morador/pesquisador e comunidade, emergiram nomes de pessoas, seus feitos e significados. Desde cedo, aprendi que não deveria fazer indagações sobre a vida alheia. Assim, em resposta ao curioso e desavisado que, por ventura, deseje saber para onde determinado indivíduo está indo, respondo-lhe: – “vou à casa de Maroto”! O desavisado, por curiosidade, insiste: – “quem é Maroto”? O interlocutor, sabiamente, responde: – “é aquele que indaga a vida dos outros”! Em vários momentos assumi o lugar de “Maroto”, de indagador, e mantive a curiosidade.

Às entrevistadas e aos entrevistados, quero dizer que as senhoras e os senhores tornaram esta pesquisa viável, pois, sem suas histórias, sugestões e emoções não haveria sentido escrever sobre nós mesmos. Sra. Nair (*in memoriam*); Sra. Margarida (*in memoriam*); Sr. Catarino (Seu Catu); Sra. Militana (*in memoriam*); Sr. Antônio Barros; Sra. Crisantina; Sra.

Maria Lúcia (Dona Fia); Sra. Leonilda (Dona Lindu); Sra. Jovina (Dona Jovina); e Sra. Sabina (*in memoriam*).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo financiamento da pesquisa, possibilitando à aquisição de materiais e custeio de deslocamentos. Sem esse apoio, este trabalho certamente não lograria êxito.

À Dona Eliana Cardoso, Oficial do Registro Civil do Outeiro Redondo. A Ismael, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis; a André, Oficial do Registro Civil; a Daomê, Tabelião; e aos demais servidores do Fórum de São Félix. A Hélio e Sandra, especialmente, sou grato pela compreensão nas vezes em que precisei ir até as repartições dessa instituição.

Aos amigos (as) e professores da Escola Dr. Júlio Ramos de Almeida, Colégio Estadual Duque de Caxias e do Anexo ao Colégio Estadual Rômulo Galvão. Tempos de infância, adolescência, juventude e muito mais: saudade! No Anexo tive a felicidade de ter sido aluno de Ioná Maia, Vilma Sena, Ana Mércia, Disney, Hildemário (*in memoriam*), Cacau Nascimento, Márcio e mais pensadores. No cotidiano escolar, convivi com vários amigos e amigas: Paulo, André, Antônio, Leandro, Geovando, Nilton, Mirian, Eliete, Sandra, Ane e mais pessoas.

À Dona Adelmira (Profa. Dedeu), pensadora, instigadora. Jamais esquecerei da sua ajuda e incentivo, lembro do dia em que a senhora me disse algo especial e caro. Mais ou menos o seguinte: rapaz, você é jovem, não desista dos estudos.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), uma jovem senhora muito bonita e sábia – viverá eternamente e continuará procriando novos filhos.

Aos PPQs da Residência Ademir Fernando (antiga Peixes do Paraguaçu), valeu pelo acolhimento e ensinamentos. Os anos que passei e convivi nessa casa de estudante foram proveitosos e serviram de laboratório para refletir sobre sociedade, política, educação, respeito e muito mais. Geferson Santana, Renato, Sérgio Augusto, Ademir Rildon, Gilson, Samyr, Arnaldo, Eduardo, Cláudia, Menderson, Adriana, Maria, Elaine, Edna, Daniela, Janaína e demais estudantes marcaram a minha trajetória de vida!

À Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), por ter possibilitado a minha permanência na Graduação

Aos amigos e amigas da Graduação e colegas de campus: Ana Paula, Jôsy Barcellos, Adalton Passos, Cleber Lemos, Noélia Limeira e demais colegas.

Às amigas Fabiana Dias, Aline Sampaio, Claudisia Pereira, Núbia, Poliana; e aos amigos Elias Santos, Raudiney dos Anjos, Cláudio Márcio e Fábio Reis, obrigado pela companhia e por ter compartilhado momentos de alegria e de dificuldade! Vocês são verdadeiros irmãos e irmãs que ganhei nesse percurso.

Ao orientador, Prof. Dr. Walter Fraga, o cara! Grande historiador, paciente, atento aos detalhes – mestre da microanálise. Nesses últimos anos, tive a oportunidade de aprender com ele as variadas técnicas de leitura de fonte, cruzamento de dados e como conversar com os personagens cujos nomes encontram-se inscritos em assentos de óbitos, nascimentos, batizados, casamentos, etc. Nos arquivos, entre uma novidade e outra, conversávamos sobre o ofício de historiador, estratégias e contra estratégias dos indivíduos no tempo/espaço.

À co-orientadora, Profa. Dra. Rosy de Oliveira, também sou grato pelas colaborações e sugestões durante a pesquisa. Sua vivência em estudos sobre o povo de cor foi fundamental no momento de reajustar o projeto e na finalização deste. Antropóloga conhecedora da historiografia da escravidão e do pós-abolição, Profa. Rosy nos ajudou nos mais diversos aspectos desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, bem como ao seu corpo docente, especialmente ao Prof. Dr. Antônio Liberac, Prof. Ms. Juvenal de Carvalho, Prof. Dr. Leandro Almeida, Prof. Dr. Fabrício Lyrio, Profa. Dra. Rita Dias e Prof. Dr. Cláudio Orlando.

À primeira turma, a pioneira! Ao irmão Flávio Márcio (Flavinho), pelas poesias, palavras e motivações na hora certa. Sou seu fã, realmente te considero um grande irmão/companheiro. À amiga/companheira de estudos, Railma Souza, pelos constantes encontros e desencontros. Ao longo do curso, partilhamos momentos alegres e tristes, fontes e bibliografias, ideias e sonhos. À Eliane Boa Morte, sempre atenta às minhas escapadas e estratégias. À Agla Lessa e Sueli pelas brincadeiras pós-aulas. A Fábio Pereira, por ter dividido as leituras, dificuldades e projetos de vida. A Andersen, pela determinação e dedicação.

Às Examinadoras, Profa. Dra. Isabel Reis, Profa. Dra. Carmélia Miranda, e Profa. Dra. Ione Celeste que, gentilmente, aceitaram o convite para compor a Banca de Avaliação. A leitura atenta da versão anterior, realizada por estas Historiadoras, delimitaram a conclusão deste estudo. Portanto, registro aqui meus agradecimentos e espero ter atendido às expectativas.

Por último, sou grato ao meu sobrinho/filho, Disraely Frederico (Lico), 5 anos de idade e de muitas vivências. As provocações feitas por este quilombolinha, ao longo da pesquisa e escrita, contribuíram para que a presente dissertação emergisse dos escombros da história. Muito obrigado, Lico!

[...]. A escravidão foi muito mais que um sistema econômico; ela moldou condutas, definiu hierarquias sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. Em todos os locais onde existiu, seu final foi marcado por tensões sociais agudas, desentranhando antigas demandas e, ao mesmo tempo, forjando novos significados e expectativas de liberdade. [...].

Walter Fraga*

* Livro: *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006, p. 26 e 27.

RESUMO

Acompanhar trajetórias de escravizados, libertos e familiares no Engenho Sinunga, Recôncavo Baiano, entre os últimos anos da escravidão e as primeiras décadas que sucederam a abolição, foi o objetivo central deste estudo. Analisamos de que maneira a comunidade que habitava às senzalas daquela propriedade se desdobrou em outras formações comunitárias ao longo do tempo, sobretudo o Quilombo, lugar constituído naquelas imediações. Para identificar personagens e marcas desse contexto histórico, utilizou-se fontes históricas diversas – desde registros civis e eclesiásticos, livros de notas de compra e venda, jornais, ações judiciais, às histórias e memórias narradas pelos moradores dessa localidade e das povoações circunvizinhas. Através do cruzamento dessa documentação, vê-se como os significados do cativo e da liberdade repercutiram nas trajetórias de vida dos ex-cativos e descendentes no pós-abolição. O presente trabalho possibilita, ainda, tanto o acesso aos itinerários individuais e grupais de pessoas que emergiram da escravidão como permite refletir sobre os desdobramentos do fim do escravismo em um engenho dessa região.

PALAVRAS-CHAVE: Engenho Sinunga; Pós-abolição; Quilombo.

ABSTRACT

The primary goal of this study was to follow the path of freed enslaved people and their family at the Engenho Sinunga – Recôncavo Baiano, from the last years of slavery to the first decades after the abolition of slavery. The way the community inside the senzala and slave quarters of the Engenho Sinunga became other communitarian formations over time, especially the Quilombo – space constituted in those surroundings has been analyzed. To identify characters and marks of this historical context, historical sources such as civil and ecclesiastical records, books of purchase and sale notes, newspapers, lawsuits, to the stories and memoirs narrated by the residents of that locality and the surrounding settlements has been used. Through this documentation, we see how the meanings of captivity and freedom reverberated in the life trajectories of ex-captives and descendants in post-abolition. The present work also allows both the access to the individual and group itineraries of people who emerged from slavery as it allows to reflect on the consequences of the end of slavery in an engenho of that region.

KEYWORDS: Engenho Sinunga; Post-abolition; Quilombo.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição da população escravizada no município da Cachoeira, 1872.....	57
TABELA 2 – Nacionalidade da população cativa residente em Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas, 1872.....	60
TABELA 3 – Estado civil da população cativa residente em Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas, 1872.....	60
TABELA 4 – Distribuição dos escravizados no Engenho Sinunga, 1873.....	66
TABELA 5 – Cor das mães e ingênuos, 1872-1883.....	108

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 - Descendentes de Tito de Queiroz e Romana Maria do Desterro.....	45
FIGURA 2 - Descendentes de Cleto Neves da Silva e Luzia Maria da Silva.....	48
FIGURA 3 - Descendentes de “Santiago” e “Marcolina”.....	52
FIGURA 4 - Descendentes de Fernando José de Queiroz e Inácia Maria da Costa Queiroz.....	63
FIGURA 5 - Intervenção do Cônego Joaquim de Santa Ana Barroso (1877).....	75
FIGURA 6 - Intervenção do Juiz de Paz Querobino Batista de Magalhães (1877).....	76
FIGURA 7 - Nota sobre o desfecho da penhora no Engenho Sinunga, 1886.....	79
FIGURA 8 - Família composta pelo liberto Carlos de Barros Lordello e pela escravizada Plácida Maria de Barros Lordello.....	96
FIGURA 9 - Família de Benedita, escravizada pertencente ao Engenho Sinunga.....	101
FIGURA 10 - Rede de compadrio de Petronília, cativa da fazenda Coqueirinho.....	104

FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Parte da estrutura de barramento.....	30
--	----

FOTOGRAFIA 2 - Tacho localizado nas imediações da comunidade.....	30
FOTOGRAFIA 3 - Pilastras da casa de moagem.....	31
FOTOGRAFIA 4 - Vestígios de construções.....	31
FOTOGRAFIA 5 – Parede da casa de moagem.....	32
FOTOGRAFIA 6 - Estrutura de acomodação da roda d'água.....	32
FOTOGRAFIA 7 - Cotidiano da casa de farinha.....	38
FOTOGRAFIA 8 – Residência de família de lavradores.....	39
FOTOGRAFIA 9 - Lavradora na roça de inhame e outros plantios.....	39
FOTOGRAFIA 10 – Lavrador colhendo inhame.....	40

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição dos ingênuos por propriedade, 1872-1883.....	94
GRÁFICO 2 – Condição jurídica/social dos padrinhos e madrinhas dos ingênuos, 1872-1883.....	100

MAPAS

MAPA 1 – Localização da comunidade do Quilombo na atualidade.....	18
MAPA 2 - Localização do rio Sinunga no período colonial.....	19

MAPA 3 - Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX.....	56
--	----

QUADROS

QUADRO 1 – Cativos arrolados no Engenho Sinunga, 1873.....	64
--	----

QUADRO 2 – Engenho Sinunga: relação de cativos submetidos à penhora, 1877.....	71
--	----

QUADRO 3 – Compadrio e formação familiar, 1872-1883.....	90
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ACMS – Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador

AFSF – Arquivo do Fórum de São Félix

APMSF – Arquivo Público Municipal de São Félix

ARC – Arquivo Regional da Cachoeira

CRCOR – Cartório de Registro Civil do Outeiro Redondo

CRISF – Cartório de Registro de Imóveis de São Félix

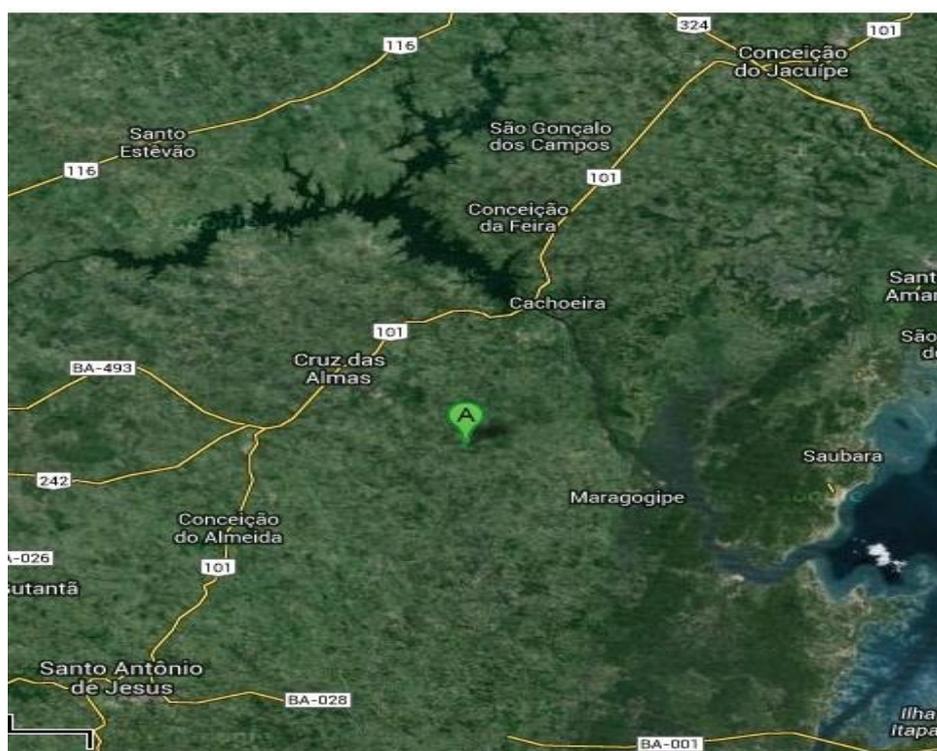
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 QUILOMBO: histórias e memórias de uma comunidade negra.....	28
1.1 Quilombo: histórias e significados.....	33
1.2 Vale do Sinunga.....	37
1.3 Itinerários de libertos e familiares.....	42
1.4 Trajetória de uma família negra.....	50
2 ENGENHO SINUNGA: uma propriedade escravista do Recôncavo baiano.....	55
2.1 A freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro no município da Cachoeira.....	55
2.2 O Engenho Sinunga, década de 1870.....	61
2.3 A família Queiroz na batalha pela propriedade	69
3 COMUNIDADE DE SENZALA: compadrio e formação familiar nos últimos anos da escravidão.....	82
3.1 Propriedade e vida familiar.....	89
3.2 Padrinhos e madrinhas – compadres e comadres.....	99
3.3 Outros aspectos do compadrio.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
FONTES	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

Quilombo é o nome de uma comunidade negra situada no distrito do Outeiro Redondo, município de São Félix, Recôncavo Baiano. Boa parte dos moradores desse povoado descende de ex-cativos do Engenho Sinunga¹. Nas últimas décadas da escravidão, a propriedade fazia fronteira com a fazenda Coqueirinho e demais localidades existentes naquelas imediações. Por volta de 1890, a freguesia do Senhor Deus Menino de São Félix, centro urbano localizado na margem direita do rio Paraguaçu, emancipou-se do município da Cachoeira e anexou a antiga paróquia de Nossa Senhora do Desterro ao seu território². Com aquele movimento de redefinição geográfica, as povoações desse distrito rural passaram a fazer parte da nova comarca.

Mapa 1 - Localização da comunidade do Quilombo na atualidade



Fonte: Google Maps <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

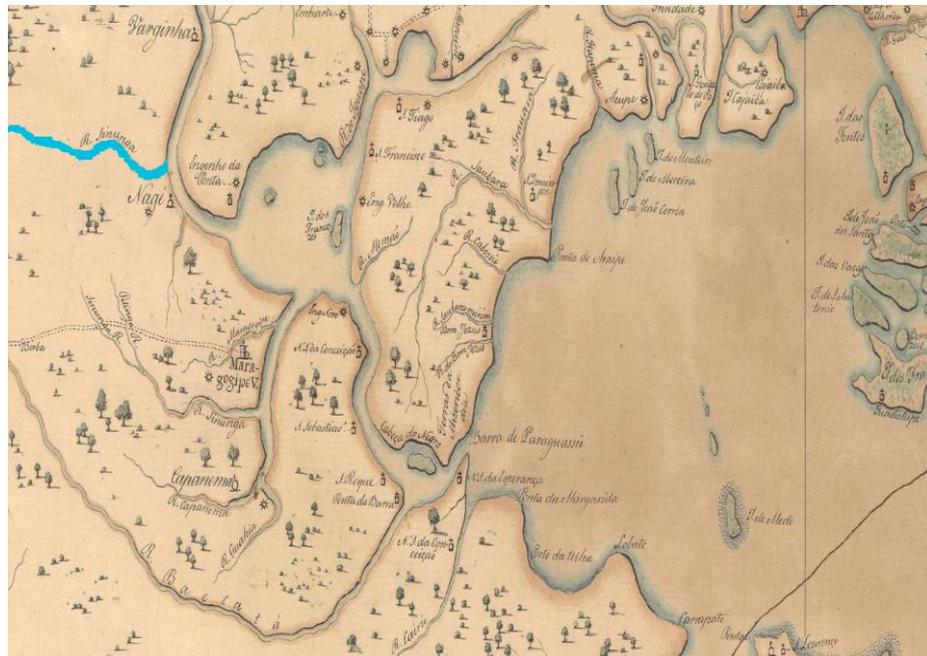
¹ O engenho pertencia ao capitão Fernando José de Queiroz, o qual faleceu em março de 1873. Na documentação, o sobrenome desse senhor e, por consequência, de seus familiares é grafado de duas maneiras particulares: “Queiroz” e “Queirós”. Opta-se, aqui, pela primeira grafia, pois seu uso foi mais difundido nos documentos oficiais consultados. Daqui em diante, a referência à parentela desse proprietário será da seguinte maneira: “família Queiroz” ou “Queiroz”.

² Com essa nova divisão, Outeiro Redondo, Muritiba, Cabeças (atual Governador Mangabeira), Cruz das Almas e Conceição do Sapé passaram a fazer parte dessa nova Comarca do Estado da Bahia.

A permanência de libertos e familiares no Engenho Sinunga, após 1888, pode ser constatada tanto a partir das narrativas orais como através das fontes cartoriais. Inclusive, pode ter sido nesse momento que o Quilombo emergiu como espaço de moradia de ex-escravizados. Na contemporaneidade, a vizinhança dessa comunidade é formada por várias localidades, entre estas, Coqueirinho e Jenipapo remontam às senzalas da antiga fazenda Coqueirinho e do engenho de Fernando José de Queiroz. Os laços de parentescos, de amizades e afetividades interligam as pessoas que vivem nesses lugares.

A comunidade do Quilombo se constituiu no entorno das casas do engenho. A cerca de 200 metros desse local é possível encontrar os afluentes do rio também denominado Sinunga. A nascente do rio situa-se numa zona de fronteira entre os municípios de São Félix, Maragogipe e São Felipe. O rio Sinunga, com suas voltas e reviravoltas, deságua no Paraguaçu, mas até cumprir esse itinerário adentra outras localidades e serve de foz para vários riachos, formando um grande vale. A distância entre a nascente e a foz desse rio estima-se em 30 km, percurso equivalente ao deslocamento que os habitantes do Quilombo fazem até a sede do próprio município.

Mapa 2 - Localização do rio Sinunga no período colonial



Fonte: Biblioteca Digital Mundial³.

³ Esta cartografia está disponível em formato digital <<https://www.wdl.org/pt/item/909/view/1/1/>>. Acesso em: 2 de maio de 2014.

No pós-cativeiro se evidencia uma diversidade de povoados que se formaram ao longo das margens desse rio. Rendeiros e posseiros conviviam e conflitavam-se naquelas terras. Os motivos que concorreram para o esvaziamento dessas localidades, em meados do século XX, ainda permanecem pouco conhecidos. As tradições orais informaram que àquelas comunidades sobreviviam de pequenos plantios de fumo, café, mandioca, inhame e batata nos terrenos mais altos; nas áreas mais íngremes e próximas aos córregos predominavam os cultivos de arroz, feijão, quiabo, jiló, repolho e outros gêneros alimentícios⁴.

Ao lado dessas culturas agrícolas, a pesca e a extração do azeite de dendê eram elementos essenciais para a manutenção da dieta e sobrevivência familiar. Pode-se afirmar que a farinha e o azeite de dendê achavam-se presente no cotidiano das pessoas, nas rimas e nos versos das cantigas de rodas comunitárias. Nesse sentido, esses produtos coexistiam e ao mesmo tempo se complementavam nas mais diversas receitas levadas ao fogão à lenha em panelas e tachos de barro. O azeite de dendê era essencial na preparação das caças e pescas, pois combinava cor e sabor. A farinha de mandioca era consumida e comercializada pelos moradores do vale e vendida nas feiras dos centros urbanos locais, com destaque para Maragogipe, Cachoeira e São Félix⁵.

Pensando nessas questões, a presente dissertação tem o propósito de estudar as histórias e itinerários de escravizados e libertos que viveram no Engenho Sinunga, entre os últimos anos da escravidão e as décadas subsequentes à abolição. Busca-se compreender de que maneira o engenho e demais propriedades daquela imediação deram origem às comunidades surgidas antes e depois da abolição. Questiona-se, em que medida a constituição de povoados negros nos arredores daquela fábrica de açúcar demarcou a presença anterior do cativeiro, bem como a permanência de libertos e familiares após a derrocada da escravidão.

Este estudo tem o objetivo de acompanhar os homens, mulheres e crianças de cor que viveram sob o jugo do cativeiro nessa propriedade e reencontrá-los no pós-abolição.

⁴ Sra. Maria Lúcia dos Santos, “mais de 90 anos”, moradora da comunidade do Jenipapo. Depoimento concedido em 30 de março de 2012. Essa senhora detalhou que, na companhia de sua mãe, plantava inhame, cebola e cafeeiro no sítio onde moravam, próximo ao rio Sinunga. Sobre tradição oral, ver BÂ, Amadou Hampâté. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. 2ª.ed., rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212; CRUIKSHANK, Julie. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 149-64; RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Lugão e Mattos resgataram as experiências da escravidão e da liberdade nos depoimentos concedidos pelos descendentes de ex-cativos das antigas áreas cafeeiras do Sudeste – o livro é um amplo exercício de história oral.

⁵ A despeito da cultura e do consumo de farinha de mandioca no Recôncavo, cf. BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Os capítulos 2 e 3 desta obra analisam o mercado da farinha e suas dinâmicas, bem como o perfil dessa lavoura na região.

Pensando nisso, analisei a composição da comunidade de senzala⁶ e suas relações estabelecidas para além dos limites territoriais do engenho. Procurei, assim, transitar pela fazenda Coqueirinho e seguir até às terras da família Barros Lordello, cerca de 4 Km da comunidade do Quilombo. Constatei que cativos e libertos dessas localidades estavam ligados ao Engenho Sinunga através das redes familiares e das amizades formadas nos tempos do cativo⁷.

Antes de adentrar nas histórias de vida e memórias aqui contadas, o leitor ou leitora será informado/a quanto aos procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho. Diante das dificuldades, no que diz respeito à identificação dos escravizados, libertos e parentelas, busquei recuperar os muitos fragmentos das trajetórias desses personagens através das “ligações nominativas”⁸. Para isso, cruzei fontes variadas: tradições orais preservadas pelos moradores do Quilombo e áreas circunvizinhas, assentos de óbitos, nascimentos, batismos, casamentos, bem como os livros de notas de escrituras públicas de compra e venda, periódicos e ações judiciais. Por meio da “microanálise”⁹ dos vestígios capturados nessa documentação, analiso o cenário das últimas décadas da escravidão e os caminhos e descaminhos do pós-abolição nesse contexto geográfico.

Os documentos produzidos no calor dos acontecimentos nem sempre possibilitam acesso às informações de maneira satisfatória. Por isso, se estudada de forma isolada, as fontes históricas dificilmente permitem ao pesquisador montar as peças que compõem o

⁶ Cf. GOMES, Flávio. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 52-78.

⁷ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 330-31. Do mesmo autor ver: *Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia*. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2001, p. 263-292; GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁸ Procedimento metodológico, o qual o historiador Robert Slenes classifica de “ligação nominativa” entre variadas fontes. Cf. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Esse procedimento de análise tendo o nome como fio condutor foi realizado para o contexto do pós-abolição no Brasil por Robert Slenes em texto publicado anteriormente sobre a história de uma comunidade negra do interior de São Paulo e por Walter Fraga em estudo envolvendo trajetórias de cativos e libertos na Bahia, sobretudo no Recôncavo da Bahia. Ver SLENES, Robert. *Histórias do Cafundó*. In: VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 37-103; e FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006, p. 23-30. No que diz respeito às discussões sobre trajetórias ver, ainda, LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª.ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-82; BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª.ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-91.

⁹ Ver GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 169-78. Ver ainda, do mesmo autor: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

quebra-cabeça das vivências cotidianas dos sujeitos no tempo e espaço. Para acompanhar os percursos de variados atores, necessário se faz reconstituir os laços de sociabilidades que interligavam diferentes pessoas ao longo do tempo.

Vejam, na prática, como os fragmentos de trajetórias de cativos, libertos e ingênuos emergiram no cruzamento de dados denunciando, em certa medida, as experiências vividas por eles no curso da história. Entre tantas recordações do cativo, narradas nessas comunidades, conta-se que, após o “13 de maio”, agrupamentos formados por escravizados e descendentes continuaram residindo nas proximidades do Engenho Sinunga. No Quilombo, lugar constituído nessa geografia, narra-se que um liberto chamado “Juvêncio” morou na vizinhança do engenho. O cruzamento dos nomes e sobrenomes extraídos dessas narrativas com a lista dos escravizados dessa propriedade, realizada no início da década de 1870, demonstrou que o crioulo Juvêncio, 39 anos, era um dos escravizados daquela família proprietária. Ele foi arrolado juntamente com a esposa, Libânia, crioula, 31 anos, e mais quatro filhos, os crioulos Lourenço, 14 anos; Cirilo, 8 anos; Albino, 5 anos; e Honorato, 2 anos de idade¹⁰.

Consultando as folhas dos livros de registro de nascimentos do Outeiro Redondo, vê-se mais indícios sobre Juvêncio e seus familiares. Em 6 de março de 1877, ano no qual o engenho foi hipotecado, o herdeiro José Inácio da Costa Queiroz compareceu ao cartório civil da freguesia para declarar o nascimento de Faustino, preto, “ingênuo”, nascido no dia 27 de fevereiro¹¹. José Inácio informou que a criança era filho de Juvêncio e Libânia. Não sabemos qual foi o destino desse ventre livre. É provável que os proprietários de Libânia tenham optado pela mão de obra do recém-nascido e rejeitado a indenização no valor de 600\$000rs¹².

Folheando os livros de registro de batismos dessa freguesia, contemporâneos aos referidos livros de registro de nascimentos, foi possível apurar mais detalhes sobre a vida familiar de Juvêncio. Em 8 de abril de 1877, com um mês e poucos dias de nascido, Faustino foi batizado por Severo Soares de Queiroz e Maria do Carmo de Jesus¹³. O padrinho,

¹⁰ AFSF. Libelo civil contra os herdeiros de Fernando José de Queiroz, CX: 01, fl. 67.

¹¹ CRCOR. Livro de registro de nascimentos da freguesia do Outeiro Redondo (1877-1883), fl. 22.

¹² Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16 (mar./ago. 1988), p. 54; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2007, p. 258-62; SOUZA, Ione Celeste J. de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870-1900. In: MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 191.

¹³ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 12. Os livros de registro de batismos, matrimônios e óbitos da freguesia de Nossa Senhora do desterro do Outeiro Redondo,

presumivelmente, era egresso da mesma propriedade do compadre, pois uma parte significativa dos libertos ligados à família proprietária do engenho incorporaram o sobrenome dos ex-senhores. O compadrio do ventre livre aponta para as relações de sociabilidade entre o engenho e as propriedades situadas nas suas imediações.

O liberto Juvêncio de Queiroz e vários outros personagens, cujas trajetórias imbricam escravidão e liberdade, estão vivos nas memórias dos mais velhos¹⁴. Nessas lembranças e esquecimentos, vozes e silêncios anunciam uma diversidade de histórias e de sujeitos que as protagonizaram. Dona Leonilda Maria da Silva, apelidada de D. Lindu, rezadeira, nasceu em 1930. Envelheceu nas proximidades do Sinunga convivendo com pessoas que falavam do passado de escravidão. Conta D. Lindu que uma mulher chamada “Andreza”, filha de “escrava”, constituía uma família populosa e como de costume, proseava no cotidiano das casas de farinha sobre os cruéis tempos do cativo¹⁵. “Eu não sofri. Sofrer foi a minha mãe, era obrigada a trabalhar todo dia”. Afirmava “Andreza”, segundo a narradora¹⁶.

Registramos os nomes de antigos moradores rememorados por essa rezadeira, a qual ainda declarou ter conhecido ex-cativos, e cruzamos com a relação dos escravizados, libertos e ingênuos dessas propriedades. Esse exercício revelou que, em 8 de dezembro de 1878, Anastácia, cativa da fazenda Coqueirinho, levou “Andreza”, 3 meses de idade, sua filha natural, para ser batizada por Benedito Nogueira de Queiroz e Maria da Paixão¹⁷. Padrinho e madrinha não foram identificados entre os cativos do engenho, mas o sobrenome de Benedito sugere alguma relação com o povo de cor daquela propriedade. Para Dona Lindu, “Andreza” enfatizava em suas narrativas o sofrimento da mãe pelo trabalho pesado e pelos castigos impostos no cotidiano. Como se percebe, ela nasceu no tempo da escravidão, mas fez questão de ressaltar que vivenciou o cativo de maneira diferente da mãe. Na condição de ventre livre, ainda que tenha prestado serviços à família Neves, até a maioridade, ela pode ter trilhado caminhos que a distanciaram da escravidão.

referentes ao período de 1791 a 1915, foram microfilmados pelos Mórmons e encontram-se disponíveis em formato digital: <http://www.imigrantesitalianos.com.br/Microfilmes_LDS.html>.

¹⁴ Ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. A autora analisa o lugar dos velhos como guardiões e construtores da memória social do grupo. Ver mais em LE GOFF. *Memória e história*. 4ª.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

¹⁵ “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia [...] nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente [...]. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOUL, Pierre. *A invenção do cotidiano II: morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996, p. 31.

¹⁶ Sra. Leonilda Maria da Silva, nascida em 1930, passou boa parte da vida com a família na comunidade do Rodão, no município de Maragogipe. Depoimento concedido em 5 de julho de 2010.

¹⁷ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl.15.

Os encontros e reencontros entre presente e passado desde cedo me despertaram interesse pelas histórias contadas pelos moradores do Quilombo sobre variados temas e pessoas. Nas casas de farinha as gerações mais velhas falavam sobre os fatos vividos pelos antepassados, transmitiam o ofício e costumes aos mais novos¹⁸. Vovô Aniceto Senhorinho do Carmo era considerado um dos grandes narradores dessas histórias. Contava que seu pai, Marcos Santiago do Carmo, havia nascido dois anos após a promulgação da Lei de “13 de maio”. “Seu Niceto”, maneira pela qual os amigos o tratavam no dia a dia, nasceu em 17 de abril de 1912, próximo ao vigésimo quarto aniversário da abolição¹⁹.

Se estivesse vivo, Vovô Aniceto teria completado 104 anos na última data de 17 de abril de 2016. Seu Catarino Felício de Jesus, 89 anos, é um dos moradores mais antigos do Quilombo. De acordo com sua narrativa, o primo Aniceto era “um homem muito trabalhador” e gostava de conversar sobre o passado desse povoado. Seu Catarino e seu primo Aniceto, fazem parte da segunda geração de descendentes de escravizados do Engenho Sinunga. Nessa propriedade, seus familiares, a exemplo do liberto “Santiago”, permaneceram trabalhando sob o sistema de renda até a década de 1930, período no qual migraram para outras localidades por conta de conflitos com os patrões²⁰. No primeiro capítulo analiso esse itinerário e problematizo as implicações desse deslocamento naquele cenário histórico.

A década de 1930 marcou a vida do grupo familiar de Seu Niceto, pois foi naquele período que seu avô “Santiago” faleceu, na fazenda da família Costa Pinto, após a migração. Mas, também, foi nesse contexto que a família conseguiu a posse de uma pequena parte de terra desmembrada do engenho, lugar onde ergueram moradias. O sítio adquirido por Marcos Santiago, no valor de 1:000\$000rs, tinha como limitações principais: o rio Sinunga e as terras de Licínio Queiroz, bisneto do ex-senhor de engenho Fernando José de Queiroz. A ascensão da família de “Santiago” à categoria de proprietária, isto é, ao campesinato sediado no entorno

¹⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 88. Segundo Thompson, se as recordações dos “mais velhos, a inspeção e a exortação tendem a estar no centro da interface do costume entre a lei e a prática, o costume passa no outro extremo para áreas totalmente indistintas – crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”. Ver também THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁹ CRCSF. Livro de registro de nascimentos de São Félix, nº 17, fl. 203.

²⁰ Sr. Catarino Felício de Jesus, nasceu em 1927, morador da comunidade do Quilombo. Depoimentos concedidos em 17 de setembro de 2011, 19 de outubro de 2014 e 23 de novembro de 2015. “Seu Catu”, tratamento cotidiano conferido a esse lavrador, informou que não tem certeza quanto ao nome do avô (relatou que provavelmente se chamasse “Benedito”), mas disse-nos que os moradores mais velhos o chamavam de “Santiago”.

do velho engenho, representa o desfecho de uma longa e conturbada história de luta pela terra e o início de um novo ponto de partida²¹.

Vovô Aniceto casou-se com Firmina Fagundes de Brito, possível neta da referida “ingênu” “Andreza”. Dessa união entre um neto de ex-cativo do Engenho Sinunga e uma neta de ventre livre da fazenda Coqueirinho, emergiu uma terceira geração de emancipados nascida nas décadas de 1940 e 1950. Vovô e Vovó conceberam cerca de 8 filhos, entretanto, o primogênito se chamava Hermínio Brito do Carmo, falecido, do qual este que vos escreve é filho. Certamente, Hermínio, nascido em 21 de abril de 1944, e seus irmãos aprenderam muita coisa com as gerações anteriores. Nesta terceira geração, nota-se uma mobilidade maior, na medida em que a demografia familiar se avolumara consideravelmente nos primeiros vinte anos seguintes.

Nas duas primeiras gerações, se evidencia um tipo de mobilidade particular – deslocamentos individuais e coletivos de uma propriedade/localidade para outra, nas proximidades do engenho, dentro do mesmo distrito ou na circunvizinhança. A terceira geração, nesse sentido, alçou voos mais altos e longínquos. Chegaram até o Sudeste do país²². Sem querer incorrer no erro de fazer afirmações anacrônicas, compreende-se que o movimento migratório da segunda metade do século XX ocorreu por uma série de fatores. No caso específico das povoações do entorno do Sinunga, os narradores atestam que o crescimento das famílias e a estrutura fundiária impulsionou àquela mobilidade.

Há notícias de que boa parte dos descendentes do liberto “Santiago” migraram para outras regiões. Alguns filhos de “Seu Niceto”, a exemplo de Félix Brito do Carmo e Maria Tecla Brito do Carmo, estabeleceram residência e família no estado de São Paulo. Mas, diante do exposto, devemos considerar ainda que, em termos de deslocamento, a experiência desse núcleo familiar encontrou espaços maiores nas localidades próximas às terras do engenho. Nessa medida, a busca por autonomia e liberdade marcaram as escolhas migratórias das gerações. Marcos Santiago, integrante da primeira geração, logo cedo abandonou a

²¹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocamponato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e deste mesmo autor: _____. A brecha camponesa no sistema escravista. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 133-154; GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do camponato negro no Brasil*. 1ª.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 120-29; RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*..., op. cit., p. 137-230.

²² É sabido que, o tráfico interprovincial de cativos, na segunda metade do século XIX, forçou a migração de grandes contingentes de trabalhadores escravizados para as províncias daquela região – numa conjuntura de expansão da economia cafeeira. Ver NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, nº. 24, 2000, p. 97-128.

companhia dos pais e irmãos – moradores do engenho – e tornou-se rendeiro de um proprietário da vizinhança²³.

Vovô Aniceto faleceu no dia 8 de setembro de 1990, no distrito de Guapira, em Maragogipe. Por questões de saúde ele se encontrava na casa de uma das filhas. Naquele momento, meus pais moravam numa casa velha feita de adobe, madeira retirada das matas locais e coberta de telha. Cresci com mais quatro irmãos dentro dessa casa de quatro quartos, duas salas, com destaque para o salão de visita, uma despensa e a cozinha. Confesso que, ainda sinto saudade daquela construção, cheia de portas, janelas e pilastras. Na varanda, às escondidas, ouvia os mais velhos “çaçoarem” e contar “causos” sobre os tempos de antigamente. Entre um cafezinho e outro, falavam do trabalho e das “visagens” que os assombravam.

Demonstrados esses dados, ressalto que esta pesquisa tem a finalidade de contribuir com as discussões sobre trajetórias individuais e grupais de pessoas em propriedades do Recôncavo, entre os últimos anos da escravidão e as décadas que se seguiram à abolição. Ao fazer isso, tentei apresentar as histórias das comunidades negras constituídas dentro ou nos arredores do Engenho Sinunga, bem como as permanências e migrações dos sujeitos que habitavam aquela localidade. Com esse intuito, o Quilombo e seu entorno surgem como espaços comunitários organizados entre escravidão e pós-abolição. Nesses lugares, ex-cativos e descendentes recompuseram a vida em liberdade e projetaram diferentes expectativas sobre o futuro.

Este texto, igualmente, oferece a possibilidade de acompanharmos a história de uma propriedade de médio porte. Acredita-se que, durante sua existência, o Engenho Sinunga jamais tenha abrigado um contingente de trabalhadores superior a 100 escravizados, como observado em São Francisco do Conde, Santo Amaro, Iguape e São Sebastião do Passé. Nessas zonas, a concentração fundiária e a presença maciça de massapé, solo favorável a cultura canavieira, deram origem a propriedades com maior número de cativos. Os senhores de engenhos dessas freguesias açucareiras eram os mais prósperos da região²⁴.

Diferente desses distritos, a freguesia do Outeiro Redondo, localizada no município da Cachoeira, tinha características bem distintas. Na segunda metade do século XIX, engenhos como Subáuma, Mutum, Capivari da Passagem, Colônia, Campo Alegre e

²³ Quem contou essa história foi Sr. Catarino, em entrevista, concedida em 17 de setembro de 2011. Para compreender o fluxo migratório de pessoas dentro do Recôncavo pós-abolição, ver FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, p. 311-46. Vê-se que os libertos escolheram diversos destinos, desde migrar de um engenho para outro, certamente em busca de novas alternativas de vida e distanciamento dos ex-senhores, até os grandes deslocamentos para os centros urbanos.

²⁴ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 31.

Natividade, pertencentes aos Vieira Tosta e aos Mata Pinto, ocupavam áreas extensas e números maiores de escravizados. No entanto, os registros de imóveis dessas localidades permitem a apuração de que era notável a presença de pequenos lavradores. Os registros civis, elaborados no pós-abolição, demonstraram que essas propriedades eram habitadas por diversos moradores de cor, muitos deles ex-cativos.

Após tecer essas considerações, apresentemos a estrutura da dissertação. No primeiro capítulo reencontramos cativos, libertos e familiares após 1888, bem como refletimos sobre a constituição da comunidade do Quilombo no entorno do engenho. Veremos de que forma a história desse povoado está conectada com o passado de escravidão.

O segundo capítulo trata dos últimos anos da escravidão e das disputas senhoriais pela propriedade. Após a morte do proprietário do Engenho Sinunga, os herdeiros se articularam para não perder as terras e os escravizados para o capitão Rodrigo José Ramos, comerciante residente em Cachoeira. Em meio ao clima de tensão e conflitos, foram hipotecados cativos, casas, cafeeiros e mais bens da propriedade.

O terceiro capítulo apresenta os resultados de uma investigação realizada no Engenho Sinunga e em mais duas propriedades da vizinhança: fazendas Coqueirinho e Vileta. Seguimos os rastros dos padrinhos e madrinhas dos ingênuos. Nesta seção, analisei a participação dos escravizados, libertos e livres no compadrio das crianças nascidas a partir de 28 de setembro de 1871, período no qual a Lei do Ventre Livre passou a vigorar. Colhemos uma amostra em torno de 47 ventres livres, e verificamos em que medida o compadrio interligava as senzalas dessas localidades.

1 QUILOMBO: histórias e memórias de uma comunidade negra

Eu nasci ali numa casinha que tinha perto do engenho, parecia uma senzalinha. [...]. Nessa época ninguém era de ninguém, e casa era para dormir e conviver. A minha família – pai, mãe, avô, tio – todo mundo era daqui mesmo porque o Santiago meu avô era lacaio.

(Catarino Felício de Jesus)*

O fragmento da narrativa contada pelo morador do Quilombo resume tanto a trajetória particular de seu grupo familiar quanto a história da comunidade. Os habitantes mais velhos dessa localidade afirmaram que, ao longo das primeiras décadas da abolição, havia muitas famílias de libertos residindo nas terras do Engenho Sinunga. Esses moradores trabalhavam nas atividades dessa propriedade sob o sistema de renda, mas também se empregavam nas fazendas de outros proprietários. Por conta desse passado, a tradição oral comunitária enfatiza o cotidiano do trabalho e rememora os tempos da escravidão.

Para Leonilda Maria da Silva, rezadeira, 86 anos, o “engenho de Zé Inácio” era bem conhecido pela população que habitava aquelas povoações. Com a abolição da escravidão, a propriedade permaneceu produzindo rapadura e outros gêneros comercializados nas comunidades locais e nos distritos vizinhos. Essa senhora também se recordou das histórias narradas pelas “mulheres” que colhiam café com sua avó, muitas delas ainda viveram a experiência do cativo. Por isso, “murmuravam” sobre o trabalho intensivo e de como a Lei de 13 de maio de 1888 marcou suas vidas e os itinerários de seus familiares²⁵.

Entre as décadas de 1930 e 1950, os remanescentes do Sinunga encontravam-se completamente em ruínas. Naqueles anos, os herdeiros resolveram desativar a represa.

* Fragmento retirado de depoimento concedido pelo Sr. Catarino Felício de Jesus em 17 de junho de 2011.

²⁵ Sra. Leonilda Maria da Silva. Depoimento concedido em 5 de setembro de 2010. Nascida em 1930, Dona Lindu, maneira pela qual é tratada pelos moradores locais, faz parte de uma geração de moradores que conheceu pessoas que viveram a experiência do cativo. Para uma compreensão mais aprofundada sobre memória e tradição oral, ver POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15; do mesmo autor: Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Ver também BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994; NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, n. 10, São Paulo, 1993; VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. 2ª.ed. rev. Brasília, p. 139-66; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003; LE GOFF. *Memória e História*. 4ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996; THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Sabemos que as barragens dos engenhos, dentre outras finalidades, eram destinadas à produção de energia hidráulica para a moagem da cana. Nesse sentido, o esvaziamento do lago, acontecimento muito citado nos depoimentos orais, parece ter demarcado a completa inutilidade do engenho. As memórias sobre o “tanque do engenho”, expressão utilizada pelos moradores para se referirem à represa, dimensionaram a insatisfação da comunidade com aquele evento, pois várias famílias de rendeiros se alimentavam da pesca naquele lago. Quando a “bomba” da represa – item ligado às estruturas de barramentos – rompeu, houve intensa movimentação de pessoas da redondeza para o local.

Reza a tradição que alguns cativos se jogaram nas profundezas dessa represa após receberem a notícia da liberdade, em 1888: suicidaram-se. Os relatos mencionaram que, após serem informados a respeito da abolição, os antepassados viram-se diante de um dilema: para onde iriam e como viveriam a partir daquele momento? Essa memória parece retratar as tensões vividas com a emancipação, onde permanecer ou migrar foram decisões importantes que envolviam uma série de questões. Certamente por isso e/ou pelas demais histórias da escravidão nessa propriedade, os moradores atuais dizem que o lugar onde o engenho foi erguido tem “visagem”. Os mais velhos contam que já presenciaram assombrações e atribuem essas aparições às almas dos escravizados.

Após a década de 1930, quando o engenho já não estava mais operando, diversos materiais de sua estrutura (pedras, tijolos, telhas, tacos, madeiras, etc.) foram reaproveitados na construção ou reforma de moradias. Moradores afirmaram que, até recentemente, era possível identificar remanescentes das estruturas do Sinunga nas residências das famílias mais antigas. Devido ao contínuo processo de retirada desses itens e também por causa do rompimento da barragem, restam apenas alvenarias, pilastras e outros fragmentos da casa grande e do engenho. Há informação de que em Coqueiros, distrito de Maragogipe, localidade próxima à foz do rio Sinunga, pescadores notaram o aumento do volume das águas após o rompimento da barragem²⁶.

²⁶ Sra. Militana Vila Verde do Nascimento, falecida, residia na comunidade do Quilombo. Depoimentos concedidos em 23 de novembro de 2007 e 14 de agosto de 2010. Dona Militana faleceu, em 2016, no auge de seus mais de noventa anos; Sra. Margarida Pinto, falecida, residia na comunidade do Quilombo. Depoimento concedido em 20 de maio de 2011; Sra. Nair de Queiroz Silva, falecida, residia na comunidade do Quilombo. Depoimentos concedidos em 7 de novembro de 2007 e 17 de setembro de 2010. Essa senhora faleceu em 2012 com mais de 80 anos; e Sr. Antônio Barros, “mais de 80 anos”, morador da comunidade do Quilombo. Depoimento concedido em 20 de maio de 2011.

Fotografia 1 – **Parte da estrutura de barramento**²⁷



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

Fotografia 2 - **Tacho localizado nas imediações da comunidade**



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

²⁷ Esta fotografia retrata o local onde se encontrava a “bomba do tanque”. Pelas descrições dos moradores, um objeto de madeira, parecido com o funcionamento das comportas das barragens modernas, era usado no controle do volume de água necessário ao processo de moagem.

Fotografia 3 – **Pilastras da casa de moagem**



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

Fotografia 4 – **Vestígios de construções**



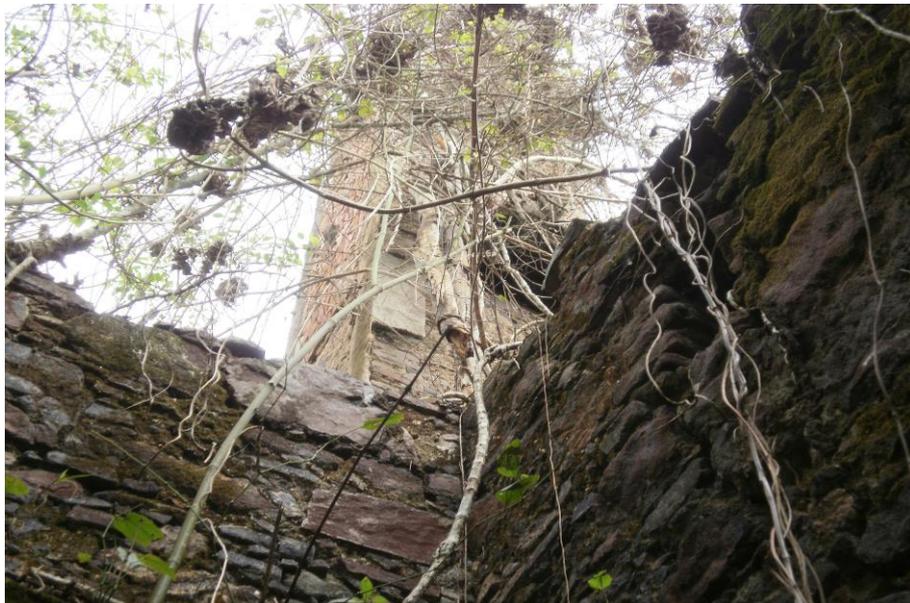
Fonte: Acervo da pesquisa de campo

Fotografia 5 – Parede da casa de moagem



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

Fotografia 6 – Estrutura de acomodação da roda d'água



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

1.1 Quilombo: histórias e significados

As evidências documentais sobre a freguesia do Outeiro Redondo nos posicionam diante de comunidades contemporâneas remanescentes das senzalas de antigos engenhos e fazendas²⁸. O Quilombo aqui apresentado faz parte dessa história, na medida em que muitos de seus habitantes descendem de famílias de ex-cativos do Engenho Sinunga. Nesse sentido, não seria estranho se o povoado conservasse o topônimo desse engenho, lugar no qual os antepassados viveram a experiência do cativo. Assim fizeram os moradores do Coqueirinho, Santo Antônio da Jaqueira, Engenho São João, Vileta e Matataúba. Nas últimas décadas da escravidão, essas propriedades pertenciam às famílias Neves e Barros Lordello.

Os libertos do Engenho Sinunga podem ter utilizado esse topônimo no intuito de nomear o espaço onde se estabeleceram desde o tempo da escravidão. É possível ainda que esses indivíduos e seus familiares tenham permanecido ou se deslocado para áreas antes destinadas ao cultivo coletivo de roças. Essa mobilidade dentro da propriedade poderia significar certa independência da comunidade frente o poderio dos ex-senhores. Formado pelos cativos do engenho, o povoado pode ter se ampliado no pós-abolição, pois abrigava moradores cujas trajetórias não estavam necessariamente ligadas ao cativo. Em 10 de março de 1889, cerca de um ano após a abolição, o Conego vigário Joaquim de Santa Ana Barroso registrou o óbito de Emiliana, “branca”, filha de Arsênio Luiz de Andrade. Nesse assento, o vigário informou também que a falecida residia no “lugar Quilombo”²⁹.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, percebe-se que o nome dessa comunidade já constava nos registros de terras. Em 1906, Felipe José Cavalcante, patriarca da família dos Soares Cavalcante, comprou um “terreno no lugar Quilombo” pela quantia de

²⁸ Cf. REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, Dezembro/Febrero 95/96. Ver FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, 1º ed., São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 264. O pesquisador sustenta que, tanto na “Colônia” como no “Império”, foram vários os exemplos de quilombos, onde “toponímia nacional registra vários acidentes geográficos, que foram tardiamente ocupados, possivelmente habitadas inicialmente por quilombolas.” Sobre às origens dos quilombos in África, ver MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo (28): 56-63, dezembro/fevereiro 95/96; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver discussão sobre terras e territórios quilombolas, O’DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995; OLIVEIRA, Rosy de. *O Barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010. O primeiro capítulo (p. 57-86) da obra de Oliveira analisa, com detalhe e diversidade de informações, os desdobramentos da questão quilombola entre os Kalunga dos estados de Goiás e Tocantins.

²⁹ ACMS. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1876-1915), fl. 3v. Ver NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. “*Terra de Macumbeiros*”. Redes de sociabilidades africanas na formação do Candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix - Bahia. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2007, p. 84.

400\$000rs³⁰. De acordo com a descrição, o imóvel era próprio para lavoura, fronteirava-se com José Vila Verde e terras do vendedor Pedro José dos Santos. Em setembro de 1890, Pedro foi identificado comprando uma das partes de terras desmembradas do engenho por 700\$000rs³¹. Na ocasião da negociação, feita diretamente com os proprietários, constatamos que ele era rendeiro da família Vieira Tosta. As informações contidas nas escrituras desses imóveis, sobretudo as referências sobre os marcos fronteiros, indicam que esses terrenos se localizavam nas imediações do Engenho Sinunga.

A área adquirida por Pedro limitava-se com os caminhos que davam acesso à localidade denominada Pau Grande, divisava-se com o sítio dos rendeiros do falecido Joaquim Inácio de Souza e terras do capitão Constantino Vieira Tosta. Ao longo do mês de setembro de 1890, identificamos outras vendas de terra nessas proximidades. No dia 11 do referido mês, Torquato de Queiroz Neves, cunhado do vendedor José Inácio da Costa Queiroz, comprou um sítio por 200\$000rs³². O terreno se iniciava nas proximidades da represa e se estendia até a estrada que dava acesso à povoação do Jenipapo. As escrituras das compras de terras desmembradas do Engenho Sinunga, muito danificada pela ação do tempo, impossibilitou a leitura de algumas informações como a extensão da área da propriedade e a identificação de possíveis compradores. Apesar disso, supõe-se que o engenho tinha dimensões consideráveis.

Nesse sentido, apura-se ainda que as áreas vendidas no engenho podem ter proporcionado às famílias dos rendeiros acesso à propriedade da terra tal qual aconteceria com os familiares do liberto “Santiago” na década de 1930. Em 26 de agosto de 1890, numa parte de terra adquirida pelo valor de 3:000\$000rs, por alguém cuja identificação não foi possível constatar, Cleto Neves da Silva, apontado como ex-cativo, emergiu na condição de proprietário daquela vizinhança³³. Em 20 de agosto de 1893, um noticiário veiculado pelo periódico *A Pátria*, com circulação em São Félix e imediações, ao divulgar a lista de eleitores do município habilitados à exercerem a cidadania naquelas eleições, fez referência a Cleto como um dos votantes³⁴.

³⁰ CRISF. Livro de registro de imóveis, nº 3, (1890-95), f.122v. Vejamos mais vendas de imóveis. Em 20 de maio de 1915, Francisco José Cavalcante adquiriu do casal Antônio Amâncio Nogueira e Inídia Maria de Jesus, uma “[...] parte de terras em comum com benfeitorias de cafeeiros e laranjeiras e uma casa coberta com telhas [...]” pelo preço de 500\$000rs. No dia 19 de julho do mesmo ano, Resende José dos Santos e sua irmã Cândida Balbina dos Santos, venderam duas partes de terras “em comum” ao mesmo comprador pelo preço de 200\$000rs.

³¹ CRISF. Livro de registro de imóveis da Comarca de São Félix, nº 3, (1890-95), fl. 12.

³² CRISF. Livro de registro de imóveis..., fl. 10.

³³ CRISF. Livro de registro de imóveis..., fl. 7.

³⁴ *A Pátria*, 20 de agosto de 1893, p. 61 (Arquivo Municipal de São Félix). Naquela relação de proprietários que compareceriam às urnas, também estavam presentes o herdeiro José Inácio da Costa Queiroz, 53 anos, e seus

As fontes sugerem que foi no pós-abolição que o uso do nome Quilombo se tornou recorrente na documentação oficial. Nesse contexto, esse termo já não tinha mais o peso de nomear uma das formas de resistência à escravidão. Desde então, poderia ser assinado oficialmente pela comunidade e constar nos documentos oficiais. A historiografia da resistência escrava demonstra que assenzalados e quilombolas sempre estabeleceram relações entre si e com a sociedade livre. Pesquisando o quilombo do Oitizeiro, fundado no início do século XIX, o historiador João José Reis afirmou que naquela comunidade “[...] fugitivos conviviam com, e trabalhavam para, homens livres e seus escravos, ambos assumindo o papel de protetores e empregadores de quilombolas”³⁵.

Certamente os moradores do Quilombo estiveram atentos aos significados que o termo havia ganhado durante a escravidão e após 1888. Os efeitos da abolição sobre o imaginário daqueles indivíduos e de familiares, bem como a visão dos mesmos acerca dos significados de “quilombo” abre vasto campo de possibilidades interpretativas sobre as vivências no cativo e em liberdade. Nesse sentido, as lembranças do período escravista e as recordações dos primeiros anos de emancipação podem ter contribuído para a invenção ou reinvenção do “quilombo”³⁶.

A maioria dos escravizados do Engenho Sinunga provavelmente tenha vivido o cativo até os últimos momentos que antecederam o 13 de maio. Por isso, devemos considerar a dimensão dos impactos e significados que os mais velhos atribuem à Lei Áurea. Ainda está presente na memória desses moradores o protagonismo da Princesa Isabel. Deve-se compreender também que, após a abolição, houve esforços de variados setores da

filhos: Arsênio Neves de Queiroz, 29 anos; José Ignácio da Costa Junior, 22 anos; José Alexandre de Queiroz, 21 anos; Joaquim Neves de Queiroz, 30 anos e Raimundo de Queiroz Neves, com 24 anos. Sobre cidadania no Brasil República, cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³⁵ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; REIS, João José. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806*. In: _____. & GOMES, Flávio (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332. Reis destaca que não pretende reforçar o imaginário de um lugar forjado à luz da “concepção palmarina”, “do quilombo isolado no alto da serra”, constituído por “centenas de escravos fugidos”. Ver GOMES, Flávio. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁶ MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, p. 33. Mello chama atenção para o fato de que os quilombos sempre povoaram o “imaginário” da nação brasileira, evocados nos mais diversos contextos históricos. Por isso, qualquer iniciativa de definição, em seu ponto de vista, esbarra em problemas de ordem conceitual, pois o significado é plural. Para CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 324, quilombo era “povoação de escravos fugidos”, “aldeamento”.

sociedade para apagar os traços e marcas que conferiam protagonismo às resistências das comunidades negras³⁷.

A década de 1870 foi bastante agitada no Engenho Sinunga, naqueles anos houve o falecimento do proprietário. Em consequência disso, alguns bens da propriedade foram penhorados em 1877, mas os herdeiros parecem ter revertido aquela situação. Esses momentos geravam tensões e conflitos entre os proprietários e nas comunidades escravizadas estabelecidas nas propriedades. A morte dos senhores e senhoras de engenho sempre ocasionava instabilidade nas senzalas, pois os cativos temiam a possibilidade de famílias serem desfeitas por venda, hipoteca ou transferência para herdeiros diferentes. Esse acontecimento gerou incerteza e insegurança, à medida que o desmonte dos laços comunitários era algo possível.

Além disso, nos últimos anos da escravidão a atuação do movimento abolicionista impulsionou a propaganda em defesa do fim do cativo e incitou os cativos a deixarem as senzalas. Segundo Walter Fraga, num panfleto assinado por abolicionistas de Cachoeira e São Félix, havia recomendações orientando os escravizados a reunirem seus familiares e fugirem dos engenhos. Foi assim que, em 17 de abril de 1888, a *Gazeta da Tarde* circulou um noticiário informando que estava produzindo efeitos a fuga de escravizados no município de Cachoeira. O periódico informou que em Outeiro Redondo “todos abandonaram a companhia de seus senhores” e em Cruz das Almas, distrito vizinho, a propaganda vinha produzindo efeitos devastadores nas relações escravistas³⁸.

O declínio dos engenhos e as lutas pela abolição da escravidão foram relatadas pelos moradores do distrito como um todo. No caso específico do Quilombo, essas narrativas apontam para a permanência de ex-cativos e descendentes nessa localidade. Essas histórias se misturam com as lutas pela liberdade, especialmente quando os antigos passaram pela experiência da hipoteca. A documentação permite afirmar que, entre os escravizados e libertos que viviam na propriedade dos Queiroz, havia grande número de formações familiares.

³⁷ FRAGA, Walter. O 13 de maio e as celebrações da Abolição na Bahia (1888-1893). In: PIRES, Antonio Liberac Cardoso S. & OLIVEIRA, Rosy de (Orgs.). *Olhares sobre o mundo negro: trabalho, cultura e política*. Editora Progressiva, 2010, p. 329-51. Este capítulo pauta as expectativas dos escravizados diante da possibilidade da liberdade, nos dias que antecederam à Abolição, e evidencia a disputa de memória em torno desse evento no imediato pós-abolição – sobretudo as resistências da população negra e as tentativas de esvaziamento do “13 de maio”.

³⁸ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 114-15; GOMES, Flávio & MACHADO, Maria Helena P. T. Atravessando a Liberdade: Deslocamentos, Migrações e Comunidades Volantes na Década da Abolição (Rio de Janeiro e São Paulo). In: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 79. Os autores enfatizaram os protestos escravos na ocasião da abolição, bem como identificaram o Quilombo do Jabaquara, em Santos, como exemplo de comunidade formada pelo abolicionismo no contexto dos últimos anos de cativo.

1.2 Vale do Sinunga

Para além do Engenho Sinunga, outras propriedades também exploravam o trabalho escravizado ao longo do vale. Os engenhos Beija Flor, do português Antônio Teixeira Lemos, e “Sinunga do Bonfim”, pertencente a Jerônimo Batista Magalhães, situavam-se naquela imediação. Este último, portanto, era mais conhecido e/ou registrado como “Bonfim”, presume-se que essa distinção tivesse o objetivo de diferenciá-lo do engenho da família Queiroz, que também se utilizava do topônimo do rio. As famílias Vieira Tosta e Mata Pinto possuíam grandes extensões de terras nessa zona limítrofe.

No curso das primeiras décadas que se seguiram à abolição, o vale abrigava propriedades de portes variados com contingentes consideráveis de trabalhadores. Comunidades compostas por rendeiros locais e emigrados de várias regiões, a exemplo do Agreste baiano, cultivavam fumo, mandioca e demais gêneros alimentícios. Em *Bahia, século XIX: uma província no Império* – obra que se utiliza de ampla documentação e aborda uma diversidade de temáticas regionais – Kátia Mattoso conclui que, apesar de o açúcar e o fumo terem assumido a vanguarda entre os gêneros produzidos na Bahia, a farinha de mandioca não era menos importante, estava presente nas mesas dos ricos e dos pobres e sua “eventual má qualidade podia até gerar motins”³⁹. Para Mattoso, o sul do Recôncavo e do litoral produziam muita mandioca e leguminosas como feijão, mas a quantidade não supria a demanda imposta pela sociedade baiana⁴⁰.

Nas casas de farinha existentes nesse vale, principalmente no Engenho Sinunga, era grande o fluxo de indivíduos e grupos familiares envolvidos diretamente na plantação de mandioca, bem como no consumo e comercialização dos derivados dessa planta. Em *Um contraponto baiano* – obra que aborda a economia do Recôncavo entre 1780 e 1860 – Barickman demonstra a centralidade da cultura da farinha nessa região. As constatações feitas pelo historiador, brasilianista, revelaram o quanto a farinha de mandioca era item importante na vida dos diferentes setores da sociedade escravista, na medida em que esteve presente na dieta dos mais favorecidos, da população pobre e “nas cuias e baldes” dos escravizados⁴¹.

³⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 458.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 460.

⁴¹ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 96.

Fotografia 7 – Cotidiano da casa de farinha⁴²

Fonte: Acervo da pesquisa de campo

Para a tradição oral, a farinha sempre foi o principal produto nas vidas das muitas famílias negras cujos filhos nasciam, cresciam e às vezes até mesmo morriam no Vale do Sinunga. À medida que se afasta das terras altas que compõem a nascente do rio, o solo se torna menos fértil para o cultivo de raízes, mais arenoso e se mistura com pedregulhos e cascalhos formando o que os moradores locais chamam de “terra d’água”⁴³. Nessa medida, “terra d’água” foi uma maneira encontrada pelos antepassados para diferenciar/nomear o solo situado nessa área específica, pois durante o inverno ele ficava bastante encharcado, dificultando o desenvolvimento das plantações e criação de gado e nos períodos de estiagem secava muito rápido. Essa variação do solo parece ter definido o processo de ocupação das terras situadas ao longo do rio.

Por outro lado, em contraposição à “terra d’água”, os mais velhos consideram melhor a qualidade do solo nas localidades próximas ao Engenho Sinunga. Nesse sentido, nota-se que a tensão entre terra “boa” e terra “ruim” ainda é um elemento marcante nas narrativas contemporâneas. Além disso, a maneira particular de falar e as práticas agrícolas com forte

⁴² A lavradora presente na fotografia é uma das filhas de Dona Reizinha. É provável que a casa de farinha dessa família seja uma das fábricas mais antigas do Quilombo.

⁴³ A expressão “terra d’água” também designava o topônimo de uma das comunidades desse vale – a qual, até recentemente, era relativamente povoada. Atualmente, “Terra d’Água” e várias outras localidades constituídas nas margens do rio Sinunga encontram-se esvaziadas, restam-se apenas vestígios materiais da presença dos indivíduos e grupos familiares egressos da escravidão que viveram naquela imediação. Um grande campesinato se formou nesse lugar entre as décadas de 1890 e 1930. Ali muitos libertos e familiares, sobretudo ex-cativos do Engenho Sinunga e da fazenda Coqueirinho, passaram a residir no pós-abolição.

tendência ao cultivo de verduras são demarcadores das culturas dessas comunidades. Após as chuvas de inverno, o nível das águas do Sinunga reduzia consideravelmente e essa população se valia da pesca. A partir daí as águas fluviais matavam a sede do gado, supriam o consumo doméstico e forneciam as matérias orgânicas necessárias à lavoura.

Nativos dessa zona de fronteira informaram como eram seus itinerários até à cidade de Maragogipe, Cachoeira e São Félix em ocasiões nas quais, através de embarcações, se deslocavam rumo à capital e região metropolitana para visitar familiares e vender os excedentes produzidos nas roças.

Fotografia 8 – Residência de família de lavradores



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

Fotografia 9 – Lavradora na roça de inhame e outros plantios



Fonte: Acervo da pesquisa de campo.

Fotografia 10 – Lavrador colhendo inhame



Fonte: Acervo da pesquisa de campo.

Seu Antônio Barros, residente no Quilombo, afirmou que o “navio apitava” antes de atracar. A partir daqueles sinais, as pessoas que já se encontravam nas estradas apressavam-se. Segundo esse senhor, o “primeiro apito” indicava que a embarcação estava se aproximando do porto. Sabendo disso, ele adiantava a viagem com os animais para chegar a tempo⁴⁴. Era um itinerário longo, pois até chegar ao porto de Maragogipe os roceiros tinham de deslocar-se através de burros por mais de 20 Km. Chegando em Maragogipe, deixavam os animais e seguiam no vapor até Salvador. Entre os mais velhos, a memória da navegação é um dado relembado com detalhes, visto que por meio desse transporte seguiam pessoas e mercadorias para a capital.

As histórias e memórias narradas na contemporaneidade estão repletas de informações sobre o trabalho nas roças e a venda de seus frutos nas feiras populares. Por intermédio desses relatos constata-se que, ao longo de grande parte do século XX, bois e

⁴⁴ Sr. Antônio Barros. Depoimento concedido em 20 de maio de 2011. Seu Antônio, apelidado de “Tico”, pertence à geração de moradores que se deslocavam para Salvador e região metropolitana através do vapor. A memória dessa embarcação ainda permanece viva em suas narrativas, tanto que são rememoradas com bastante detalhes e precisão. Como morador da comunidade do Quilombo, nos invernos, obrigatoriamente, ele enfrentava as cheias do rio Sinunga e as inundações dos igarapés menores que desaguavam nesse vale. Não era tarefa fácil conduzir animais carregados de farinha, verdura, raízes como inhame e aipim, bem como demais gêneros alimentícios pelos caminhos escorregadios e repletos de atoleiros até as feiras de Maragogipe, Cachoeira, São Félix, etc.

burros eram os principais condutores de pessoas e alimentos para os centros urbanos e/ou às localidades rurais mais distantes. Do Sinunga partia a farinha de mandioca, repolho, quiabo, café, aipim, azeite de dendê e mais produtos. O dendezeiro que formava a mata ciliar, em vários trechos do rio, representava uma poderosa fonte alimentícia⁴⁵.

As décadas seguintes à abolição assistiram ao completo declínio da família Queiroz, tanto em função dos impactos das leis emancipacionistas, promulgadas na segunda metade do século XIX, como pelas dívidas deixadas pelo falecido senhor. Para os anos que sucederam 1888, os narradores dizem que o Engenho Sinunga concentrou mais esforços na fabricação de cachaça, rapadura e outras produções de menor prestígio. O Engenho São João, no Outeiro Redondo, foi uma das propriedades que experimentou largamente esse mercado. Segundo relatos de antigos moradores, a aguardente produzida naquele engenho encontrou bastante aceitação entre as pessoas que residiam no distrito e nos povoados circunvizinhos.⁴⁶

A produção de cachaça e rapadura nas propriedades do Outeiro Redondo e nos distritos rurais vizinhos devem ter movimentado um mercado bem dinâmico entre essas localidades durante a escravidão e após à abolição. As memórias existentes nas comunidades atuais destacam o quanto os canaviais demarcaram épocas, pois forneciam açúcar, melão, rapadura e cachaça. A maioria dos engenhos da região do Recôncavo fabricavam aguardente, no entanto, a exploração econômica desse mercado não parece ter despertado o interesse da maioria dos senhores. Na hierarquia senhorial e econômica, sugere-se que os engenhos de proprietários mais abastados se firmaram na comercialização do açúcar, item principal dessa lavoura⁴⁷.

⁴⁵ A memória social existente nas localidades do vale do Sinunga ressalta a importância das feiras livres que aconteciam em Maragogipe, Cachoeira, São Félix e outros municípios. Nesses espaços se comercializava uma variedade de produtos, dentre estes, os produtos da lavoura produzida, familiarmente, tanto pelos posseiros de pequenos sítios como por rendeiros ou meeiros que viviam nas propriedades de maiores extensões. Os moradores mais antigos, a rigor, se recordaram das assombrações – “visagens” – com as quais, frequentemente, se deparavam nas estradas principalmente no período noturno. Dona Margarida Pinto, em depoimento concedido em 20 de maio de 2011, especulou que as aparições no entorno do antigo Engenho Sinunga, local conhecido como “Bomba do Tanque”, eram as “almas” dos ex-cativos daquela propriedade que sofreram as terríveis crueldades da escravidão.

⁴⁶ A tradição oral presente na atual comunidade do Engenho São João, situada na fronteira entre os municípios de São Félix e Cruz das Almas, informou que a cachaça produzida nessa propriedade, onde concentrou-se muitos rendeiros, era vendida em toda a região. Dona Maria Alta Neves dos Santos, moradora dessa localidade, em depoimento concedido no dia 24 de novembro de 2007, contou que “um grande canavial” formava a paisagem do engenho e servia de fonte para a fabricação da cobiçada aguardente, a qual era transportada para o distrito da Conceição Velha, em São Felipe. Nas primeiras décadas de abolida a escravidão, essa fábrica encontrava-se sob os poderes de Antônio José de Barros Lordello, neto do falecido proprietário do Engenho Sinunga. Antônio era um dos filhos gerados no casamento entre Maria Hermina de Queiroz e o capitão Joaquim José de Barros Lordello.

⁴⁷ Diversos pesquisadores se interessaram pela indústria açucareira no Recôncavo Baiano, abordando-a desde sua introdução na região até a derrocada desse empreendimento nos últimos da escravidão. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das

1.3 Itinerários de libertos e familiares

Os sobrenomes senhoriais foram utilizados pelos libertos para formularem oficialmente suas identidades de pessoas livres após à abolição. Isso possibilitou a identificação de ex-escravizados e descendentes. Parte dos ex-cativos que emergiram do Engenho Sinunga adotaram o sobrenome “Queiroz”, em contrapartida, aqueles que viveram na fazenda Coqueirinho incorporaram o sobrenome “Neves”. Ao seguirmos esses personagens, esperamos desvendar os destinos e as expectativas daqueles que permaneceram ou migraram da propriedade.

Em dezembro de 1891, o africano Adriano faleceu de “moléstia interna” no “lugar Sinunga”, com 60 anos de idade, casado com Henriqueta de Queiroz⁴⁸. Ao analisarmos a lista de escravizados do engenho concluímos que, na década de 1870, ambos eram cativos da propriedade. Naquela década, o africano Adriano foi arrolado com 51 anos, casado com a africana Henriqueta, 43 anos. Notamos que, em 1891, na condição de ex-cativa, Henriqueta emerge com o sobrenome Queiroz. Mesmo se não averiguássemos a comprovação documental, saberíamos que Henriqueta era integrante daquela comunidade. Em 1877 o africano já desfrutava de liberdade, no entanto, sua companheira continuou submetida ao regime do cativo⁴⁹.

Letras, 1988. Esta obra analisa os mais variados temas ligados à sociedade colonial formada no Brasil e, dentre outros aspectos, revela o quanto a Bahia e especialmente seu Recôncavo, visto como “sinônimo de engenhos, açúcar e escravos”, foram pujantes na economia escravista centrada na grande lavoura. Ver: MATTOSO, Kátia M. De Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: RUCITEC, 1978; da mesma autora: *Bahia, século XIX...*, op. cit. Nesta última publicação, o capítulo 25 – *As atividades produtivas: condições e desenvolvimento* – retoma às discussões sobre a conjuntura de recessão econômica enfrentada pelos proprietários baianos naquelas décadas oitocentistas. A autora argumentou que, em se tratando da cultura canavieira, “[...] o Recôncavo tinha três problemas a enfrentar: um, permanente, era representado pela estiagem ou o excesso de chuvas; os outros dois se manifestaram a longo prazo: o desgaste e o empobrecimento do solo e o desmembramento das propriedades, seja por partilha entre herdeiros, seja em decorrência de crises econômicas”, p. 461. Veja também BARICKMAN, Bert Jude. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, *Afro-Ásia*, nº. 21-22, (1998-1999), p. 177-237. Este brasilianista argumenta que, em meio a uma conjuntura de ameaça de continuidade do escravismo, muitos senhores dessa região da Província empregaram grandes contingentes de escravizados na lavoura açucareira da região até à véspera da abolição. Cf. OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999; PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: AN, IHGB, 1979; ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002.

⁴⁸ ACMS. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1876-1915), fl. 8v.

⁴⁹ AFSF. Libelo civil contra os herdeiros de Fernando José de Queiroz, CX: 01, ano 1903, fl. 106v-107. A despeito das tensões em torno do Fundo de Emancipação e seus desdobramentos no Recôncavo Baiano, ver REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 190. Segundo a autora, os escravizados beneficiados pelas setes quotas distribuídas pelo Fundo de Emancipação em Salvador e no Recôncavo, “área de maior concentração da população escravizada”, atingiram um total de 1.370 (38,77%). Os demais contextos municipais “somaram 2.163 (61,22%) cativos alforriados” – as localidades que

Identificamos outras pessoas com o sobrenome da família proprietária do engenho, sobretudo moradores de comunidades das proximidades do povoado do Quilombo. Em abril de 1892, Olava Maria de Queiroz, com 60 anos de idade, casada com Felisberto Fagundes de Queiroz, faleceu no “lugar Sinunga”⁵⁰. Consultando os registros de batismos de ventres livres do engenho, verifiquei que Felisberto era padrinho de alguns ingênuos. Em 19 de março de 1877, ele batizou Valéria, “preta”, nascida no mês de fevereiro do mesmo ano, filha legítima de José e Felisberta, cativos de José Inácio da Costa Queiroz. Naquela ocasião, Felisberto foi descrito como esposo de Maria Clara da Conceição, a qual se tornou madrinha da ingênuo. Em 13 de abril de 1879, Felisberto e Clara apadrinharam outra filha desse casal de cativos: a ingênuo Helena, “preta”, nascida no dia 23 de fevereiro⁵¹.

A incorporação do sobrenome dos ex-senhores durante a escravidão e no pós-emancipação deve ter se convertido em estratégia para se movimentar nos contextos em que havia forte controle sobre a vida dos libertos. Em 1893, Quirino Tito de Queiroz, filho do casal composto pelo africano Tito de Queiroz e pela crioula Romana Maria do Desterro, matrimoniou-se com Maria Mathildes de Jesus, filha de Mathildes Marcolina das Neves. Percebe-se que tanto pai quanto filho carregavam o sobrenome senhorial. Além disso, o sobrenome da sogra de Quirino sugere certa proximidade com a fazenda Coqueirinho, possivelmente tenha vivido ali como cativa⁵².

Há indícios de que nos anos posteriores à abolição houve intensa migração de libertos dos engenhos para outras localidades rurais do distrito. A incidência dos sobrenomes senhoriais, denuncia a mobilidade dos ex-cativos nessas imediações durante as décadas que sucederam o término da escravidão. Em 5 de julho de 1897, Quirino Tito de Queiroz registrou o falecimento da recém-nascida Martinha, “cor preta”, 2 anos, vítima de sarampo⁵³. Essa criança, certamente, foi a primeira filha do casal nascida na “Matataúba”, comunidade onde Quirino e sua esposa residiam.

No dia 2 de fevereiro de 1898, registrou-se em cartório o falecimento do africano liberto Tito de Queiroz, ocorrido na localidade do “Sapé”⁵⁴. Entre os escravizados da família

obtiveram maior porcentagem de escravizados foram: Salvador com 329 (9,31%) alforriados, Cachoeira e Curralinho com 389 (11,01%).

⁵⁰ ACMS. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1876/1915), fl. 9.

⁵¹ ACMS. Livro de registro de óbitos..., fl. 12 e 15v.

⁵² ACMS. Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1890-1898), fl. 19. A adoção de novo sobrenome, o aprendizado de outra profissão ou reaproveitamento das experiências profissionais e sociais construídas na escravidão foram essenciais na delimitação dos projetos de vida desses agentes históricos. Ver FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 321.

⁵³ ACMS. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1876/1915), fl. 19v.

⁵⁴ ACMS. Livro de registro de óbitos..., fl. 23.

Queiroz, Tito e Romana se destacaram como pais de grande número de filhos, o que pode demonstrar certa estabilidade vivida pelo casal. O grupo familiar formado por esses trabalhadores poderia, inclusive, residir em espaços alternativos às senzalas dentro da propriedade. Isso pode explicar (e não determinar) as sociabilidades engendradas por essa família durante a escravidão e após a abolição.

Após 1888, familiares de Tito se deslocaram para as comunidades da vizinhança. Além do Engenho Sinunga, propriedade onde o africano e parte de seus descendentes viveram como cativos; Jenipapo, Calumbi, Sapé e Matataúba foram lugares que sediaram moradias desses indivíduos. Os laços sociais, construídos desde a escravidão, dinamizaram a experiência dessa família ao longo do tempo.

Aos 2 dias do mês de agosto de 1906, Félix Francisco da Cruz, residente no “Calumbi”, localidade mais próxima do Coqueirinho, compareceu ao cartório para informar o nascimento de Honória. Segundo Félix, por volta das “8 horas” da noite do dia anterior, em sua residência, nascera a dita criança, “filha natural” de Honória Maria da Conceição. O escrivão Antônio Manoel de Magalhães não deixou escapar que o declarante era filho dos falecidos Tito de Queiroz e Romana Maria do Desterro⁵⁵.

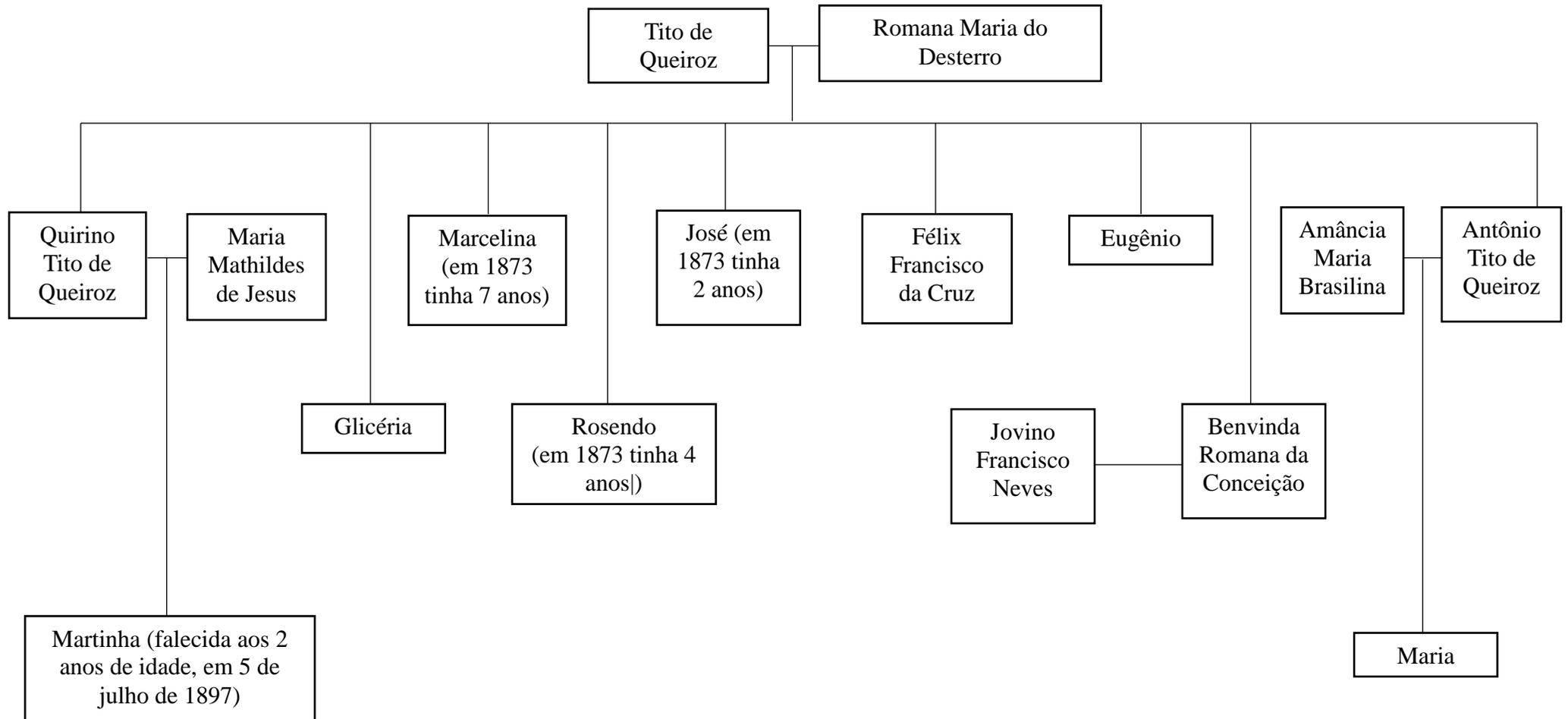
Em 26 de dezembro de 1908, Antônio Tito de Queiroz, irmão de Félix, compareceu ao cartório para informar o nascimento de sua filha Maria, nascida no dia 20 daquele mês. Antônio também declarou que era filho do africano Tito de Queiroz e de Romana, falecidos, e residia na comunidade do “Sapé”, onde vivia com Amância Maria Brasilina⁵⁶. Cruzando esses nomes com a relação dos trabalhadores cativos do engenho, constata-se que, em 1873, o crioulo Antônio, avaliado em 700\$000rs, devia ter entre 11 e 12 anos, pois seus quatro irmãos crioulos tinham entre 2 e 9 anos de idade. Em 1908, presume-se que esse ex-cativo tivesse entre 46 e 47 anos.

As fontes informaram que vários libertos adotaram o sobrenome da família a qual, quando cativo, havia servido. Essa prática ou estratégia acabou ajudando na localização das parentelas. Mas, obviamente, nem todos os ex-cativos do Engenho Sinunga adotaram o sobrenome dos ex-senhores. Os mundos da escravidão e do pós-abolição geraram necessidades de se usar sobrenome, principalmente nas situações de formalidade como nos casamentos e batizados.

⁵⁵ CRCOR. Livro de registro de nascimentos do distrito do Outeiro Redondo (1904-1909), fl. 35v-36.

⁵⁶ CRCOR. Livro de registro de nascimentos..., fl. 94-94v.

Figura 1 – Descendentes de Tito de Queiroz e Romana Maria do Desterro



Possivelmente, a depender da relação entre ex-cativo e proprietário de engenho, a recusa quanto à utilização do sobrenome senhorial podia representar uma medida para se distanciar dos laços escravistas que os uniam. A escolha de um sobrenome, muitas vezes, ligados aos padroeiros e padroeiras locais poderia representar, em parte, certo desligamento com aquele passado e início de uma nova vida. A crioula Romana, na documentação, emergiu com o sobrenome “Desterro”. Por certo, “Nossa Senhora do Desterro” é a padroeira do Outeiro Redondo.

Percorrendo outros caminhos nos deparamos com mais casos. Vejamos. Em 15 de janeiro de 1906, o padre Diôgo Vaz Lordello realizou a cerimônia matrimonial dos seguintes nubentes: Benvinda Romana da Conceição e Jovino Francisco Neves, na Igreja Matriz do Outeiro Redondo. Ao formalizar o registro daquele casamento, o padre fez constar que Benvinda era filha dos falecidos Tito de Queiroz e Romana; e Jovino era filho de Emídio Francisco Neves e de Martinha Francisca Neves⁵⁷. Analisando os registros de batismos da freguesia, nos últimos anos de escravidão, conclui que Jovino nasceu em 8 de fevereiro de 1880 e era um dos ingênuos gerados pela escravizada “Martinha Neves”, integrante do quadro de trabalhadores escravizados pertencentes à fazenda Coqueirinho. Em 12 de abril de 1880, Jovino foi batizado por Olavo Neves da Silva e Emiliana Maria de Jesus⁵⁸.

O sobrenome do pai e do padrinho do ventre livre sugere alguma relação com os escravizados da fazenda Coqueirinho. O cruzamento nominativo indica que o padrinho Olavo era irmão de Cleto Neves da Silva, filhos de Leocádia Neves da Silva. Nessa medida, ambos podem ter emergido da escravidão da mesma maneira que a liberta Martinha. Em 27 de setembro de 1893, Cleto foi uma das testemunhas do casamento de Olavo com Honória Rosa de Jesus, filha do falecido Antônio Francisco Fernandes e de Rosa Maria de Jesus⁵⁹. Após doze anos de matrimônio, em 5 de dezembro de 1905, Olavo compareceu ao registro civil do distrito para declarar o nascimento de Maria, filha gerada em sua união com Honória na localidade “Jenipapo do Sinunga”.

⁵⁷ ACMS. Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1898-1915), fl. 22v.

⁵⁸ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 17v.

⁵⁹ ACMS. Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1890-1898), fl. 18.

Nos antigos engenhos e fazendas que se localizavam nas proximidades do rio Sinunga, havia constante mobilidade de indivíduos e grupos familiares. No dia 18 de outubro de 1913, Manuel Tosta Nascimento registrou Manuel, “pardo”, seu filho legítimo e de Inês Paula da Silva. O escrivão informou que a criança foi batizada por Licínio Queiroz na residência do casal, no “Sinunga”, onde padrinho e demais familiares viviam⁶⁰. É sabido que Licínio morava nas proximidades das casas de engenho, onde formou família com uma irmã de Inês⁶¹.

A mãe e o padrinho do pequeno Manuel eram bem conhecidos naquelas localidades. Inês Paula da Silva era filha de Cleto Neves da Silva e de Luzia Maria da Silva. Sua irmã Francisca Paula da Silva casou-se com Licínio Queiroz, filho de Felipa Neves da Silva e Arsênio Neves de Queiroz. A tradição oral, difundida pelos moradores dos arredores do engenho, incluem Cleto e Felipa na relação de libertos daquele cativo que ali formaram famílias no pós-abolição.

Felipa faleceu em 1938, vítima de “moléstia interna”, provavelmente na residência de Licínio, filho que declarou o falecimento em cartório, afirmando que a mãe tinha 78 anos de idade. Cronologicamente nasceu por volta de 1860, em plena vigência da escravidão. No assento de óbito consta-se que Felipa era filha de Mathildes Neves da Silva, a qual havia residido na localidade do Coqueirinho⁶². Suspeita-se que Mathildes e Cleto eram parentes e pertenciam a mesma geração de escravizados da fazenda Coqueirinho. Em ambos, o sobrenome Neves esteve presente, característica marcante dos ex-cativos que pertenceram a Francisco de Paula Neves.

De acordo com os depoimentos orais concedidos por Seu Catarino, Felipa frequentava bastante os sambas que aconteciam nas residências dos moradores das comunidades do entorno do engenho. Seu filho, Licínio, a conduzia para aquelas festas através de animais de montaria. Nessas ocasiões, Felipa “caía no samba” com suas camaradas e aproveitava para se divertir⁶³.

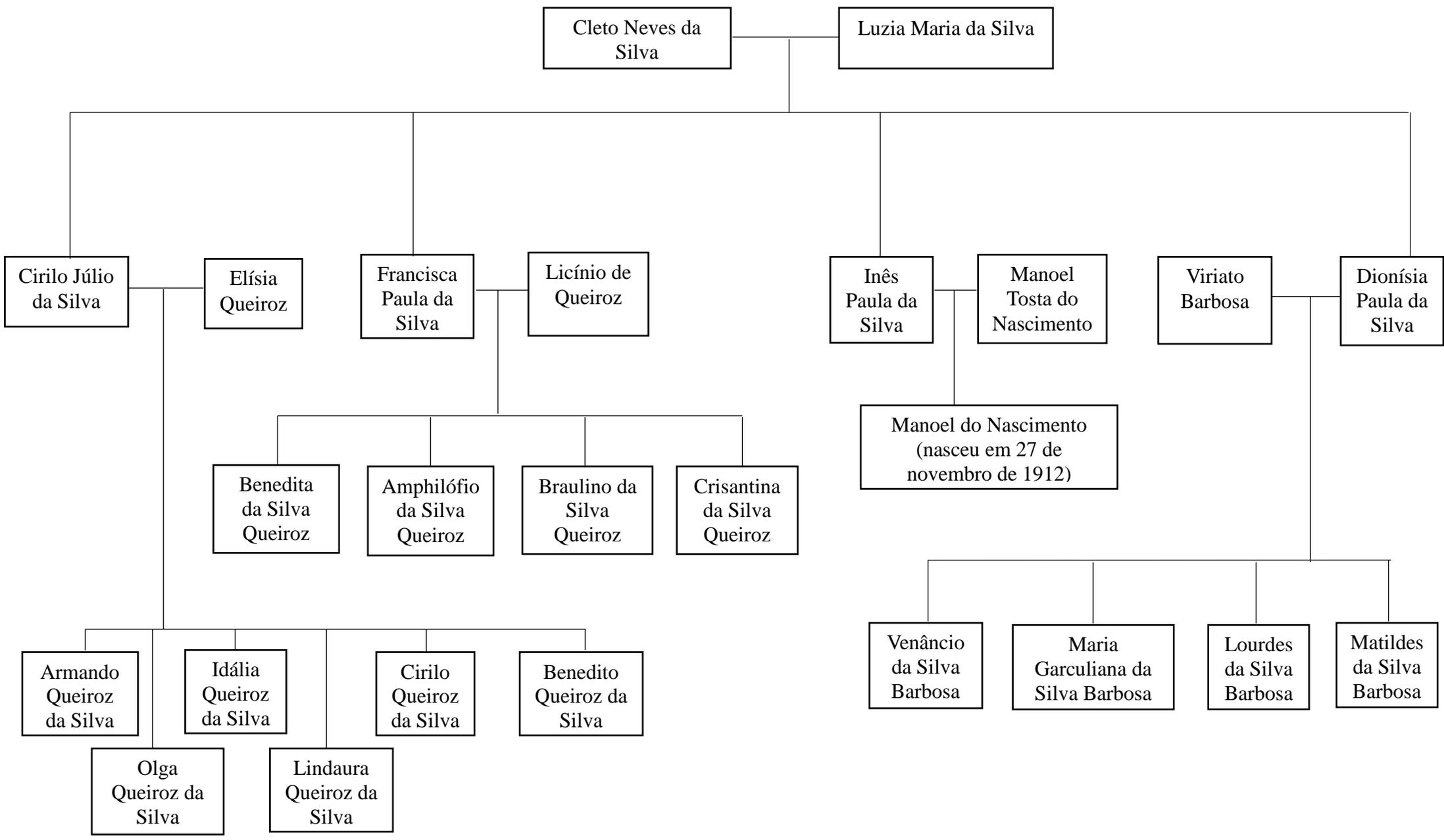
Figura 2 – Descendentes de Cleto Neves da Silva e Luzia Maria da Silva

⁶⁰ CRCOR. Livro de registro de nascimentos do distrito do Outeiro Redondo (1913-1914), fl. 52v-53.

⁶¹ Sra. Crisantina Queiroz. Depoimento concedido em 09 de novembro de 2007.

⁶² CRCOR. Livro de registro de óbitos do distrito Outeiro Redondo, nº 7, fl. 19.

⁶³ Sr. Catarino Felício de Jesus. Depoimento concedido em 17 de setembro de 2011.



Nos momentos festivos e no cotidiano comunitário, Felipa e todas as pessoas do povoado tinham sociabilidades. Na condição de esposa de um homem branco e distinto, tal qual era a figura de Arsênio, descendente de ex-senhores de engenho e ao mesmo tempo herdeiro daquelas terras, a vida dessa mulher, certamente ex-cativa da família Queiroz, não parece ter sido uma maravilha em todos os momentos. Analisando o depoimento de uma senhora que a conheceu, vê-se que em vários momentos os moradores a tratavam com distinção, mas desdenhavam daquela relação. Muitos diziam que ela era uma “negra desconfiada” e “cismada” porque vivia com um “homem branco”⁶⁴.

Os descendentes de Felipa e de Cleto constituíram matrimônios e expandiram suas parentelas para o Quilombo e outros povoados vizinhos. Os registros civis e de imóveis, produzidos nas décadas posteriores à abolição, informaram que as áreas próximas às ruínas do engenho também se chamavam “Sinunga”, “Engenho Sinunga” e “Cabeceira do Sinunga”. Próximo à sede do engenho, Francisca Paula da Silva, filha de Cleto, residiu com Licínio Queiroz. De acordo com as narrativas sobre essa família, os filhos dessa união eram descendentes de libertos e da família senhorial, pois Licínio era bisneto do proprietário do engenho.

A família de Licínio e Francisca permaneceu naquela localidade até a segunda metade do século XX. No dia 6 de agosto de 1934, Amphilofio da Silva Queiroz, “pardo”, nascido em 3 de agosto de 1914, foi registrado em cartório como um dos filhos desse casal⁶⁵. As tradições orais das redondezas afirmaram que Amphilofio era mais conhecido como “Mano”. Ele e seus irmãos viviam próximo às ruínas da casa de moagem, ali formaram família e residiram por longas décadas. Atualmente, Quilombo, Jenipapo e Coqueirinho são comunidades onde os descendentes dessas famílias permaneceram em maior número⁶⁶.

Até meados do século XX, nas proximidades da represa do engenho moravam muitas famílias de rendeiros que conquistaram a posse da terra. Em uma dessas residências, vivia a família de Dionísia Paula da Silva, mais uma filha de Cleto. Ela era casada com Viriato

⁶⁴ Sra. Maria Lúcia dos Santos. Depoimento concedido em 30 de março de 2012. Sobre racialização e cidadania negra, cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶⁵ CRCOR. Livro de registro de nascimentos do distrito do Outeiro Redondo, nº. 4 (1930-1934), f.19

⁶⁶ Sra. Militana Vila Verde do Nascimento. Depoimentos concedidos em 23 de novembro de 2007 e 14 de agosto de 2010; Sra. Nair de Queiroz Silva, falecida. Depoimentos concedidos em novembro de 2007 e setembro de 2010; Sra. Maria Lúcia dos Santos. Depoimento concedido em 30 de março de 2012; Sra. Crisantina Queiroz. Depoimento concedido em 09 de novembro de 2007.

Barbosa, que surgiu nos relatos como “catingueiro”⁶⁷. Os filhos desse casal eram sobrinhos de Inês Paula da Silva, Francisca Paula da Silva e de Cirilo Júlio da Silva, casado com Elísia Queiroz⁶⁸. Vários descendentes de Dionísia migraram para o Sudeste do país, mas alguns de seus familiares ainda permanecem na comunidade.

Maria Gaçuliana, filha de Dionísia, foi uma das netas de Cleto que formou família no Quilombo. Netos e bisnetos dessa descendente ainda moram nessa comunidade. Em uma pequena propriedade, Gaçuliana construiu moradia e ali criou seus filhos. As narrativas contadas nas diversas localidades informaram que foram muitos os grupos familiares que permaneceram nessas terras após à abolição. Mas, por motivos variados, vê-se que as gerações de nascidos a partir das décadas de 1820 e 1830 encontraram dificuldades quanto à permanência nesses povoados.

1.4 Trajetória de uma família negra

Para reforçar o que estamos discutindo, apresento o itinerário do liberto “Santiago” através do depoimento de seu neto, Catarino Felício de Jesus, mais conhecido como “Seu Catu”, um dos patriarcas do Quilombo. Conto também com os depoimentos concedidos por Militana do Nascimento, nascida em 1922. Dona Militana, maneira pela qual as pessoas a tratavam cotidianamente, era uma das professoras mais antigas dessa comunidade⁶⁹.

Na década de 1930, com a morte de José de Souza Vila Verde, avô de Dona Militana, a propriedade foi inventariada e desmembrada. Nesse momento, um dos filhos de “Santiago”, Marcos Santiago, comprou uma parcela daquelas terras. Nesse pedaço de chão seus filhos constituíram famílias. Dona Militana nos confidenciou que, quando criança, gostava de passear pelas margens da represa e ruínas do engenho na companhia das netas de Cleto que moravam no Quilombo. Essa senhora rememorou que seu pai às vezes a levava com os irmãos até aquele

⁶⁷ “Catingueiro” era uma expressão usada pelos moradores do Recôncavo para denominar os trabalhadores emigrados do Agreste ou Sertão baiano – os quais, em períodos de estiagem, engrossavam a mão de obra nos engenhos e fazendas dessa região. Nos mais diversos povoados do Outeiro Redondo, conta-se histórias sobre esses trabalhadores. Dona Jovina dos Santos, em depoimento concedido em 23 de outubro de 2010, disse-nos que migrou do município de Santo Estevão e, após residir em outros endereços, fixou-se no Engenho São João com a família. Segundo os relatos dessa senhora, no pós-abolição, essa propriedade contou com os braços de grandes contingentes de “catingueiros”, muitos dos quais, no decorrer dos tempos, se tornaram rendeiros – categoria a qual pertence – e permaneceram com os familiares “destocando pastos”, cuidando dos cafezais e das plantações de cana utilizada na fabricação de aguardente.

⁶⁸ Sra. Maria Lúcia dos Santos. Depoimento concedido em 30 de março de 2012.

⁶⁹ Sra. Militana Vila Verde do Nascimento. Depoimento concedido em 14 de agosto de 2010.

local e não deixou escapar as lembranças que tinha desse liberto morando em uma “casinha velha” próxima aos remanescentes do Engenho Sinunga.

Catarino informou que conheceu várias construções do engenho em ruínas e relembrou dos demais libertos que residiam nos arredores da propriedade. Dentre alguns nomes citados por esse descendente de ex-cativo, destaco Juvêncio e Rosendo. Ao cruzarmos essa informação com a relação dos escravizados arrolados na década de 1870, localizamos o crioulo Juvêncio, com 39 anos, casado com a crioula Libânia, com quem teve vários filhos. Nessa relação de escravizados, identificamos também o crioulo Rosendo, de 4 anos de idade, filho do africano Tito com a crioula Romana⁷⁰.

Sabe-se que netos de “Santiago” constituíram família com netas de uma presumível “ingênuia” chamada “Andreza”, ligada à fazenda Coqueirinho. Para a tradição oral, a ventre livre constituiu uma família bastante numerosa e no dia a dia do trabalho, sobretudo nas casas de farinha, costumava dizer que sua geração de trabalhadores não sofreu tanto quanto sua mãe e os outros parentes. Catarino, na primeira núpcia, e seu primo Aniceto, casaram-se com filhas de “Andreza”. Vários descendentes dessas famílias ainda se encontram no povoado do Quilombo e áreas vizinhas.

Conta Catarino que, por volta de meados da década de 1930, seu avó e tios eram todos trabalhadores rendeiros de Arsênio Neves de Queiroz. Certo dia de atividades na casa de farinha de “Ioiô”, tratamento de deferência concedido a Arsênio pelas famílias dos libertos, houve um “bate boca” entre sua mãe, Júlia, e a filha de outro rendeiro. A casa de farinha ficava próxima à residência do patrão e, como de costume, nesses locais aconteciam muitas confusões, destacou o narrador.

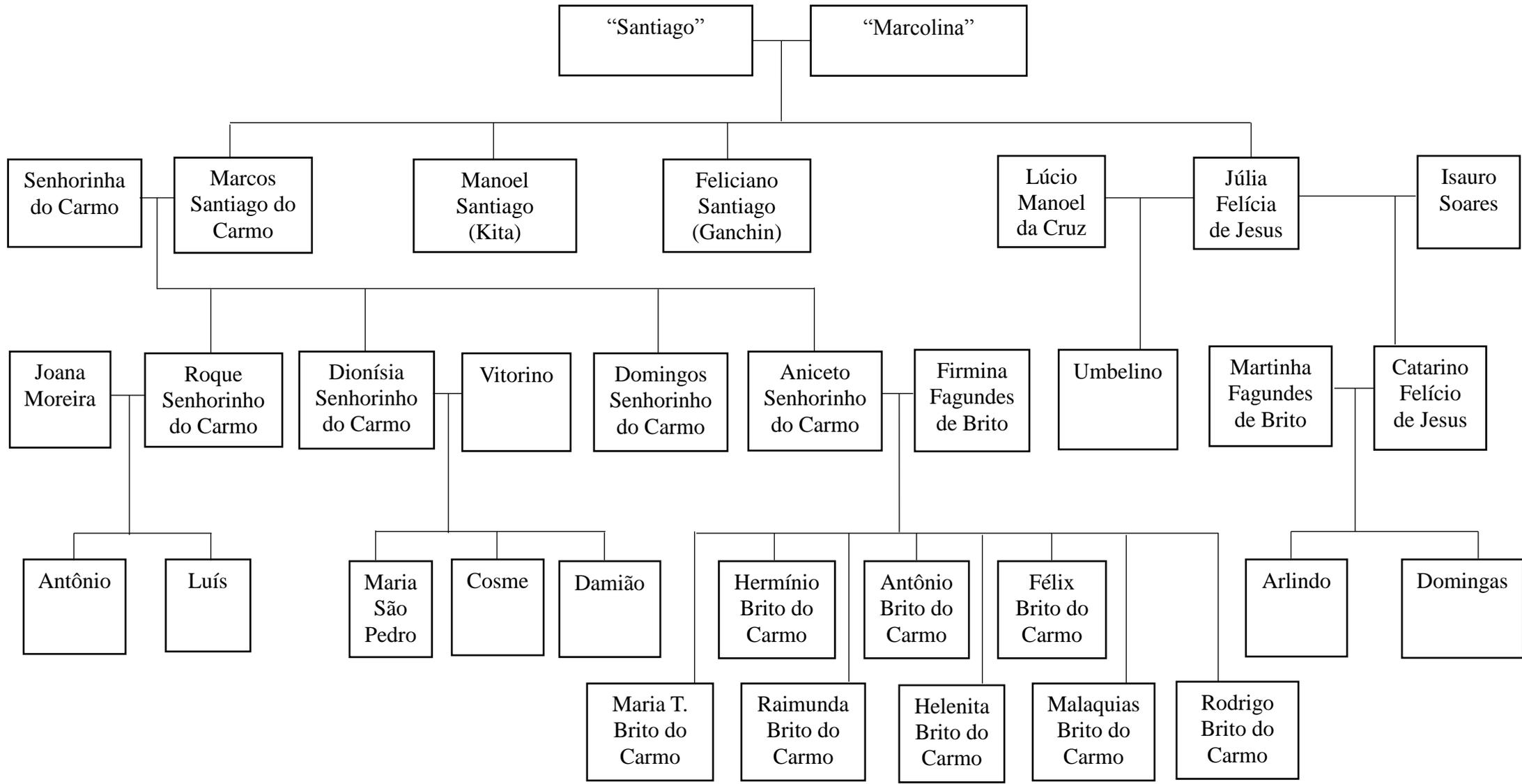
Acostumado com os castigos físicos no tratamento dos escravizados, predominantes na época da escravidão, Arsênio ameaçou dar umas “bofetadas” em Júlia, mas, no calor daquele conflito, logo fora surpreendido por ela ao desferir golpes com o rodo⁷¹. No momento da confusão, vale a pena registrar, Júlia não estava sozinha na casa de farinha. Entre os trabalhadores, estavam presentes seu pai, o liberto “Santiago”, e seu irmão Feliciano, apelidado de “Ganchin”, que também era namorado da “moça” envolvida naquele episódio conflituoso⁷².

⁷⁰ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 67v.

⁷¹ Ferramenta de madeira usada pelos lavradores para fazer a farinha de mandioca.

⁷² Sr. Catarino Felício de Jesus. Depoimentos concedidos em 19 de outubro de 2014 e 23 de novembro de 2015

Figura 3 – Descendentes de “Santiago” e “Marcolina”



Os familiares de Júlia não concordaram com aquela atitude do patrão e demonstraram indiferença com o acontecimento. Os conflitos entre libertos e proprietários pautaram o pós-abolição, na medida em que os egressos recusaram as costumeiras intervenções senhoriais em suas vidas, bem como as tentativas de impor castigos físicos e punições sobre as ações cotidianas. Nesse sentido, libertos e proprietários tinham distintas concepções de liberdade. Enquanto os primeiros se esforçaram para assegurar e ampliar as conquistas advindas das lutas contra a escravidão, os ex-senhores ainda tentavam estabelecer controle sobre o destino destes⁷³.

Diante daquele conturbado pós-abolição, convicto de que seu poder era superior e inquestionável, certamente Arsênio não mediu as consequências de seu ato. Como sempre fazia, tentou acabar com àquela discussão utilizando-se de sua autoridade como proprietário, descendente dos antigos donos do engenho. Mas, por outro lado, ele não cogitou a reação de seus “lacaiois” – homens e mulheres marcados pelo trabalho forçado e pelas duras vivências do cativo – mas, sobretudo, conscientes de seus espaços e direitos conquistados com a abolição. Catarino sabiamente concluiu que, “Ioiô Arsênio” pensou que podia “bater de cipó e castigar como fazia antigamente e nada acontecia”⁷⁴.

Sobre o desfecho dessa história, conta-se que Arsênio ordenou que, em 24 horas, o liberto e seus familiares deixassem a propriedade, local onde viveram por toda uma vida e formaram comunidade. Ir para onde e de que maneira sobreviver, dadas as especificidades do contexto pós-abolição? Pensamos que essas questões devem ter povoado a mente daquele grupo familiar. Segundo esse descendente, a família se espalhou por vários lugares. “Santiago” e seu filho Feliciano foram morar nas terras de uma fazenda vizinha ao engenho pertencente à família Costa Pinto; Júlia e Catarino foram parar na localidade do Calumbi.

Na época em que aconteceu o conflito na propriedade, Marcos já havia migrado do engenho para a propriedade dos Vila Verde. Nesse sentido, a compra dos imóveis feita por ele representou a união dos familiares. Quando houve a compra do sítio de Elísia Queiroz, madrinha de Catarino, a família de “Santiago” retornou às imediações do Sinunga, mas o

⁷³ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 165-166. As lutas pela liberdade demarcaram o pós-cativo, talvez sua maior expressão tenha sido a luta pela terra ou pelo direito de cultivar um pedaço de chão. *Memórias do Cativo* – livro de autoria de Ana Rios e Hebe Mattos – trata bem dessas histórias e memórias sobre a escravidão e o pós-abolição contadas pelos descendentes dos libertos do Sudeste do país. Segundo as autoras, a compreensão das relações entre o processo emancipatório dos cativos nas Américas e seu destino nas antigas sociedades escravagistas, merecem consideração como problemática “relativamente recente entre os historiadores”. Cf. RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁷⁴ Sr. Catarino Felício de Jesus. Depoimento concedido em 17 de setembro de 2011.

liberto faleceu antes desse processo. Entre as décadas de 1940 e 1960, a família daquele ex-morador do engenho cresceu significativamente com os casamentos de seus filhos e nascimentos de seus netos.

Eis aqui um bom exemplo das migrações individuais e coletivas que ocorreram sob perspectivas variadas numa conjuntura de redefinição das relações de trabalho. A trajetória dessa família oferece a possibilidade de refletirmos sobre o paradeiro dos ex-escravizados que migraram das fazendas e engenhos nas décadas seguintes ao fim da escravidão. As histórias e memórias narradas até aqui refletiram sobre comunidade, constituição de família e itinerários de sujeitos após 1888. No capítulo a seguir, contaremos a história do antigo Engenho Sinunga e veremos como as tensões dos últimos anos de cativeiro foram vivenciadas pela comunidade dos escravizados.

2 ENGENHO SINUNGA: uma propriedade escravista do Recôncavo Baiano

“Fui a Freguesia do Outeiro Redondo, [no] Engenho Sinunga, requerer a José Inácio da Costa Queiroz para em vinte quatro horas [...] pagar a quantia de vinte e três contos, quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e dois réis”.

(Balthasar Teixeira Guedes, oficial de justiça, 1877)*

O fragmento destacado acima retrata o clima de tensão que se estabeleceu no Engenho Sinunga entre as décadas de 1870 e 1880. Naquela ocasião, a propriedade se encontrava ameaçada pelas dívidas geradas nos negócios com açúcar e compras de insumos para o seu funcionamento. O ano de 1877 foi palco de conflitos entre os herdeiros daquelas terras e um bem-sucedido comerciante da Cachoeira oitocentista. Depois de muitos embates, veremos que vários escravizados da família proprietária foram hipotecados. No entanto, as fontes sugerem que as pessoas que constituíam aquela comunidade de senzala permaneceram naquela localidade após a abolição. Os relatos narrados pela tradição oral, bem como os indícios documentais garimpados nos arquivos permitem apurar que a família proprietária conseguiu frear a tentativa empreendida pelo credor no que dizia respeito à divisão do engenho.

2.1 A freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro no município da Cachoeira

O mapa a seguir demonstra a geopolítica do Recôncavo da Bahia em meados do período oitocentista. Constata-se que Outeiro Redondo – distrito onde se encontrava o Engenho Sinunga – além de limitar-se com a povoação de São Félix e grande parte do município de Maragogipe, circunvizinhava-se com as freguesias de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas e São Pedro da Muritiba. O município da Cachoeira, na primeira e segunda metade do século XIX, sofreu redução em seus contornos territoriais. Entre as décadas de 1830 e 1880, em virtude do desmembramento de Feira de Santana e posteriormente com a emancipação de São Gonçalo dos Campos, o território municipal diminuiu significativamente.

* AFSF. Libelo civil contra os herdeiros de Fernando José de Queiroz, CX: 01, fl. 39v-40.

Mapa 3 – Municípios e Freguesias do Recôncavo Baianos em meados do século XIX



Fonte: BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40. Localização da freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo em meados do século XIX. (Grifo meu).

Veremos no Censo de 1872 alguns dados relativos à população escravizada e livre na paróquia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo. Dentre as freguesias que integravam o município da Cachoeira, Outeiro Redondo era um dos termos de menor expressão populacional. Em 1872, 3.490 pessoas residiam naquela localidade, destas, 2.420 eram livres (1.088 homens e 1.332 mulheres) e 1.070 correspondiam aos escravizados (543 homens e 527 mulheres)⁷⁵.

⁷⁵ Recenseamento do Brasil em 1872. A versão digital do documento pode ser consultada na internet: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>. Para informações mais apuradas sobre o recenseamento na Província da Bahia, ver MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Ver, principalmente, os capítulos 6 e 7 da obra.

Tabela 1 - Distribuição da população escravizada no município da Cachoeira, 1872⁷⁶

<i>FREGUESIAS</i>	Sexo M.	Sexo F.	População	%
<i>Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira</i>	506	618	1.124	7%
<i>Nossa Senhora da Conceição da Feira</i>	1.315	1.597	2.912	19%
<i>São Pedro da Muritiba</i>	994	704	1.698	11%
<i>Nossa Senhora do Bom S. da Cruz das Almas</i>	1.053	893	1.946	13%
<i>Santiago do Iguape</i>	1.038	1.051	2.089	14%
<i>Santo Estevão do Jacuípe</i>	575	548	1.123	7%
<i>Nossa Senhora do Desterro do Out. Redondo</i>	543	527	1.070	7%
<i>Senhor Deus Menino de São Félix</i>	186	162	348	2%
<i>São Gonçalo dos Campos</i>	1.862	521	2.383	16%
<i>Nossa Senhora do Resgate das Umburanas</i>	316	338	654	4%
<i>Total</i>	8.388	6.959	15.347	100%

Fonte: Censo de 1872.

A população submetida ao cativo na Província da Bahia, em 1872, foi estimada em 167.824 escravizados – sendo 89.094 do sexo masculino e 78.730 do sexo feminino; frente aos 1.211.792 livres (630.353 homens e 581.439 mulheres). Entre os livres, embora o censo não faça distinção, certamente inclui-se grande quantidade de libertos. Naqueles anos, foram computadas 88.181 pessoas nos quatro cantos da zona administrativa da Cachoeira, onde 72.834 eram livres (83%), e 15.347 viviam como cativos, ou seja, 17% da população municipal⁷⁷.

Segundo a autora (p. 87), o levantamento de 1872, primeira contagem demográfica devidamente controlada, a qual anunciou a entrada do Brasil na era da “estatística moderna”, teve como base “um recenseamento experimental empreendido em 1870 no Município Neutro da Corte”.

⁷⁶ Os números da tabela relacionados à porcentagem foram aproximados.

⁷⁷ Ver Censo do Brasil de 1872. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 87-88. A historiadora fez amplo uso dos dados catalogados por este recenseamento, sobretudo no que se refere às informações sobre a população escravizada na Bahia.

Com base nas informações do censo, estima-se ainda que os cativos da paróquia do Outeiro Redondo correspondiam a 30% da totalidade de seus habitantes e representavam cerca de 7% dos indivíduos submetidos ao cativeiro naquele município. Esse contingente se aproximava dos percentuais de trabalhadores escravizados nos setores urbanos locais e nas freguesias de Santo Estevão do Jacuípe e de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas. Mas, ao mesmo tempo, se distanciava das posições ocupadas por Nossa Senhora da Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Santiago do Iguape, Nossa Senhora do Bom S. da Cruz das Almas e São Pedro da Muritiba⁷⁸. Em Outeiro Redondo, 94% dos cativos eram solteiros, 5% logravam o status de casados e 1% somavam os viúvos⁷⁹.

Embora o censo não faça menção à parentela dos cativos e às nações que os africanos pertenciam, considerou a cor e a nacionalidade dos escravizados. Para Outeiro Redondo: 37% foram classificados como pardos e 63% como pretos. Sabemos que 90% daqueles indivíduos foram destacados como afro-brasileiros e 10% como africanos. Com o fim do tráfico, em 1850, o número de crioulos aumentou consideravelmente nas propriedades de toda a

⁷⁸ Estudos sobre a região do Recôncavo comprovam o quão a freguesia de Santiago do Iguape era escravista e possuidora de uma estrutura fundiária concentrada na grande propriedade. O Iguape, portanto, era um termo diferenciado das demais localidades pertencentes à Cachoeira colonial e imperial, pois, em lugares como Outeiro Redondo, São Gonçalo (etc.) a produção de açúcar, por variadas razões, não se destacou nas mesmas proporções – predominou a cultura do fumo como bem demonstrou SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Para além da maioria dos termos da Cachoeira, os distritos ligados a Maragogipe e Jaguaripe também se dedicaram fortemente ao cultivo de tabaco, mandioca e demais gêneros agrícolas.

⁷⁹ A formação familiar entre cativos na Bahia, de forma particular, foi abordada em estudos que trataram sobre a sociedade escravista e seus meios de produção e reprodução. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., dedicou o capítulo 14 – *A família escrava e as limitações da escravidão* – para refletir sobre os laços familiares que envolviam os escravizados no Recôncavo, as restrições senhoriais que desencorajavam às uniões, as afinidades étnicas e de cor, o compadrio e outras formas de parentesco ritual. Ver também GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII.” In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59. Ver, ainda, MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16 (mar./ago. 1988), p. 37-55; da mesma autora: *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988; e *Bahia, século XIX...*, op. cit. A vida familiar dos libertos, principalmente dos africanos, foi estudada por OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988. Dentro desse quadro bibliográfico, destaca-se, ainda, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001; e da mesma autora: *A família negra no tempo da escravidão...*, op. cit. De acordo com REIS, 2007, p. 275, a Bahia emergiu no Censo de 1872 como a Província detentora do maior número de cativos casados e viúvos do Império. Mas, apesar da credibilidade dos números desse levantamento demográfico, seus resultados não batem em todos os quesitos. Confrontados com os registros matrimoniais da Freguesia da Sé, em Salvador, e a lista de classificação dos escravizados a serem libertados pelo Fundo de Emancipação em Inhambupe e Ilhéus, esta historiadora notou diferenças na proporção de uniões formais. Mas, para ela, o baixo índice de legitimação das uniões entre cativos não diminui a “experiência familiar” vivenciada por esses homens e mulheres de cor. Ver FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. Para o Sudeste do país, cf. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

província. No início da década de 1870, no Engenho Sinunga, a presença de africanos se restringia a 28% dos cativos⁸⁰.

Refletindo sobre o cativo em engenhos de senhores do Recôncavo, falecidos entre 1870 e 1887, a partir da amostra de 798 cativos, extraída de 10 propriedades dessa região, Walter Fraga fez considerações importantes e estabeleceu conclusões sobre a população escravizada:

Em consequência da abolição do tráfico, as comunidades negras dos engenhos estavam passando por mudanças significativas em sua composição étnica. Do total de cativos inventariados, apenas 10,2% eram africanos. Os crioulos eram o grupo mais numeroso, totalizavam 65,3% da mão-de-obra dos engenhos analisados. Juntando os crioulos e mestiços (pardos e cabras), verifica-se que os nascidos no Brasil constituíam quase 90% dos trabalhadores. Isso significa que os engenhos estavam operando com população predominantemente nascida no país. Sem dúvida, um perfil bastante diferente do observado na primeira metade do século XIX, quando predominava o trabalho africano⁸¹.

As freguesias da Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Santiago do Iguape, Nossa Senhora do Bom Sucesso e São Pedro da Muritiba eram espaços de intensa concentração de cativos e livres. Com exceção de Muritiba, a presença de escravizados naqueles distritos era superior à metade de todos os habitantes do Outeiro Redondo. Esses distritos abrigavam aproximadamente 70% da população municipal escravizada em Cachoeira. As tabelas a seguir permitem a comparação de alguns aspectos da população escravizada do Outeiro Redondo com os cativos existentes em Muritiba e Cruz das Almas.

As tabelas proporcionam a visualização de percentuais internos aos três contextos geográficos, bem como permitem analogia entre essas localidades. No que diz respeito ao estado civil, Outeiro Redondo abrigava 94% dos solteiros, nas povoações vizinhas, respectivamente, chegava a 60% e 58%. As uniões sacramentadas pela Igreja Católica somavam 5% na povoação de Nossa Senhora do Desterro, 33% em Cruz das Almas e 31% na freguesia da Muritiba, local com 86% de afro-brasileiros. Para esse momento, constata-se

⁸⁰ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 166-168. A segunda metade do século XIX, do ponto de vista de Mattoso, foi marcada pela “abolição do tráfico” e a crescente comercialização interprovincial de cativos que provocou a exportação de muitos africanos para o Sul do país. Além disso, a autora informou que o baixo índice de mortalidade entre os nascidos no Brasil – já que os recém-chegados eram os principais alvos das epidemias de cólera e febre amarela – concorreu para o expressivo aumento populacional dos afro-brasileiros.

⁸¹ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 34-35.

ainda que 26% dos escravizados inventariados no Engenho Sinunga havia formado família naquela propriedade⁸².

Tabela 2 - Nacionalidade da população cativa residente em Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas, 1872

	Out. Redondo				C. das Almas				Muritiba			
	Sexo		Total	%	Sexo		Total	%	Sexo		Total	%
	M.	F.			M.	F.			M.	F.		
<i>Afro-brasileiros</i>	461	500	961	90%	1006	836	1842	95%	860	594	1454	86%
<i>Africanos</i>	82	27	109	10%	47	57	104	5%	134	110	244	14%
<i>População</i>	1.070			100%	1.946			100%	1.698			100%

Fonte: Censo de 1872.

Tabela 3 – Estado civil da população cativa residente em Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas, 1872

	Out. Redondo				C. das Almas				Muritiba			
	Sexo		Total	%	Sexo		Total	%	Sexo		Total	%
	M.	F.			M	F			M	F		
<i>Solteiros</i>	515	495	1010	94%	665	514	1179	60%	601	381	982	58%
<i>Casados</i>	19	27	46	5%	321	317	638	33%	280	254	534	31%
<i>Viúvos</i>	9	5	14	1%	67	62	129	7%	113	69	182	11%
<i>População</i>	1.070			100%	1.946			100%	1.698			100%

Fonte: Censo de 1872.

Após observar como os escravizados estavam organizados, é pertinente analisar a composição da população livre do Outeiro Redondo discriminada no censo. Tecemos considerações sobre a participação dos libertos nessa demografia. Os moradores livres da paróquia, em 1872, somavam 2.420 habitantes – mais que o dobro da população cativa. No

⁸² AFSF. Libelo civil..., op. cit. fl. 67. A lista de cativos do Engenho Sinunga se encontra anexada ao processo aberto após o falecimento do proprietário daquela propriedade.

entanto, questiona-se qual o peso dos ex-cativos nesse contingente, tendo em vista o acirrado decréscimo populacional que impactou sob o cativo na segunda metade do século XIX⁸³.

O censo registrou 597 fogos em Outeiro Redondo, porém somente 524 casas eram habitadas. Entre a população livre que vivia no distrito, observou-se que, somados, pardos e pretos totalizavam 84% de todos os paroquianos. É possível que este número tenha ganhado incremento significativo nos anos finais daquela década e em meados dos anos 1880, quando as lutas pela abolição atingiram a propriedade escravizada com maior expressão. Os últimos dias da escravidão no Recôncavo presenciaram atitudes de insubordinação e a intensificação das fugas coletivas dos escravizados.

2.2 O Engenho Sinunga, década de 1870

Nas derradeiras décadas de vigência do cativo, a família Queiroz enfrentava uma complexa conjuntura de dificuldade financeira que ameaçava a integridade da propriedade do engenho. A documentação garimpada no registro de imóveis indica que aquela fábrica apresentava sinais de declínio. Sugere também que a série de empréstimos se iniciaram no final da década de 1850. No entanto, os Queiroz não eram os únicos proprietários do Recôncavo que se achavam nas mãos dos comerciantes na segunda metade do século XIX. Grande parte dos integrantes da ala senhorial estava comprometida em empréstimos com os homens do comércio⁸⁴.

Em 21 de março de 1873, o proprietário do Engenho Sinunga, com 66 anos, faleceu nessa mesma propriedade. No registro de óbito, lavrado pelo Vigário Joaquim Barroso de Santa Ana, vê-se que aquele senhor foi “envolto em habito da Ordem Terceira do Carmo” e recebeu todos os sacramentos, bem como teve “enterro solene” em uma das carneiras daquela ordem religiosa em Cachoeira⁸⁵. Precisamente era membro dessa irmandade – tradição comum à classe senhorial. Os assentos de óbitos confirmam que, a depender das hierarquias

⁸³ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 48-56. O historiador demonstra que os escravizados dos engenhos estavam atentos aos direitos garantidos pelas leis emancipacionistas, tanto que aqueles que fugiam para os centros urbanos, frequentemente recorriam às autoridades policiais para pedir proteção nas batalhas judiciais entre estes e os senhores, nas petições que envolviam a venda de parentes para outras províncias e nos demais conflitos existentes.

⁸⁴ OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999, p. 16-19.

⁸⁵ ACMS. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1876-1915), fl. 24.

sociais, religiosas e raciais, os mortos eram enterrados no interior das igrejas ou nos corredores e valas que haviam na área externa⁸⁶.

As dívidas contraídas nos negócios com açúcar provocaram tensões e embates entre os herdeiros e entre estes e os credores ao longo das décadas de 1870 e 1880. As discussões que ganharam as páginas judiciais se desenrolaram em torno do funcionamento do engenho, bem como objetivavam a permanência dos escravizados⁸⁷. Sabe-se que, nos meses subsequentes à morte do dono do engenho e a partir da primeira metade do ano de 1874, a propriedade estava sendo inventariada. No entanto, só conseguimos acessar a relação dos escravizados ao analisar o libelo civil contra os herdeiros. É possível que o inventário não tenha prosseguido, pois não localizamos esse documento nos arquivos.

Entre os bens arrolados após a morte do senhor, sabe-se que 39 cativos foram avaliados. Refletiremos sobre a constituição de família entre os escravizados e abordaremos os impactos das dívidas senhoriais no cativo, ou seja, procura-se compreender de que maneira essa ação judicial repercutiu na comunidade negra. Naqueles anos, as lavouras de cana, mandioca e as plantações de cafeeiros fixados nos solos que margeavam a represa do engenho foram citadas em vários momentos pelos herdeiros com o objetivo de demonstrar o estado de pujança da fábrica. A disputa, sem dúvida, provocou mudanças na vida de muitos indivíduos e grupos familiares que viviam naquele povoado.

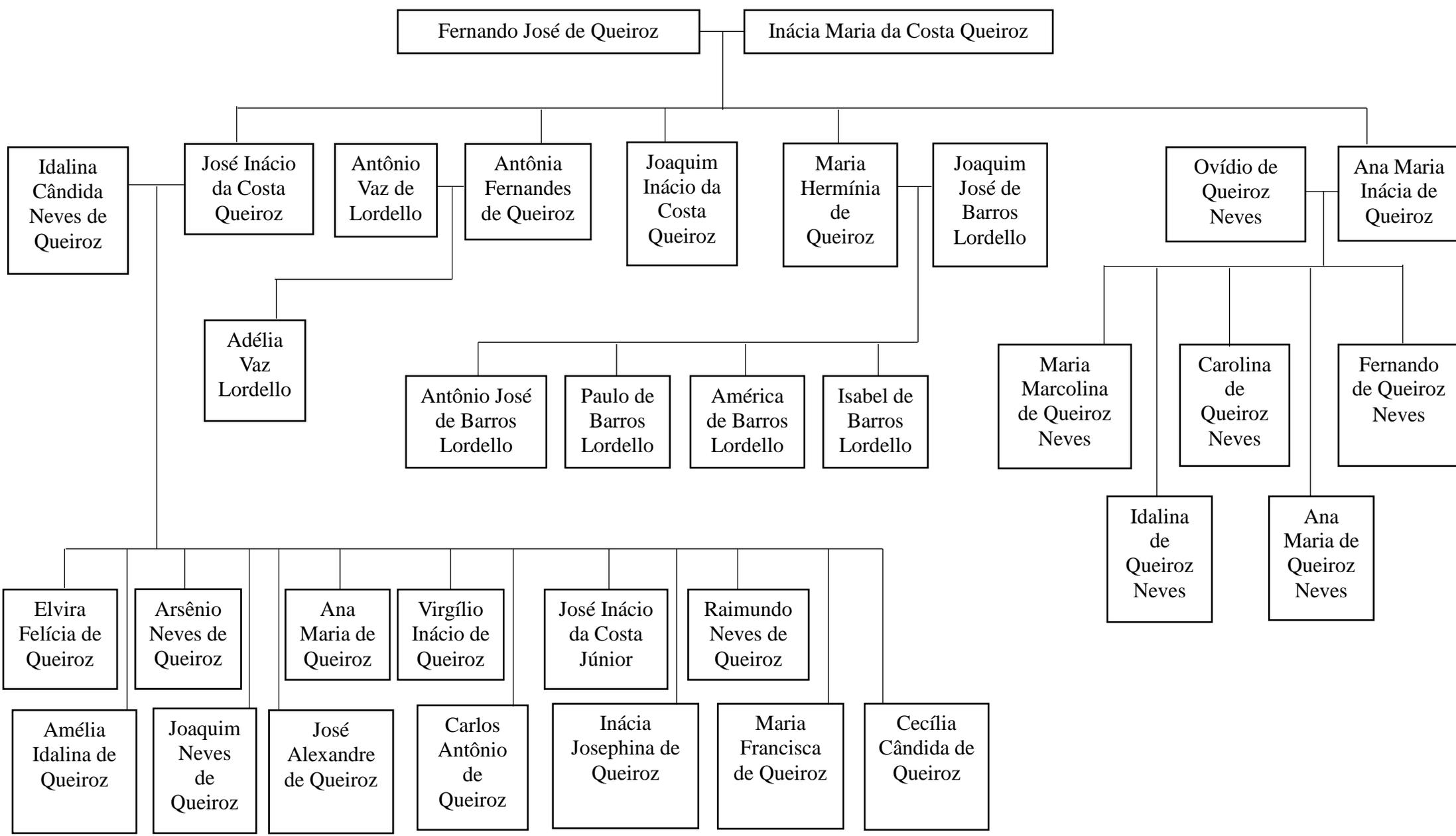
Mais à frente veremos a relação das formações familiares entre os escravizados. O africano Tito e a crioula Romana formaram uma família com número significativo de filhos. Kátia Mattoso constatou que os africanos libertos e os senhores de engenho tinham tendência à formarem família dentro próprio grupo doméstico⁸⁸.

⁸⁶ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto...*, op. cit. O capítulo 3 – *O liberto diante da morte* – faz uma discussão sobre os comportamentos dos libertos no tocante à religiosidade e a respeito do papel das irmandades em relação ao ritual dos sepultamentos. Para saber mais sobre as atitudes da população de cor diante da morte, cf. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Com sua inquestionável mestria, Reis recupera o protagonismo popular em uma revolta ocorrida em 1836, quando uma multidão destruiu o cemitério do Campo Santo na capital da Bahia. Aquele episódio ficou conhecido, na história, como “Revolta da Cemiterada”. O que estava em jogo era o simbolismo em torno dos enterros nas igrejas – prática secular – que estava sendo deixada de lado pelas autoridades municipais em detrimento dos debates sobre as questões sanitárias. Sobre os debates envolvendo sanitarismo, ver também CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸⁷ A manutenção da propriedade escravizada, isto é, dos cativos que tocavam o engenho, certamente tinha o objetivo demonstrar que o Sinunga estava em funcionamento.

⁸⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 177-178.

Figura 4 – Descendentes de Fernando José de Queiroz e Inácia Maria da Costa Queiroz



Quadro 1 – Cativos arrolados no Engenho Sinunga, 1873

Nome	Cor/origem	Idade	Estado Civil	Filiação	Valor (em réis)
Julião	Crioulo	61 anos	Casado	-	300\$000
Constança	Africana	51anos	Casada	-	300\$000
Juvêncio	Crioulo	39 anos	Casado	-	700\$000
Libânia	Crioula	31 anos	Casada	-	700\$000
Lourenço	Crioulo	14 Anos	-	Libânia e Juvêncio	400\$000
Cirilo	Crioulo	8 anos	-	Libânia e Juvêncio	450\$000
Albino	Crioulo	5 anos	-	Libânia e Juvêncio	400\$000
Honorato	Crioulo	2 anos	-	Libânia e Juvêncio	200\$000
Genovina	Crioula	63 anos	-	-	100\$000
Sindosia	Crioula	59 anos	-	-	200\$000
Adriano	Africano	51 anos	Casado	-	500\$000
Henriqueta	Africana	43 anos	Casada	-	450\$000
Cipriano	Crioulo	15 anos	-	-	800\$000
Simião	Pardo	61 anos	-	-	300\$000
Felícia	Africana	57 anos	-	-	250\$000
Maximiano	-	09 anos	-	-	600\$000
Tito	Africano	36 anos	Casado	-	1:000\$000
Romana	Crioula	34 anos	Casada	-	500\$000
Antonio	Crioulo	-	-	Tito e Romana	700\$000

Glicéria	Crioula	9 anos	-	Tito e Romana		400\$000
Marcelina	Crioula	7 anos	-	Tito e Romana		350\$000
Rosendo	Crioulo	4 anos	-	Tito e Romana		350\$000
José	Crioulo	2 anos	-	Tito e Romana		200\$000
Caetano	Cabra	36 anos	-	-		900\$000
Agostinho	Africano	46 anos	-	-		500\$000
Miguel	Crioulo	59 anos	Casado	-		400\$000
Vicência	Crioula	46 anos	Casado	-		300\$000
Veríssima	Crioula	28 anos	-	-		700\$000
Romário	Crioulo	6 anos	-	Veríssima		500\$000
Afonso	Africano	49 anos	-	-		600\$000
Francisco	Africano	51 anos	-	-		600\$000
Felipe	Africano	51 anos	-	-		500\$000
Rafael	Africano	39 anos	-	-		300\$000
Eulália	Crioula	26 anos	-	-		600\$000
Raimunda	Africana	43 anos	-	-		100\$000
Feliciana	Crioula	41 anos	-	-		600\$000
Cândido	Cabra	15 anos	-	-		900\$000
Florentino	Cabra	28 anos	-	-		400\$000
Damiana	-	-	-	-		360\$000

Fonte: AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 69

A comunidade escravizada, arrolada naquele inventário principiante, correspondia a 39 cativos, com idade entre 2 e 63 anos, 64% deles eram homens e 36% eram mulheres. É evidente a disparidade entre os sexos, para tanto, 42% dos homens se enquadravam na faixa etária predominante entre 2 e 15 anos; em relação às mulheres nota-se diferença: 86% tinha idade entre 28 e 63 anos. A tabela demonstra, ainda, que, em meio aos trabalhadores arrolados nessa propriedade, os escravizados nascidos no Brasil – estimados em 72% – levavam vantagem sobre o número de africanos.

Tabela 4 - **Distribuição dos escravizados no Engenho Sinunga, 1873**

Cor/etnia	Sexo M.	Sexo F.	Total	Percentual
<i>Africanos</i>	7	4	11	28%
<i>Crioulos</i>	12	10	22	56,4%
<i>Cabras</i>	3	-	3	8%
<i>Pardos</i>	1	-	1	2,5%
<i>Não consta</i>	2	-	2	5,1%
<i>Total</i>	25	14	39	100%

Fonte: AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 67v-69v.

Para Schwartz havia restrições senhoriais para que os escravizados limitassem suas vidas nas fronteiras da propriedade, situação esta que dificultava a formação familiar. Mas, ao longo do tempo, tal política de circunscrição não se sustentou, na medida em que os engenhos eram próximos, portanto, os cativos de proprietários vizinhos se encontravam constantemente nas lavouras, além do contato com as cidades. Esse historiador considera que tais limitações se agravavam ainda mais, tendo em vista o desequilíbrio de sexo entre os cativos: muitos homens e poucas mulheres – situação que provocava a diminuição das oportunidades de se formar família⁸⁹.

Na listagem dos cativos acima citada, nota-se a presença de cinco famílias nucleares e uma família parcial, classificadas entre os cativos arrolados para partilha da propriedade no limiar da década de 1870. O Recenseamento de 1872, estipulou em 5% as uniões entre cativos sacramentadas pela Igreja no Outeiro Redondo. No entanto, no que se refere aos escravizados arrolados no engenho, os autos da hipoteca permitiram a apuração de que havia muitos grupos

⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 313-14.

familiares entre eles. As famílias compostas por Tito e Romana, e por Juvêncio e Libânia, possuíam muitos filhos – esses meninos e meninas somavam 23% dos trabalhadores arrolados. Dos menores de 2 anos, sabe-se que o crioulo Honorato não era ingênuo. Em 22 de outubro de 1871, na ocasião de seu batizado, no qual a cativa Eulália foi a madrinha, constatamos que ele nasceu no dia 4 de maio daquele ano, meses antes da aprovação da Lei do Ventre Livre⁹⁰.

Quem eram os pais desses menores: Romário, filho de Veríssima, e de Maximiano, de 9 anos de idade? Sobre Maximiano, os autos do processo da penhora nos informaram que esse crioulo era filho de “pais libertos” e estava sob os poderes de Arsênio Neves de Queiroz, um dos netos de Fernando José de Queiroz e potencial herdeiro daquelas terras. Vimos no primeiro capítulo que ele era o patrão do liberto “Santiago” nas primeiras décadas do século XX, certamente sucedeu os ex-senhores e se manteve à frente das atividades na propriedade.

Em estudo sobre a cidade do Salvador, no século XIX, Mattoso observou que a “família escrava” era essencialmente parcial, ou seja, composta apenas por filho e mãe solteira. Os casamentos entre cativos, segundo Mattoso, embora existissem, se configuravam uma prática rara – tanto que estes escaparam à documentação examinada⁹¹. Em consequência disso, era grande o número de filhos com pais incógnitos, os quais, na maioria das vezes, contavam apenas com os laços maternos ou com a solidariedade da comunidade⁹².

Nos arranjos matrimoniais demonstrados, vê-se que em três deles se nota a participação dos africanos, para os quais a fonte não informou as nações de origem. O mais curioso são as uniões entre estes e os crioulos. Os africanos escravizados Tito e Constança viviam com parceiros crioulos. Certamente, nos lugares onde a demografia cativa era baixa, as oportunidades de matrimoniarem-se eram escassas. Nessa medida, é provável que etnias rivais num dado contexto geográfico não as fossem, igualmente, em outros. Maria Inês Cortes de Oliveira, em *O Liberto: o seu mundo e os outros*, livro que se dedica ao estudo dos testamentos de africanos libertos que viveram na capital da Bahia, no período de 1790 a 1890, enfatiza a forte tradição endogâmica dos africanos no que dizia respeito ao casamento. Para a autora, esta era uma “forma silenciosa de resistência”⁹³.

⁹⁰ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1863-1874), fl. 30v.

⁹¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 166.

⁹² Id., “*O filho da escrava...*”, op. cit., p. 45-48.

⁹³ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto...*, op. cit., p. 55. Ver SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia*. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888-1930). Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, p. 94-112.

O que nos parece é que, mesmo de nações diferentes, desde que não fossem tradicionalmente rivais, os africanos identificavam-se muito mais e tinham maiores condições de se adaptarem entre si, do que com os crioulos, mulatos ou brancos, que muito mais do que a cor diferente, possuíam valores culturalmente diferentes e ameaçadores, na medida em que se pautavam, em grande parte, pela cultura branca dominante⁹⁴.

A documentação utilizada para esse estudo, demonstrou a existência de laços familiares e afetivos entre os africanos e entre estes e os crioulos. A redução da população africana e o conseqüente incremento demográfico no número de crioulos no decorrer da segunda metade dos oitocentos, devem ter fragilizado a estratégia endogâmica, anteriormente predominante, e colocado os africanos e africanas diante de escolhas matrimoniais que incluíam os negros nascidos no Brasil⁹⁵.

A investigação de Mattoso demonstra que, “no conjunto da população baiana”, com a inserção dos libertos e brancos de camadas superiores, havia forte tendência à endogamia étnica e de cor. Em relação aos cativos, a amostra de 1759 escravizados, cuja maioria era de origem brasileira, inventariados entre 1851 e 1860, permitiu a esta pesquisadora tecer algumas conclusões. Argumentou que, na maioria dos casos, as mães solteiras, principalmente as africanas ligadas ao cativo, davam luz à filhos da sua própria cor⁹⁶.

Uma das características das propriedades do Recôncavo era a proximidade geográfica, traço vigente no Outeiro Redondo do período oitocentista. Devemos questionar de que maneira os escravizados do Engenho Sinunga se relacionavam com os cativos das propriedades vizinhas. Será que a crioula Veríssima, de 28 anos, mãe do crioulo Romário, não vivia com algum liberto ou cativo de fazenda circunvizinha? Ao declarar o nascimento de sua filha, a ingênua Valéria, em 1877, os cativos crioulos José e Felisberta informaram também que eram casados e moravam no Engenho Sinunga⁹⁷. Nesse mesmo ano, Juvêncio emergiu como pai de mais um filho gerado pela crioula Libânia, o “ingênuo” Faustino⁹⁸. Observa-se que, quando o genitor pertencia à mesma comunidade da genitora, seu nome, portanto, era incluído no registro da criança gerada naquela união.

Ao consultarmos os livros de assentos de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo, nos quais encontram-se registros elaborados nas décadas de 1860 e 1870, verificamos mais

⁹⁴ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto...*, op. cit., p. 56.

⁹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 166-67.

⁹⁶ Id. *Ibid.*, p. 168

⁹⁷ CRCOR. Livro de registro de nascimentos da freguesia do Outeiro Redondo (1877-1883), fl. 5v.

⁹⁸ CRCOR. Livro de registro de nascimentos..., fl. 22. Vê-se, neste assento, que Juvêncio emerge como liberto e Libânia na condição de escravizada pertencente à Inácia Maria da Costa Queiroz, viúva de Fernando José de Queiroz.

notícias sobre a comunidade dos escravizados naquele engenho. No dia 8 de setembro de 1862, a cativa Ana, liberta, “faleceu de velhice” e foi sepultada na Igreja Matriz com todos os sacramentos⁹⁹. Em 24 de agosto de 1869, Constantino, pardo, 6 anos, filho da escravizada Balbina, pertencente ao mesmo senhor, também foi sepultado na Matriz¹⁰⁰. Em 8 de março de 1873, João, cabra, nascido em 1872, filho de Benedita, foi à óbito. No dia 22 do dito mês, Isidoro, preto, 70 anos, foi sepultado defronte à Matriz sem os sacramentos¹⁰¹.

No dia 3 de maio de 1877, o herdeiro José Inácio registrou o falecimento da africana Constança, casada com o crioulo Julião¹⁰². Na manhã de 28 de maio de 1878, o herdeiro se fez presente novamente no cartório civil. Dessa vez para informar o óbito de Francisco, mais de 50 anos de idade, africano, vítima de moléstia¹⁰³. O africano foi arrolado em 1873, no valor de 600\$000rs, porém não constou na lista dos cativos elaborada em março de 1877. Não sabemos se Francisco formou família no engenho, mas é fato que ele era trabalhador da lavoura. Esses óbitos demonstraram que o engenho abrigava uma comunidade de senzala de longa data; possivelmente aquela propriedade remontasse o final do período colonial.

Nas próximas páginas deste capítulo acompanharemos os desdobramentos das tensões e conflitos ocorridos no Engenho Sinunga após o falecimento do proprietário Fernando José de Queiroz. Veremos ainda como os herdeiros daquela fábrica enfrentaram, judicialmente, as investidas do credor Rodrigo José Ramos. Nessa batalha, alguns cativos foram submetidos à lista de penhora, mas, contraditoriamente, as fontes indicam que a família Queiroz conseguiu barrar a intervenção daquele comerciante.

2.3 A família Queiroz na batalha pela propriedade

Nos livros de escrituras de compra e venda, identificamos tramitações dos herdeiros envolvendo a negociação de cativos do engenho antes e após o ano de 1877. Em março de 1874, localizamos a matriarca da família Queiroz, Inácia Maria da Costa Queiroz, vendendo a Antônio de Barros Lordello Filho, o escravizado Caetano, crioulo, com mais de 30 anos, por 700\$000rs. Pelo contexto, torna-se compreensível que aquela negociação tivesse o objetivo de levantar fundos para as despesas geradas com o inventário ou para sanar as dívidas da família.

⁹⁹ ACMS Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1869-1872), fl. 1v.

¹⁰⁰ ACMS. Livro de registro de óbitos..., fl. 1v.

¹⁰¹ ACMS. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1876), fl. 24.

¹⁰² CRCOR. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1877-1883), fl. 11.

¹⁰³ CRCOR. Livro de registro de óbitos..., fl. 11.

Na relação dos escravizados arrolados para inventário, Caetano foi classificado como “cabra”, com 36 anos, avaliado em 900\$000¹⁰⁴.

Ainda no mês de março de 1874, Joaquim Inácio da Costa Queiroz, herdeiro do engenho, vendeu a Antônio Vaz Lordello, de quem era cunhado, o “moleque” Elesbão, crioulo, de 17 anos, por 1:150\$000rs¹⁰⁵. Em 9 de junho de 1879, o mesmo vendedor tramitou outro negócio envolvendo a venda dos escravizados Ramiro e Maximiano, ambos com 14 anos, avaliados em 1:500\$000rs, os quais foram adquiridos por Manuel Ribeiro da Silva¹⁰⁶. Em 1873, Ramiro, filho da crioula Veríssima, foi arrolado em 500\$000rs; e Maximiano foi avaliado em 600\$000rs. É possível que, tais crioulos, assim como Elesbão, tenham permanecido na vizinhança do engenho, pois o sobrenome do comprador sugere certa proximidade com os proprietários menos abastados que viviam naquelas imediações.

As vendas desses cativos (Caetano, Elesbão, Ramiro e Maximiano), feitas pelos herdeiros, contabilizaram um capital de 3:350\$000rs. Os dois primeiros foram vendidos para membros da família Barros Lordello – grupo familiar matrimonialmente ligado aos Queiroz. Esses cativos, certamente, já tinham alguma relação com esse núcleo familiar. As famílias Queiroz, Barros Lordello e Neves além de possuírem terras e cativos, seus familiares também usufruíam de patentes importantes no poderio local. Ovídio de Queiroz Neves, casado com Ana Inácia de Queiroz; Joaquim José de Barros Lordello, casado com Maria Hermina de Queiroz; e José Inácio da Costa Queiroz, casado com Idalina Cândida Neves, ascenderam à categoria de capitão após o falecimento de seus pais, ocorrido ao longo da década de 1870.

Esse entrelaçamento de poderes e propriedades impactou, profundamente, na disputa que se iniciou entre o capitão Rodrigo José Ramos e a família Queiroz logo após o óbito de Fernando José de Queiroz. Vários bens da propriedade, a exemplo dos cativos, casas e lavouras, foram incluídos na penhora. Veremos como foram construídos os ataques e defesas dos envolvidos, bem como o cenário da micropolítica dos embates. Pelas informações contidas no processo, vê-se que os herdeiros não baixaram a guarda e obtiveram êxito no que tange à permanência do engenho sob seus domínios.

No dia 26 de março de 1877, após anos de conflitos judiciais, o Juiz Municipal procedeu a penhora de boa parte dos escravizados do engenho. Com esse acontecimento, a

¹⁰⁴ CRISF. Livro de registro de escrituras, nº 47 (1860-1880), fl. 53.

¹⁰⁵ CRISF. Livro de registro de escrituras..., fl. 57.

¹⁰⁶ CRISF. Livro de registro de escrituras..., fl. 57-58v.

disputa acirrou-se consideravelmente entre credor e devedor. Isto é, de um lado da arena achava-se Rodrigo José Ramos, comerciante em Cachoeira, e do outro, encontrava-se presente a família Queiroz. O comerciante acusava os herdeiros de lhe deverem 23:335\$802rs, quantia proveniente de atualizações de juros referentes aos empréstimos tomados pelo falecido proprietário. Os herdeiros argumentavam que o comerciante estava se aproveitando daquela situação para apossar-se da propriedade e conseqüentemente de seus itens mais valiosos.

Quadro 2 – **Engenho Sinunga: relação de cativos submetidos à penhora, 1877**

Nome	Cor/Origem	Idade	Estado Civil	Filiação
Julião	Crioulo	65 anos	Casado	-
Constança	Africana	55 anos	Casada	-
Libânia	Crioula	35 anos	Casada	-
Lourenço	Crioulo	18 Anos	-	Libânia e Juvêncio
Cirilo	Crioulo	12 anos	-	Libânia e Juvêncio
Albino	Crioulo	9 anos	-	Libânia e Juvêncio
Honorato	Crioulo	6 anos	-	Libânia e Juvêncio
Henriqueta	Africana	47 anos	Casada	-
Tito	Africano	40 anos	Casado	-
Romana	Crioula	38 anos	Casada	-
Glicéria	Crioula	13 anos	-	Tito e Romana
Marcelina	Crioula	11 anos	-	Tito e Romana
Rosendo	Crioulo	8 anos	-	Tito e Romana
José	Crioulo	6 anos	-	Tito e Romana
Agostinho	Africano	50 anos	-	-
Miguel	Crioulo	63 anos	Casado	-
Veríssima	Crioula	32 anos	-	-
Romário	Crioulo	10 anos	-	Veríssima
Afonso	Africano	53 anos	-	-

Eulália	Crioula	30 anos	-	-
Feliciana	Crioula	45 anos	-	-
Florentino	Cabra	32 anos	-	-

Fonte: Libelo civil..., op. cit., fl. 40v-41.

Neste quadro, nota-se que 22 cativos foram submetidos à penhora. Além desses escravizados, os cafezais e praticamente todas as casas do engenho, inclusive a casa grande com suas quinze colunas de pedras, foram arroladas. Pelas relações contábeis expostas no processo, apura-se que o comerciante Rodrigo José Ramos era o principal comprador do açúcar produzido na propriedade. Ele também cedia diversos capitais para financiar as safras anuais, a exemplo das compras de insumos para o fabrico do produto.

Em comparação às distinções de idade, feitas na relação de escravizados inventariados nos primeiros anos da década de 1870, montamos a presumível faixa etária dos indivíduos penhorados. Compreende-se que, em 1877, a crioula Libânia lograsse 35 anos de idade, pois, em 1873, ela tinha 31. Obtivemos a notícia de que o crioulo Juvêncio, seu parceiro, havia alcançado a liberdade – mas o restante da família ainda se encontrava sob o jugo do cativo. Em 1877, o filho mais velho desse casal, o crioulo Lourenço, devia possuir entre 18 e 19 anos de idade e uma avaliação bem acima dos 400\$000rs lhe conferido em 1873. As fontes oferecem indícios para afirmarmos que as dívidas dessa família remontaram longos anos de relações comerciais. O balanço dos débitos gerados por aquele senhor de engenho nos negócios com o comerciante, elaborado nos meses seguintes à sua morte, trouxe à tona vários elementos importantes para compreendermos a situação econômica dessa propriedade. Os empréstimos adquiridos pelo proprietário do Engenho Sinunga, os quais foram registrados no processo, tiveram início no ano de 1858 e seguiram até a década de 1870.

Observemos como essa dívida foi ganhando corpo, sobretudo ao longo da década de 1860 e como aconteciam essas transações. Na primeira conta que apresenta o processo contra os herdeiros consta 2:291\$338rs, referente a adiantamento de dinheiro e gêneros fornecidos entre 16 de dezembro de 1858 e 30 de junho 1863. Caso o pagamento do empréstimo não fosse procedido até o dia 30 de novembro de 1863, ano limite, haveria incremento de 1% ao

mês¹⁰⁷. Pela segunda relação, foram emprestadas as seguintes quantias de 3:258\$546rs e 5:549\$884rs provenientes de:

[...] rendimentos de novecentos e quarenta e sete sacos de assucar vendido na Bahia, a Bernardino José Ferreira Rodrigues, desde dez de dezembro de mil oitocentos sessenta e um, até onze de maio de mil oitocentos sessenta e três, e prêmios de um por cento ao mês até trinta de novembro de mil oitocentos sessenta e três¹⁰⁸.

Em dezembro de 1861, registrou-se que Fernando José de Queiroz adquiriu, a prazo de 30 dias, 254\$120rs – “importância despendida com frete de açúcar e [...] encomendas que pediu e pano de algodão para sacas desde sete de novembro de 1861”¹⁰⁹. Em dezembro de 1863 foram feitas novas dívidas com juros de 1% ao mês para 31 de maio de 1873: 9:415\$880rs e 3:865\$924rs¹¹⁰. As negociações ocuparam várias folhas do documento, atravessando vários anos. A maioria dessas negociadas acontecia concomitantemente com o final do ano, certamente no momento em que o açúcar era comercializado e na entressafra. A preocupação com a colheita e o início da plantação seguinte eram assuntos que demarcavam a vida dos proprietários¹¹¹.

Os empréstimos, todavia, não pararam por aí. Eles fazem parte das relações comerciais empreendidas entre o senhor de engenho e o comerciante. Vejamos mais:

[...]. Oito contos duzentos setenta e três mil e cinquenta réis. Deve mais. Importância de seu debito, proveniente de dinheiros e gêneros desde janeiro de mil oitocentos sessenta e quatro, até março de mil oitocentos setenta e três, e prêmios de um por cento ao mês, até trinta e um de maio do mesmo ano¹¹².

Em maio de 1863, o capitão Rodrigo emprestou à família Queiroz mais uma quantia, 1:418\$809rs, a prazo de 30 dias, produto de 179 sacas de açúcar¹¹³. Percebemos que a maioria dos empréstimos se davam tendo como garantia o açúcar, item mais valioso da economia de

¹⁰⁷ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl.17.

¹⁰⁸ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 17 e 17v.

¹⁰⁹ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 25-25v.

¹¹⁰ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 17v.

¹¹¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 97, afirmou que a duração da safra da cana de açúcar no Brasil variava conforme a geografia, no entanto, na Bahia, a tendência era começar no fim do mês de junho ou em agosto e terminar em maio do ano seguinte.

¹¹² AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 17v.

¹¹³ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 30.

exportação¹¹⁴. De acordo com Mattoso, no pós-Independência, até Portugal deixou de consumir o açúcar baiano e países como a Inglaterra, França e Espanha se abasteciam internamente em suas próprias colônias¹¹⁵. Com base na pesquisa documental, subte-se que as parcelas adquiridas em dinheiro, dentre outras coisas, eram destinadas aos gastos com “frete” para deslocamento da produção até os portos da Cachoeira. Os engenhos situados nas bacias dos rios menores não desfrutavam das mesmas facilidades que tinham as propriedades que margeavam os grandes rios do Recôncavo.

Em linhas gerais, nos últimos anos do Império a propriedade da família Queiroz estava completamente endividada com sinais de declínio, a ponto de o cônego e o juiz de paz do Outeiro Redondo, a pedido dos herdeiros, interferirem no processo. Essas autoridades tentaram ajudar os devedores a provarem que o engenho não se encontrava parado, em contraponto à acusação do credor de que a propriedade estava de “fogo morto”. A linha de defesa dos herdeiros se embasava na Lei de 30 de agosto de 1833 que assegurava a integridade da propriedade, no caso dos engenhos moentes¹¹⁶. Nessa perspectiva, os herdeiros tentaram reforçar a ideia de que a fábrica tinha utilidade pública e continuava moendo naquela localidade, onde abrigava plantações de cana, mandioca e cafeeiro.

Nesse sentido, os anos finais de cativo no Engenho Sinunga presenciaram o empenho da família Queiroz e de seus aliados para manter o controle sobre a propriedade da terra e dos cativos. Para os herdeiros, o engenho tinha utilidade pública e estava plenamente em funcionamento¹¹⁷. Do ponto de vista dos devedores, o credor estava se aproveitando daquela situação para barganhar o engenho. Por certo, o negociante pretendia acelerar a divisão dos bens e tomar posse do quinhão equivalente ao valor da dívida.

¹¹⁴ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 71-85. Ver, ainda, PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro*, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

¹¹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 461.

¹¹⁶ Coleção de Leis do Império – Atos do Poder Legislativo (1833), p.51-52. Este documento está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>.

¹¹⁷ Em 16 de junho de 1877, o Cônego e Juiz de Paz do Outeiro Redondo, Joaquim de Santa Ana Barroso e Querobino Batista Magalhães, atestaram que o engenho estava moente e com plantações de cafeeiro, mandioca e cana.

Figura 5 – Intervenção do Cônego Joaquim de Santa Ana Barroso (1877)

81

Almoço de honra. Agto. de freg. de Santa Redonda.

D. Ignacia Maria da Costa Leão, viúva de Fernando do Foy de Leão, precisa a' bem do seu direito que o Sr. D. João de Leão se o engenho Simguê de seu Casal, está' movente e corrente, tendo plantações de canas, mandiocas, e café, e muito rendimento muito frequente e regular, pois a 18^{ta} ann. de elle. te - Espora mio exera

Atesto q' a Supp^{ta} e mischa parochiana, e q' o engenho Simguê de seu Casal está' movente, com ^{te} muito grande plantações de canas, mandioca, cast. e café, e que é publico e está' a vista de todos moradores temporários d' esta freguesia. Certeza Vras. de Supp^{ta} e de Honra d' Honra

Redonda 18 de Junho de 1877.

Cônego Joaquim de Santa Ana Barroso



Figura 6 - Intervenção do Juiz de Paz Querobino Batista de Magalhães (1877)

82

Attesto Juiz de Paz em exercício de Castro Redondo.

Ed. Ignacia Ullama da Corte Quiró, viúva de Fernan-
do José de Quiró, e moradora nesta freg.ª, juramos á hon-
ra de seu direito que o Sr. the attente as pi' d'esta, sr. e en-
gundo - Senzanga do seu canal, esta' em suas' mon-
te, e corrente, tendo plantações de canas, manduvas
e café - Aquem pois the attente o que se acha
para mais expor

Attesto q' a sup^{te} moradora des-
ta Freguesia, de pois da morte de P. d. d. c.
seu marido tem continuado com o
serviço da lavoura, canas, man-
dioca e café, conservando sem-Verd. Junho de 1877
pre o engenho senzanga de seu
canal, monte e corrente e o negocio
mo é sabido p' todos desta Freg.
Freguesia Castro Redondo
16 de Junho de 1877.
Querobino Baptista de Magalhães
Juiz de Paz em exercício



A Lei de 30 de agosto de 1833, em seu artigo segundo, apresentava as disposições que legislaria as fábricas de mineração, açúcar e lavouras de cana do Império. Amparados nesse dispositivo legal, os herdeiros do velho Sinunga tentaram neutralizar o adversário. Vejamos:

São consideradas como partes integrantes das ditas fabricas e lavouras [...] as machinas, os escravos maiores de 14 anos, e as escravas maiores de 12, os bois, cavalos, e todos moveis [...] imediatamente empregados na laboração das mesmas fábricas e lavouras.¹¹⁸

Do lado dos herdeiros de Fernando José de Queiroz encontrava-se o advogado Francisco Maria de Almeida, proprietário de terras e de escravizados no Outeiro Redondo. Almeida procurou na legislação, elaborada na década de 1830, espaços para diluir a estratégia da acusação que sustentava que o engenho se encontrava improdutivo – justificativa para a sua penhora. Nesse teatro dos embates, a lei em questão afirmava que os engenhos de açúcar, fábricas de mineração e lavouras não poderiam ser desmembrados, tendo em vista que seus bens eram partes integrantes. Em seu artigo terceiro, a lei previa que sendo a hipoteca legal, isto é, entre familiares (comum entre as mulheres casadas e menores), o teor daquele artigo poderia ser renunciado em “convenção especial” entre devedor e credor¹¹⁹.

Durante o mês de junho de 1877, meses após a penhora ter sido embargada, Francisco Maria escreveu um longo texto argumentando sobre o que chamou de “improcedência”. Argumentou que o credor “agiu de má-fé”, pois o engenho não poderia ser desmembrado, na medida em que os cativos, as casas, as plantações, os móveis e demais objetos compunham um todo que era a propriedade. Vejamos alguns pontos desse discurso:

Quem não sabe é como quem não vê, se o [capitão Rodrigo José Ramos] lesse a lei de 30 de agosto de 1833, compreenderia o que se depara no seu art. 3 [...] estampadas na impugnação [...] porque quem tem de apreciar a matéria dos embargos [...] não é o Embargado, mas um juiz criterioso, cujo interesse é fazer justiça às partes.

A Embargante [Dona Inácia Maria da Costa Queiroz] não se opõe ao direito que tem o Embargado de haver seu pagamento pelos bens do seu casal, e nem isto se depreende de seus embargos, não quer, porém, que na execução seja sacrificado o seu direito a integridade de sua propriedade que lhe garante a lei: isto é que motiva a matéria dos embargos, que o Embargado, desleal na discussão, como sempre, quer suplantá-la pelo falso suposto de derrogação [anulação] de privilégio, de exercício de penhora, de que não se tratou absolutamente nos embargos.

¹¹⁸ Coleção de Leis do Império..., op. cit., p. 52.

¹¹⁹ Ibid. loc. cit.

A matéria dos embargos consiste em mostrar que não foi mantida na penhora a integridade da fábrica de fazer açúcar da Embargante, porque serve a penhora em parte, e parte não, o que não contestou o Embargado, e que, nestas circunstâncias, importando a penhora uma violação da lei, não podia vigorar.

Combatendo o Embargado a matéria dos embargos, disse que o privilégio estava derogado, quer por que o originário devedor o tinha renunciado, [...] quer porque o juiz do inventário tinha na partilha feito um quinhão para pagamento dos credores, separado do quinhão da Embargante, e quer finalmente por que a sua propriedade estava de fogo morto¹²⁰.

A defesa redigida por Francisco Maria apresenta uma síntese de ambas as teses que deram corpo ao processo judicial entre devedor e credor. Encontramos aqui o espaço onde se materializou essa batalha pela propriedade. Os Queiroz lutavam para anular a penhora feita no Sinunga, pois, com base nos dispositivos daquela lei, os bens pertencentes aos engenhos não poderiam ser separados – eram, nesse sentido, dependentes. A acusação afirmava que os herdeiros não podiam mais usufruir do tal privilégio previsto naquela legislação em relação ao não desmembramento das fábricas, tanto em detrimento desse item não mais integrar à constituição, como por conta de que o juiz do inventário fizera uma relação de bens separada do quinhão da viúva para a quitação das dívidas e também porque a propriedade estava inativa.

A legislação hipotecária elaborada na década de 1860 e 1880, de certa maneira, impactou sobre os conteúdos vigentes nos artigos da Lei de 30 de agosto de 1833, sobretudo com relação ao desmembramento de propriedades como os engenhos. Tivemos, nesse contexto, um processo de reformulação das leis que regulamentavam a propriedade de forma geral, e de modo específico, às questões fundiárias. A pesquisadora Mônica Silveira Brito, em sua tese sobre a modernização e tradição em São Paulo, na segunda metade do século XIX, ao se debruçar na transição das formas de organização do trabalho e da valorização da propriedade imobiliária, observou:

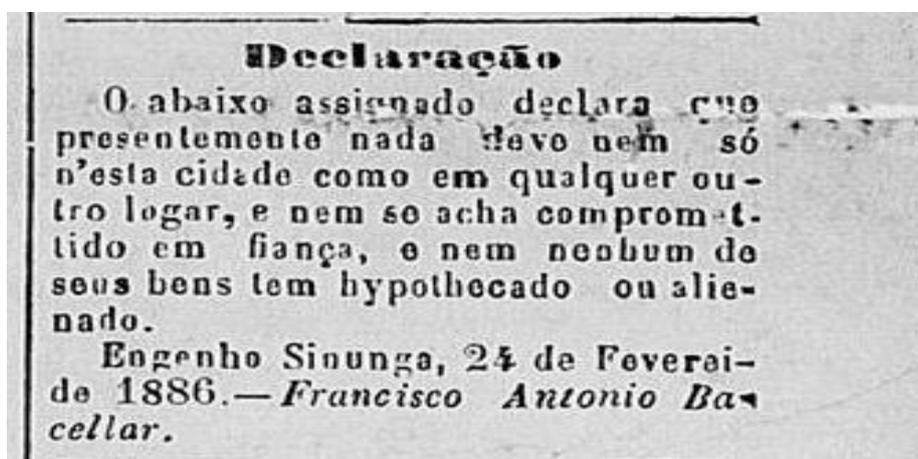
Dentro desse contexto de substituição da mão-de-obra escrava, foram definidas, portanto, as políticas que permitiram a transferência da capitalização da renda para a propriedade territorial, sendo, para isso, necessário estabelecer estratégias para que a garantia dos empréstimos que deveriam permitir a expansão da produção passasse da propriedade do escravo para a da terra.¹²¹

¹²⁰ AFSF. *Libelo civil...*, op. cit., fl. 79-79v.

¹²¹ BRITO, M. Silveira. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, p.32.

Pensando nisso, a morte do proprietário do Sinunga pode ter desencadeado uma intensa movimentação com o objetivo de manter a propriedade em plena atividade para desmontar o argumento do credor. Isso implicava na defesa da propriedade sobre os escravizados. Sobre a desfecho desse processo não sabemos a fundo, o documento permitiu a visualização dos embates, mas acabou por deixar vazia a parte conclusiva. Em 14 abril de 1886 o periódico *A Ordem*, com circulação em Cachoeira, publicou uma nota declarando que o engenho estava livre da hipoteca, empreendida desde março de 1877.

Figura 7 - Nota sobre o desfecho da penhora no Engenho Sinunga, 1886



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹²².

Isso demonstra que a família Queiroz conseguiu manter o domínio sobre a propriedade, inclusive sobre os cativos. Essa nota, possivelmente, buscava recuperar a boa imagem da propriedade que fora simbolicamente desgastada durante os anos de embates. Embora o libelo civil não contemple informações pontuais sobre o fim dessa disputa, argumento que tanto o engenho quanto os cativos não foram vendidos. Uma das provas disso encontra-se nas narrativas sobre a permanência dessas pessoas nessas terras após a abolição, bem como as vendas de terras desmembradas da propriedade no início da década de 1890.

Vimos que o falecimento do proprietário desse engenho repercutiu na manutenção da base material da família senhorial, bem como provocou impactos decisivos na vida dos escravizados. Cativos foram vendidos individualmente antes e depois de 1877, mas infere-se

¹²² *A Ordem*, 14 de abril de 1886, p. 4. Disponível em: <<http://zip.net/bjtg1g>>. Acessado em: 22 de setembro de 2015.

que o comerciante não arrematou a propriedade. Sugere-se ainda que boa parte dos homens, mulheres e crianças arrolados se tornaram livres com a promulgação da Lei Áurea em 1888¹²³.

Conforme análise anterior, a série de empréstimos gerada pelo falecido senhor remontava à década de 1850. Se comparada com a riqueza dos grandes e ilustres senhores de engenhos do Recôncavo, a dívida não era das maiores, mas se confrontada com a realidade dos engenhos drasticamente menores, dependentes das águas de pequenos rios para moer, vê-se que os Queiroz estavam envolvidos em um sério problema. A década de 1870 preocupou bastante os proprietários dessa região, pois a lavoura açucareira enfrentava uma conjuntura de “crise financeira” que perdurou até o final daquele século¹²⁴.

Averiguamos que a família Queiroz se encontrava imersa numa densa teia de relações retroalimentadas pelos casamentos. Nesse sentido, os laços matrimoniais devem ter garantido a unidade da propriedade até o final do regime escravista. As tradições orais, existentes no Quilombo e nos demais lugares formados no entorno dessa propriedade, contaram histórias sobre ex-cativos e familiares que permaneceram por gerações nessas terras, e que conviveram e negociaram com os descendentes da família Queiroz¹²⁵.

No próximo capítulo apresentaremos outros aspectos sobre a vida dos escravizados e libertos. De posse de uma amostra de 47 ventres livres, ligados ao Engenho Sinunga e às propriedades circunvizinhas, faremos uma análise do compadrio e dos demais laços que interligavam àquelas comunidades. O objetivo é demonstrar como as comunidades de senzalas se relacionavam nas últimas décadas da escravidão. Os assentos de batismos, nesses termos, permitirão o acompanhamento desses personagens e de suas estratégias para formarem redes de sociabilidade.

Notaremos que, entre essas localidades, redes de parentescos rituais e consanguíneas foram constituídas ao longo do cativeiro. Esses laços parentais devem ter redefinido a vida em

¹²³ BARICKMAN, Bert Jude. “*Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)*”, c, nº. 21-22, (1998-1999), p. 177-237. Este brasileiro argumentou que, em meio a uma conjuntura de ameaça de continuidade do escravismo, muitos senhores do Recôncavo Baiano empregaram grandes contingentes de escravizados na lavoura açucareira da região até à véspera da abolição.

¹²⁴ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 34-35. O declínio da lavoura açucareira do Recôncavo foi objeto de estudo de muitos pesquisadores e pesquisadoras. Ver OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo...*, op. cit.; ver também PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: AN, IHGB, 1979.

¹²⁵ Sobre mobilidade de libertos no Recôncavo pós-abolição, cf. FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit. Ver, sobretudo, o capítulo 9 – *Outros itinerários de libertos no pós-abolição* – pois, nessa seção, são reconstituídas as trajetórias de ex-cativos e familiares que migraram dos engenhos para outros lugares da região. Ainda do mesmo historiador: _____. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo bahiano após a Abolição*. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

liberdade após a abolição. Não é por acaso que existem comunidades negras nessas imediações. Esses agrupamentos atestam o grau de solidariedade vivida pelos libertos e familiares nos anos que se seguiram ao 13 de maio.

3 COMUNIDADE DE SENZALA: compadrio e formação familiar nos últimos anos da escravidão

“Aos vinte cinco dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e seis, batizei solenemente e pus os santos óleos a ingênua Rita, crioula, nascida a nove de novembro do corrente ano, filha natural de Benedita, escrava de José Inácio da Costa Queiroz, foram padrinhos: Manoel Vicente da Silva e Zeferina de Queiroz”.

(Cônego Joaquim de Santa Ana Barroso, 1876)*

A proximidade geográfica entre o Engenho Sinunga e as fazendas Coqueirinho e Vileta impulsionou as relações de sociabilidade entre escravizados, libertos e descendentes dessas localidades¹²⁶. Neste capítulo veremos de que forma os assentos de batismos podem contribuir para o entendimento dessa questão. Nos interessa saber, por exemplo, de que maneira as pessoas que residiam nessas comunidades se relacionavam formando redes sociais¹²⁷. Busca-se compreender e problematizar como o compadrio operava dentro dos povoados negros e de que forma esse laço ligava uma propriedade à outra.

* ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 11v.

¹²⁶ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006, p. 35, ressalta que os laços sociais entre as pessoas de cor eram fortalecidos nos momentos festivos, batizados, casamentos e, também, nos sepultamentos feitos nas capelas dos engenhos ou nas igrejas matrizes das freguesias.

¹²⁷ A temática do compadrio e a vida familiar de cativos e livres na Bahia contam com diversas contribuições, vejamos: GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (Orgs.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 330-34; ainda de Schwartz: *Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia*. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2001, p. 263-292; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16 (mar./ago. 1988), p. 37-55; da mesma autora: *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988; e *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007. Estudos recentes também abordaram essa temática no contexto baiano, ver NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “*Viver por si*”, *viver pelos seus*: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2011. O terceiro capítulo, especialmente, analisa as redes de compadrio, casamentos, experiências familiares e comunitárias ao longo do período setecentista. Ver SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no Sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2012; SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia*. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888-1930). Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, p. 159-167.

Dentre uma série de construções edificadas no Engenho Sinunga, havia o oratório onde eram celebrados os matrimônios, batizados, missas e outros rituais católicos. No período da escravidão, oratórios e capelas tinham grande importância para a vida religiosa e social nos engenhos e fazendas, sobretudo no que dizia respeito à catequese e difusão do catolicismo. Os registros eclesiásticos da freguesia do Outeiro Redondo demonstraram como esses espaços serviam aos paroquianos, principalmente aqueles que moravam em povoados distantes da igreja matriz.

Os párocos frequentemente celebravam missas e realizavam batizados nos oratórios dos engenhos e fazendas da freguesia. Em 23 de dezembro de 1860, Adriano e Henriqueta, cativos de Fernando José de Queiroz, levaram a crioula Benvinda, sua filha legítima, para receber o sacramento do batismo na capela do Engenho Sinunga¹²⁸. Verifiquei que o casal de africanos demonstrou ter camaradagem com outros escravizados da vizinhança, pois naquela celebração tornaram-se compadres do crioulo Antônio, pertencente a Antônio Loureiro Soares de Figueiredo Sarmento, e de Maria, cativa de Félix Antônio de Miranda. Temos aqui um exemplo de como ocorriam os intercâmbios entre os moradores das comunidades de senzalas daquelas localidades.

A leitura dos registros de batismos dos ventres livres confirmou que o compadrio era um dos laços que ligavam os moradores livres, libertos e cativos das comunidades locais. Esses laços terminavam concorrendo para a formação de redes de parentesco que ultrapassavam os limites de cada propriedade. Além disso, no caso dos escravizados, considerava-se ainda a possibilidade de intervenção dos padrinhos e madrinhas na vida dos afilhados e afilhadas. O reverendo João Felipe da Costa Mello, com licença concedida pelo Vigário Francisco Rogério Dantas, realizou batizados no oratório do Sinunga. No dia 22 de abril de 1861, na presença do padrinho Severo Soares de Queiroz e da madrinha Rufina Maria de Jesus, possíveis libertos, a crioula Juliana, com dois meses, filha de Juvêncio e de Libânia, recebeu o sacramento do batismo¹²⁹. Nessa mesma ocasião, foram batizadas mais duas crianças. O crioulo João, nascido em 24 de janeiro daquele ano, filho de Lázaro Pereira e Maria Ambrosina de Jesus, foi apadrinhado por Manoel Claudiano das Neves e Maria Joaquina do Sacramento; e a crioula Ana, de um mês, filha natural de Maria, cativa de Maria

¹²⁸ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1855-1866), fl. 7.

¹²⁹ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 13v.

Joaquina da Hora, teve como padrinhos Dionísio Gonçalves da Hora e Helena Maria dos Santos¹³⁰.

Estes exemplos mostram como as parentelas dos Queiroz e dos Neves, moradores de propriedades diferentes se ligavam por redes de parentesco ritual através do compadrio. Os batizados, grosso modo, não eram os únicos rituais realizados no oratório do Engenho Sinunga. Ali os matrimônios também tinham seu lugar. Em 20 de novembro de 1861, os nubentes Ovídio de Queiroz Neves, filho dos proprietários do Coqueirinho, e Ana Maria Inácia de Queiroz, membro da família proprietária do engenho, se casaram¹³¹. No dia 25 daquele mês, na união entre Florêncio Arctueijo de Souza, natural de Maragogipe, e Lúcia Maria do Sacramento, natural dessa freguesia, tenente Ovídio aparece como uma das testemunhas¹³².

Em 28 de agosto de 1870, o vigário Joaquim de Santa Ana Barroso registrou ter batizado “solenemente” no oratório do engenho, Maria, branca, filha de Maria Hermina de Queiroz Lordello, casada com Joaquim José de Barros Lordello¹³³. Em 7 de maio de 1871, no batizado de José, nascido em novembro de 1870, José Inácio da Costa Queiroz, irmão de Hermina, tornou-se compadre do major Joaquim de Macedo Costa e de Dona Mathildes de Carvalho Lima Macedo, grandes proprietários de terras em Maragogipe¹³⁴. Nessa mesma data, José Inácio e sua esposa, Idalina Cândida Neves de Queiroz, apadrinharam Manuel, crioulo, três meses, filho da escravizada Felisberta; Venância, parda, de dez meses, filha de Juliana Silvéria; e Estelvina, parda, de nove meses, filha de Ricardina, cativa de Dona Maria Ana Luzia de Almeida¹³⁵.

Havia oratórios em várias propriedades do Outeiro Redondo, nos engenhos Subaúma, Colônia, Capivari da Passagem, Beija-flor, etc. Neles aconteciam várias celebrações, mas, em variados momentos, os matrimônios e batismos de escravizados dessas localidades eram realizados na igreja matriz. No dia 24 de junho de 1867, Nicolau e Jartina, cativos do tenente coronel Carolino da Silva Tosta, foram testemunhas no casamento de

¹³⁰ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 13v.

¹³¹ ACMS. Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1860-1873), fl. 9v.

¹³² ACMS. Livro de registro de matrimônios..., fl. 10.

¹³³ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1863-1874), fl. 25.

¹³⁴ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 28v.

¹³⁵ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 28v. Pela cronologia divulgada nos assentos de batismos, vê-se que aquelas crianças nasceram antes da oficialização da Lei do Ventre Livre. Tiveram a má sorte de nascerem meses antes do estabelecimento daquela legislação, portanto ainda eram considerados cativos. Porém, a escolha dos laços de compadrio pode ter relação direta com os projetos engendrados pelas mães. Ver ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos libertos: estratégia de sobrevivência familiar em época de transição, 1871-1895*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

Benedito com Albina, escravizados pertencentes à Cândida Maria da Natividade Tosta Pinto, viúva de João da Mata Pinto, proprietário do Engenho Colônia e Campo Alegre. Naquele mesmo dia, Justino e Firmiana, africanos libertos, foram testemunhas no casamento dos crioulos Antônio e Marcelina, ligados à mesma senhora. Em 21 de fevereiro de 1870, o cativo Justino, com a licença concedida pelo senhor José Maria de Almeida, casou-se com a crioula Florinda, liberta¹³⁶.

Na matriz celebrava-se os matrimônios dos familiares dos senhores de engenho, da população menos abastada, dos escravizados e libertos. Em 28 de setembro de 1872, Antônio Vaz Lordello e Antônia Fernandina de Queiroz compareceram àquela paróquia para a celebração do matrimônio. O nubente era natural e morador da freguesia de São Felipe, filho do tenente coronel João Vaz Lordello e de Carlota Joaquina da Fonseca Lordello. A nubente, natural e domiciliada no Outeiro Redondo, era filha dos senhores do Engenho Sinunga. Esse casamento, por certo, ampliou a teia de relações entre ambas famílias.

O oratório existente na propriedade da família Queiroz devia ser bem frequentado pelos moradores dos povoados vizinhos. Aos domingos e/ou nos dias santos, cativos, libertos e livres residentes naqueles povoados do vale compareciam ao templo para participar das celebrações. Em meados da década de 1870, no contexto das disputas pela propriedade, a capela do engenho foi avaliada em 1:500\$000rs. Dentre os objetos, registrou-se uma imagem do “Senhor Crucificado”, duas de “Nossa Senhora” e uma do “Menino Deus” em ouro e prata, ornamentos para missas, jarros, tapetes e bancas¹³⁷.

As relações de compadrio vêm sendo analisadas em diferentes regiões, contextos históricos e sob as mais variadas perspectivas. As pesquisas compreendem desde o conteúdo religioso desse ritual, os laços e relações familiares engendrados para além das fronteiras geográficas e da consanguinidade, o comportamento senhorial, às estratégias dos cativos diante da escolha dos compadres e das comadres. O estudo dessa temática se desenrola intimamente e como parte das abordagens sobre família entre os escravizados, formação de comunidades negras nos tempos do cativo e no pós-abolição. Nos últimos anos, uma série de investigações foram executadas nesse campo, os trabalhos pioneiros ainda ocupam lugar de

¹³⁶ ACMS. Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1860-1873), fl. 36 e 43v.

¹³⁷ Tais informações encontram-se em: AFSF. Libelo civil contra os herdeiros de Fernando José de Queiroz, CX: 01, fl. 60.

destaque pela relevância das abordagens que versam sobre os mais diversos aspectos da sociedade baiana¹³⁸.

Em termos de Bahia, os estudos de Mattoso, Schwartz e Oliveira, realizados na década de 1980, abordam questões sobre a constituição de famílias entre os cativos nos tempos da escravidão. Mattoso, em “*O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)*”, constatou que a escolha do padrinho e da madrinha era resultado de estratégias de “promoção social”, as quais se assemelham às escolhas feitas pelos livres e libertos. O compadrio solidificava e ampliava os laços de solidariedade que poderiam ser buscados com variados objetivos, dentre estes sobreviver e liberta-se¹³⁹. A autora insiste que esta escolha não era tarefa fácil, pois permeava uma série de questões:

Os padrinhos são, pois, escolhidos entre a população livre, liberta e escrava, mas nota-se, porém, uma nítida preferência na escolha de pessoas da mesma etnia ou da mesma cor que a mãe. Evidentemente, estas pessoas devem ser pessoas influentes e mesmo se não possuem grandes cabedais, devem pelo menos ter bons relacionamentos e gozar de prestígio, na comunidade¹⁴⁰.

Em *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, embasado em pesquisas empíricas sobre a Bahia, especialmente envolvendo o Recôncavo, Schwartz também se ocupou das relações de compadrio entre os cativos daquela sociedade. A partir de dados extraídos das paróquias dessa região – com destaque para Monte e Rio Fundo – o historiador examina os padrões de compadrio entre a população escrava e averigua como essa relação era capaz de gerar parentesco. “O compadrio criava uma série de laços de parentesco espiritual entre o afilhado ou afilhada e seu padrinho e madrinha, além de laços entre os pais e os padrinhos [...]”¹⁴¹. A análise da documentação levou o brasilianista à seguinte constatação: por razões variadas os senhores não apadrinhavam seus próprios cativos. Essa informação possibilitou ao historiador refutar a tese de que o paternalismo era reforçado nas relações de compadrio e, por sua vez, este laço ligava o escravizado ao proprietário¹⁴².

Com uma perspectiva temporal e espacial ampliada, em *Escravo, roceiros e rebeldes*, Schwartz dedica um capítulo especialmente para discutir as tendências do compadrio no

¹³⁸ Vejamos GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. *Purgando o pecado original...*, op. cit.; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *O filho da escrava...*, op. cit.; OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto...*, op. cit.; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit.

¹³⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *O filho da escrava...*, op. cit., p. 51-52.

¹⁴⁰ Id. *ibid.*, p. 52.

¹⁴¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 330.

¹⁴² Id. *ibid.*, p. 331.

Recôncavo. Nesse estudo, além de apresentar considerações feitas em pesquisa anterior com Stephen Gudeman, ele fez uma análise comparada entre Bahia e Curitiba – investigação promissora com a qual evidenciou-se algumas especificidades. O exame da população escrava de Curitiba, fortemente acentuada na mão de obra indígena e africana, diagnosticou a presença de escravizados na maioria dos batismos até 1870, ou seja, cativos batizando cativos. Mas esse quadro mudou com a Lei do Ventre Livre. Para o Iguape – local pesquisado na Bahia – os resultados caminharam em direção oposta. Em comparação com os dados referentes ao século XVIII, quando a maioria dos padrinhos eram livres, em 1835, o cenário era outro:

[...]. Contudo a acentuada preferência por pessoas de status superior, tanto de cor quanto de liberdade, observada na Bahia no estudo anterior e na maioria dos períodos em Curitiba não estão evidentes em Iguape [...]. Os escravos queriam outros escravos para padrinhos. Com poucos brancos disponíveis ou dispostos a aceitar o convite, parece que era menos vantajoso ter como padrinho um negro ou um mestiço livre¹⁴³.

De posse dessas informações, faremos uma demonstração das relações de compadrio nas propriedades em análise. Nessas localidades, à medida que os batizados se destinavam aos filhos dos escravizados, observa-se que as famílias senhoriais pouco participavam desse ritual. Computaremos uma amostra composta pelos batizados dos ingênuos, cujas mães, pais, padrinhos e/ou madrinhas encontravam-se sob os poderes desse senhorio. Através dos batismos dos ventres livres objetivamos saber como os cativos e libertos dessas localidades se entrosavam por meio desse parentesco ritual. Do engenho podia-se deslocar andando até o Coqueirinho e de lá caminhar rumo à povoação da Vileta.

Vimos que as famílias senhoriais que dominavam aquelas propriedades enlaçaram-se matrimonialmente ao longo da escravidão. Por extensão dessas relações, sem querer usurpar a margem de independência dos cativos, não é difícil imaginar que eles também tenham experimentado um alto grau de sociabilidade. No dia a dia, os contatos entre essas comunidades se davam de forma variada: nas lavouras, nas celebrações religiosas que aconteciam no oratório do engenho, nas idas e vindas de uma propriedade para outra. Após a abolição, identificamos um integrante da família do liberto Tito de Queiroz residindo nas terras da fazenda Matataúba. Esse deslocamento pode ter sido uma consequência das convivências e relações de afetividade constituídas nos tempos do cativo.

¹⁴³ SCHWARTZ, Stuart B. *Abrindo a roda da família...*, op. cit., p. 289.

No Recôncavo, indivíduos e grupos familiares submetidos à escravidão cultivaram roças no interior das propriedades. Esses gêneros mantinham a subsistência da própria comunidade e o excedente era negociado nos centros urbanos mais próximos. Nesses deslocamentos até os portos e, conseqüentemente às feiras locais, os roceiros de uma localidade encontravam-se com os vizinhos da mesma condição social e com os lavradores libertos e livres da região. Através das camaradagens forjadas nesses encontros, fluíam informações sobre os debates e lutas em torno da liberdade. Esses laços poderiam ser acionados inclusive nas situações em que decidissem fugir do domínio senhorial¹⁴⁴.

Nos raros momentos de descanso, geralmente aos domingos e dias santos, homens, mulheres e crianças das senzalas seguiam itinerários distintos da labuta costumeira vivenciada nos dias comuns. Nessas ocasiões, presume-se que os escravizados trabalhassem em roças vizinhas às grandes lavouras concedidas pelos senhores. Essas ocasiões podiam ser aproveitadas para bater barro numa casa, pois é provável que nem todos os cativos tenham se acomodado ao convívio em moradias coletivas. Como a maioria dos engenhos dessa freguesia circunvizinhava outras propriedades, os escravizados deviam visitar seus parentes, amigos, amásias, padrinhos e madrinhas.

A freguesia do Outeiro Redondo, nas últimas décadas de escravismo, era um contexto geográfico e demográfico diferente daqueles distritos açucareiros tradicionais, onde um pequeno número de famílias apossou-se da quase totalidade das terras agricultáveis. Naquela paróquia, embora um número de engenhos cada vez maior dominasse a paisagem com plantações de diversos gêneros, os lavradores de cabedais menores também ostentavam a propriedade da terra e dos escravizados¹⁴⁵. Nas fronteiras do Engenho Sinunga, por exemplo, existiam uma gama de lavradores dedicados ao cultivo de mandioca, cafezais, tabaco e outras lavouras.

¹⁴⁴ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 43, 39-48; SCHWARTZ, Stuart B. *Abrindo a roda da família...*, op. cit., cap. 3; BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-116; GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 19-33.

¹⁴⁵ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 42-3, sustenta que em quase todas as freguesias da vila da Cachoeira – região situada ao oeste da zona açucareira – predominavam os solos mais “arenosos e leves”, onde muitos lavradores se empenharam no cultivo de fumo, produto bastante exportado para a Europa e a África Ocidental. Vê-se que os solos “leves e arenosos” também demarcavam o perfil agrícola das vilas de Maragogipe e Jaguaripe. Nessas localidades, a plantação de mandioca e o cultivo de outros gêneros alimentícios assumiram o protagonismo. Barickman afirma que os nomes das freguesias de Nazaré das Farinhas e de São Felipe das Roças atestam a relevância dessas zonas como contextos de produção de alimentos no Recôncavo.

Nesse cenário, as escolhas dos padrinhos e das madrinhas não deveriam acontecer por acaso. Escravizados de proprietários menos abastados poderiam lograr mais autonomia em termos de circulação. Dessa maneira, o compadrio podia ser acionado na vizinhança, tendo em vista a pouca disponibilidade de pessoas dentro dessas propriedades.

3.1 Propriedade e vida familiar

Entre os anos de 1872 e 1883 garimpamos assentos de batismos de 47 crianças nascidas de ventres livres cujas mães eram cativas das seguintes propriedades: Engenho Sinunga, fazenda Coqueirinho e fazenda Vileta. Essas pessoas se articulavam por redes de amizades e familiares. O objetivo disso é demonstrar como as senzalas do engenho se comunicavam/interagiam com outras comunidades através dos laços de compadrio. Lembremos que as famílias proprietárias do Coqueirinho e da Vileta estavam entrelaçadas matrimonialmente com os Queiroz. Essa documentação possibilita uma compreensão dos laços comunitários tecidos entre escravizados, ingênuos, libertos e livres. Nos guiaremos pelos nomes e sobrenomes adotados por esses personagens, uma vez que as identificações nominais dos indivíduos e grupos familiares aqui são convertidas em “rastros”¹⁴⁶.

Os assentos de batismos, acompanhados de uma abordagem micro histórica, além de permitirem um detalhamento das relações de compadrio, acabaram por descortinar outros aspectos das histórias de vida desses sujeitos. No caso dos batismos dos ingênuos e ingênuas, nas décadas finais da escravidão, registravam informações como idade, data de nascimento, cor, nome, filiação, identificação dos proprietários das mães, nome dos padrinhos e das madrinhas.

Os párocos do Outeiro Redondo não tinham tradição de identificar o endereço das pessoas as quais registravam, principalmente quando se tratava de escravizados e demais moradores de cor. Nessa medida, as localidades onde os cativos e suas parentelas residiam são omitidas. Sendo assim, como saber os locais de moradia desses indivíduos e grupos familiares? Nesse sentido, o cruzamento das informações contidas nos assentos de batismos e nas demais fontes históricas, a exemplo dos registros de nascimentos, óbitos e casamentos, torna-se uma possibilidade, pois os nomes dos proprietários e dos cativos nos conduzem às propriedades/comunidades.

¹⁴⁶ Ver SLENES, Robert. Histórias do Cafundó. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 37-103.

Quadro 3 – Compadrio e formação familiar, 1872-1883

PROPRIEDADE	VENTRE LIVRE	COR	DATA DE NASC.	FILIAÇÃO	PROPRIETÁRIO	COMPADRIO
Faz. Coqueirinho	Francisco	Crioulo	04/01/1872	Prudência	Ovídio de Queiroz Neves	Simão de Queiroz e Júlia de Queiroz
Eng. Sinunga	João	Cabra	08/02/1872	Benedita	José Inácio da Costa Queiroz	Lourenço e Quitéria
Eng. Sinunga	Ambrozia	Parda	06/07/1872	Quitéria	Fernando José de Queiroz	Manoel Pereira Guedes Junior e Maria Alves de Mello
Faz. Coqueirinho	Alvino	Preto	10/12/1872	Virgínia	Ovídio de Queiroz Neves	Juvêncio de Queiroz e Anastácia
Faz. Coqueirinho	Quintina	Parda	28/12/1872	Raimunda	Maria Rita Neves	Jerônimo Ferreira e Firmina Maria do Espirito Santo
Faz. Vileta	Mônica	Crioula	09/04/1873	Roberta	Joaquim José de Barros Lordello	Luciano José das Neves e Libânia de Queiroz
Faz. Vileta	Delfina	Preta	18/05/1873	Plácida e Carlos (liberto)	Joaquim José de Barros Lordello	Hermenegildo Tosta de Andrade e Almeida, e Maria Joana do Nascimento
Eng. Sinunga	Felicidade	Crioula	22/02/1874	Felisberta e José	José Inácio da Costa Queiroz	Cleto Neves da Silva e Theodora
Faz. Vileta	Jonathas	Pardo	04/04/1874	Emiliana	Carolina Maria de Barros Lordello	Carlos de Barros Lordello e Plácida Maria de Barros
Faz. Coqueirinho	Rodrigo	Pardo	21/05/1874	Zeferina	Francisco de Paula Neves	Arsênio Neves de Queiroz e Amélia Candida Neves
Faz. Coqueirinho	Antonio	Pardo	19/10/1874	Anastácia	Ovídio de Queiroz Neves	Juvêncio de Queiroz e Petronília

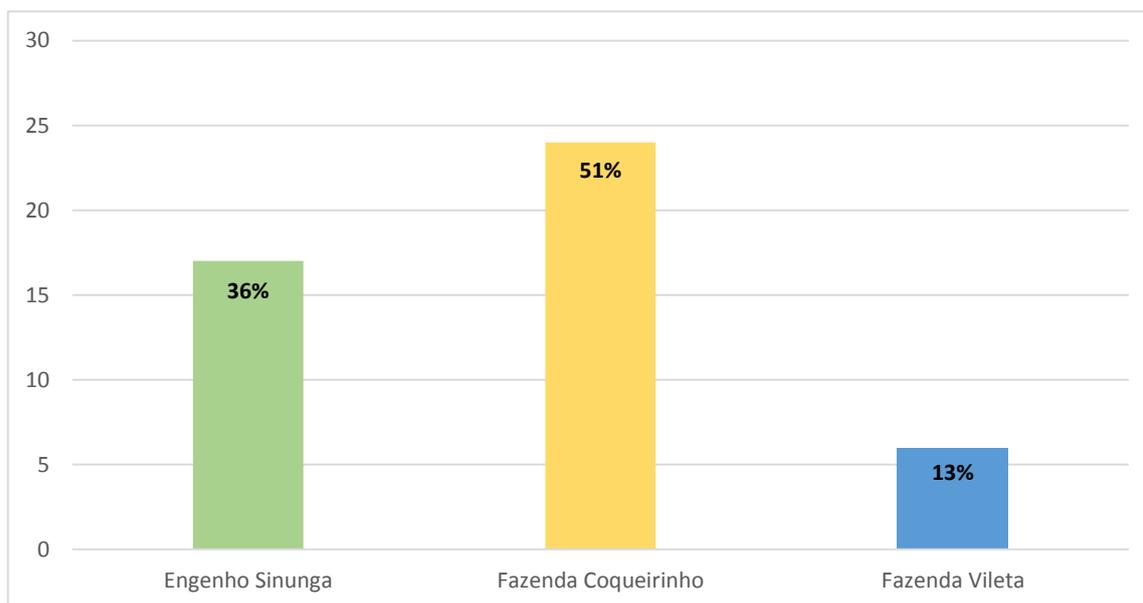
Faz. Vileta	Philéas	Cabra	26/04/1874	Emília	Joaquim José de Barros Lordello	Felisberto Fagundes de Queiroz e Clara Thereza Queiroz
Eng. Sinunga	Tibúrcio	Preto	17/12/1874	Benedita	José Inácio da Costa Queiroz	Joaquim Neves de Queiroz e Cristina Maria da Conceição
Faz. Coqueirinho	Demétrio	Parda	23/06/1874	Gertrudes	Francisca Cândida Neves	Alvino Pereira Sodré e Francisca Maria dos Santos
Faz. Coqueirinho	Feliciano	Crioulo	05/08/1875	Martinha	Francisco de Paula Neves	Juvêncio de Queiroz e Petronília
Faz. Coqueirinho	Ortência	-	22/10/1875	Florência	Francisco de Paula Neves	Firmino e Júlia
Faz. Coqueirinho	Terêncio	-	15/11/1875	Branca	Francisco de Paula Neves	Izidorio Juveniano de Almeida e Hedivalina Augusta de Almeida
Faz. Coqueirinho	Júlio	Preto	08/08/1875	Anastácia	Francisco de Paula Neves	Fabício e América
Faz. Coqueirinho	Elesbão	Cabra	21/11/1875	Sensata	Francisco de Paula Neves	Virgílio Neves de Queiroz e Maria Augusta Neves de Queiroz
Faz. Coqueirinho	Felipe	Crioulo	14/07/1876	Pedro e Quitéria	Ovídio de Queiroz Neves	Manoel Vicente e Martinha
Faz. Coqueirinho	João	Cabra	21/06/1876	Zeferina	Francisco de Paula Neves	Ricardo Jeronimo e Alvino Sodré
Eng. Sinunga	Rita	Crioula	09/11/1876	Benedita	José Inácio da Costa Queiroz	Manoel Vicente da Silva e Zeferina de Queiroz
Eng. Sinunga	Valéria	Preta	12/02/1877	José e Felisberta	José Inácio da Costa Queiroz	Felisberto Fagundes de Queiroz e Clara Maria da Conceição
Eng. Sinunga	Faustino	Preto	27/02/1877	Juvêncio (liberto) e Libânia	Inácia Maria da Costa Queiroz	Severo Soares de Queiroz e Maria do Carmo de Jesus
Eng. Sinunga	Eugênio	Preto	13/12/1877	Tito de Queiroz e Romana	Inácia Maria da Costa Queiroz	Ernesto de Queiroz Neves e Ana Felícia de Queiroz Neves
Faz. Coqueirinho	Damião	-	22/10/1877	Martinha	Maria Marcolina de Queiroz	Ludigério e Luís

					Neves	
Faz. Coqueirinho	Clementina	Parda	18/11/1877	Branca	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Emílio da Silva Fraga e Antonio Loureiro Sampaio
Faz. Coqueirinho	Mariana	Parda	16/03/1878	Sensata	Francisco de Paula Neves	Juvêncio de Queiroz e Petronília
Faz. Coqueirinho	Andreza	-	-	Anastácia	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Benedito Nogueira de Queiroz e Maria da Paixão
Eng. Sinunga	Benta	-	23/10/1878	Benedita	José Inácio da Costa Queiroz	Antonio Ferreira e Benedita Neves
Eng. Sinunga	Roque	-	22/09/1878	Martha	José Inácio da Costa Queiroz	Dacturo Vieira da Costa e Maria Laurinda do Amor Divino
Eng. Sinunga	Lióba	Preta	18/01/1879	Silvana	José Inácio da Costa Queiroz	Cleto Neves da Silva e Ephigênia
Eng. Sinunga	Helena	Preta	23/02/1879	José e Felisberta	José Inácio da Costa Queiroz	Felisberto Fagundes de Queiroz e Luzia Clara de Jesus
Faz. Coqueirinho	Querobina	-	22/03/1879	Florência	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Celestino dos Anjos Neves e América Benvenuta das Neves
Faz. Coqueirinho	Januária	Cabra	25/10/1879	Emília	Joaquim José de Barros Lordello	Cleto Neves da Silva e Petronília
Faz. Coqueirinho	Manoel	Cabra	07/10/1879	Januária	Maria Rita Neves	Gustavo Ferreira dos Santos e Arlina Maria de Jesus
Faz. Coqueirinho	Jovino	-	08/02/1880	Martinha	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Olavo Neves da Silva e Emiliana Maria de Jesus
Faz. Coqueirinho	Luís	Crioulo	15/04/1880	Eduarda	Maria Rita Neves	Benedito Nogueira de Queiroz e Maria d'Almeida
Faz. Vileta	Modesto	Pardo	25/06/1880	Leôncia	Carolina Maria de Barros Lordello	Antonio Manoel dos Santos e Martinha Neves

Eng. Sinunga	Vitória	Parda	08/01/1881	José e Felisberta	José Inácio da Costa Queiroz	Savino Soares e Cristina Maria de Jesus
Faz. Vileta	Antonio	Pardo	12/05/1880	Branca	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Antonio Neves de Queiroz e Cecília Candida Neves de Queiroz
Eng. Sinunga	Iara	Parda	29/09/1880	Martha	José Inácio da Costa Queiroz	Quirino e Maria dos Anjos
Eng. Sinunga	Terêncio	Crioulo	-	Silvana	José Inácio da Costa Queiroz	Antonio Loureiro Sampaio e Roza Maria Sampaio
Faz. Coqueirinho	Sophia	Parda	26/05/1881	Sensata	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Balbino José Fagundes e Maria Carolina da Assunção
Eng. Sinunga	Zita	-	13/09/1881	Benedita	José Inácio da Costa Queiroz	Jesuino da Silva Pinto e Vitória Maria da Conceição
Faz. Coqueirinho	Germina	Cabra	-	Maria	Maria Marcolina de Queiroz Neves	Ricardo Jerônimo Neves e Benvenuta Neves
Eng. Sinunga	João	Crioulo	02/09/1882	Silvana	José Inácio da Costa Queiroz	Gabriel e Petronília

Fonte: ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896)

Gráfico 1 – Distribuição dos ingênuos por propriedade, 1872-1883



A fazenda Coqueirinho abrigava o maior percentual de nascidos após a Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871– a chamada Lei do Ventre Livre ou Rio Branco¹⁴⁷. Em seguida, com percentuais menores, respectivamente, concorrem o Engenho Sinunga e a fazenda Vileta. Esses dados também apontam para a presença de várias famílias compostas pelos escravizados e libertos moradores dessas propriedades. Apesar de sabermos que os proprietários desses imóveis faleceram nos anos seguintes a setembro de 1871, em plena obrigatoriedade da matrícula, infelizmente não foi possível a localização de inventários referentes às famílias Queiroz e Neves. De posse dessas fontes teríamos a oportunidade de visualizar a listagem de pessoas matriculadas naqueles cativeiros, as profissões exercidas individualmente, naturalidade, filiação, idade, etc.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Ver versão digitalizada da Lei nº. 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>>. Sobre os desdobramentos dessa lei, cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *O filho da escrava...*, op. cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e do mesmo autor: _____. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão...*, op. cit.

¹⁴⁸ Cf. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão...*, op. cit., p. 65-66. A omissão dos senhores em relação à matrícula de seus cativos, motivou diversos protestos judiciais, nos quais pleiteava-se a liberdade ao cobrar o cumprimento das normativas legais vigentes. O escravizado que não fosse incluído naquela lista poderia se considerar livre e aqueles que se sentissem lesados poderiam intervir judicialmente em suas vidas. Ver SOUZA, Ione Celeste J. de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870-1900. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso

Não dispomos de documentação capaz de informar detalhes específicos sobre o cotidiano desses sujeitos, bem como a respeito das possíveis tensões e conflitos desencadeados nessas relações. Para tanto, dimensiona-se a cooperação da geografia no que se refere à constituição de vínculos comunitários entre os escravizados dessas localidades. Os estudos do historiador Walter Fraga têm apresentado, com diversidade de dados, as variadas redes de parentescos “consanguíneos e rituais” compostas por cativos, libertos e familiares, as quais formavam a base de “comunidades sólidas”. Ressalta-se o quão a proximidade entre os engenhos, nos tradicionais distritos açucareiros do Recôncavo, foi uma característica que permitiu contato permanente entre cativos de distintas propriedades¹⁴⁹.

A família Barros Lordello era proprietária de grandes extensões de terras e de muitos cativos. Ao longo do século XIX, integrantes desse núcleo familiar desfrutavam de poderosas patentes militares. Benjamim Vaz Lordello, proprietário do Engenho Santo Antônio da Jaqueira, filho do tenente coronel João Vaz Lordello, ostentava o posto de capitão da Guarda Nacional. Esse proprietário era casado com Carolina Maria de Barros Lordello, filha do capitão Antônio José de Barros Lordello e de Maria Eufrasina do Nascimento Barros, possuidores de várias propriedades, com destaque para o Engenho Outeiro Redondo, fazenda Vileta e Matataúba.

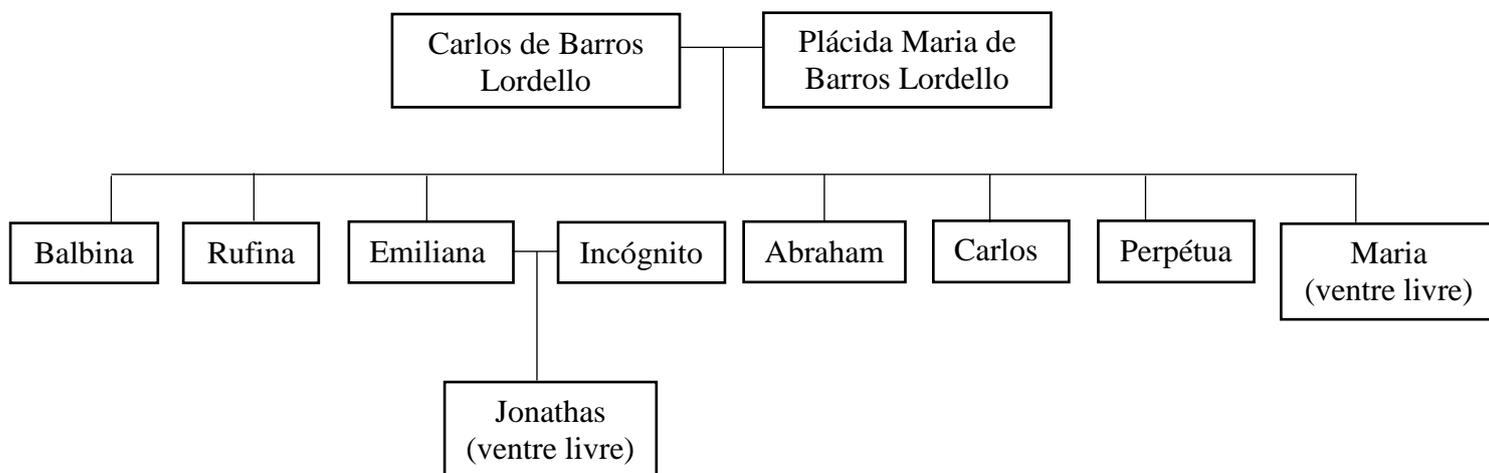
Nesse universo de poderes e propriedades vivia a crioula Plácida, cativa do tenente Joaquim José de Barros Lordello, a qual se ocupava do serviço da lavoura. Em 2 de janeiro de 1878, Plácida compareceu ao cartório civil para declarar o óbito do liberto Carlos Batista de Barros, 48 anos, preto, natural da freguesia da Cruz das Almas e domiciliado naquela paróquia. A crioula informou que era casada com o ex-cativo e residia com parte de seus familiares na fazenda Matataúba, propriedade do mesmo senhor que também era dono da fazenda Vileta¹⁵⁰. O tenente Joaquim era um dos Lordello que constituiu laços matrimoniais com a família Queiroz.

Thomas (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 189-210. Ver também de Ione Souza: *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870-1890*. Tese (Doutorado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

¹⁴⁹ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 35.

¹⁵⁰ CRCOR. Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1877-1883), fl. 31v.

Figura 8 – Família composta pelo liberto Carlos de Barros Lordello e pela escravizada Plácida Maria de Barros Lordello



Na certidão de óbito de Carlos consta-se os nomes e condições sociais dos filhos do casal. Com a morte do esposo, a viúva Plácida pode ter se tornado a única responsável pelos sete filhos: Emiliana, Maria, Balbina, Rufina, Abraham, Carlos e Perpétua. Em 1878, com exceção de Emiliana, liberta, e de Maria¹⁵¹, ventre livre, os demais viviam no cativeiro. Balbina e Rufina pertenciam a Benjamim Vaz Lordello; Abraham, Carlos e Perpétua eram posses do capitão Antônio José de Barros Lordello. Com essa descrição, vê-se que Carlos tinha uma quantidade considerável de filhos. A família estava espalhada pelas propriedades dos Barros Lordello, imersa naquelas comunidades de senzalas.

Descortinamos mais aspectos sobre a história dessa família. Em 15 de junho de 1873, na companhia do pai, a ingênuo Maria Delfina, “preta”, nascida no dia 18 do mês de maio do referido ano, recebeu o sacramento do batismo na igreja matriz. Naquele dia, o casal tomou como padrinhos os proprietários Hermenegildo Tosta de Andrade e Almeida, e Maria Joana do Nascimento¹⁵². Essa informação estaria escondendo um projeto de liberdade, cuja finalidade seria livrar a família do cativeiro? Visto que foi em meio à crescente disputa senhorial pela mão de obra dos libertos, às leis emancipacionistas, à crise do escravismo e a forte atuação do abolicionismo que os cativos forjaram suas próprias escolhas e definiram projetos de vida para sair do cativeiro¹⁵³.

¹⁵¹ Maria, ventre livre, teve seu nome registrado no assento de batismo como “Delfina” – certamente se chamava Maria Delfina.

¹⁵² ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 4.

¹⁵³ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 56.

Frente aos dilemas da escravidão e da liberdade, torna-se aceitável a suposição de que Carlos e Plácida estavam planejando estender a liberdade a seus outros filhos, tanto que a escolha dos padrinhos da ingênua Delfina, revela certa intencionalidade e desejo de que os compadres interferissem no destino da menina. Hermenegildo Tosta e a senhora Maria Joana faziam parte da classe proprietária de escravizados e terras do Outeiro Redondo. Conforme a Lei do Ventre Livre, até a idade de 8 anos, os ingênuos permaneceriam sob a guarda dos senhores de suas mães, completado esse período, a decisão de entregá-los ao Estado e receber a indenização de 600\$000rs ou de explorar seus serviços pelo tempo estabelecido (até 21 anos) estava, mais uma vez, nas mãos dos proprietários de suas mães. Assim, a depender da classe e condição social do padrinho, acreditava-se que este poderia influenciar ou desencadear a tão sonhada manumissão de seus afilhados¹⁵⁴.

Em 4 de abril de 1874, a crioula Emiliana deu luz a Jonathas, batizado pelos próprios avós no dia 6 do mês seguinte¹⁵⁵. Naquele ano, a crioula ainda não havia emergido da escravidão, encontrava-se na fazenda Vileta sob o domínio de Carolina Maria de Barros Lordello. As circunstâncias ou meios que possibilitaram que Carlos e Emiliana se tornassem libertos ainda não sabemos, mas é factível especular que a condição de saúde dele tenha influência direta na liberdade, uma vez que, em termos de mercado, sua avaliação devia estar abaixo da média por causa da “moléstia do peito” que mais tarde o levaria à morte. Assim, ele poderia pagar pela própria alforria? Em seu estudo sobre os libertos em Salvador, Maria Inês Cortes de Oliveira argumenta que em torno da conquista da liberdade havia uma série de costumes. Se fosse alcançada durante a juventude, as condições estabelecidas pelo senhor podiam findar muito tempo depois¹⁵⁶. Além disso, Oliveira concluiu que,

[...] a compra da liberdade estava conjugada não apenas à vontade do proprietário, mas também à cotação da mão-de-obra escrava, por sua vez dependente das condições de renovação do contingente escravo e da

¹⁵⁴ Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *O filho da escrava...*, op. cit., p. 42; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão...*, op. cit., p. 258-259; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 333; SOUZA, Ione Celeste J. de. *‘Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios’...*, op. cit., p. 191. Segundo Souza, a maioria das crianças nascidas de ventre livre “ficou adstrita ao uso dos seus serviços dos 8 aos 21 anos durante os nove anos compreendidos entre 1879 e 1888, quando ocorreu a abolição geral da escravidão. E o uso de seus serviços teve continuidade no pós-abolição em vivências conflituosas com ex-senhores de suas mães, além de tutores e assoldadores, pelo uso coercitivo de sua força de trabalho”.

¹⁵⁵ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 6v.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto...*, op. cit., p. 25.

demanda do mercado em fase de prosperidade ou de crise do setor de exportação¹⁵⁷.

Pesquisas vêm apontando os legados da Lei do Ventre Livre e as questões sociais desencadeadas a partir de sua implementação. Segundo Oliveira, essa lei lançou as sociedades libertadoras, criadas após o fim do tráfico negreiro, sob os olhos dos juízes de órfãos e criou um “fundo de emancipação oficial”, gestado através de arrecadações de impostos sobre a propriedade cativa, loterias especiais, multas envolvendo o não cumprimento dos dispositivos legais, etc. Tais arrecadações, anualmente, mediante cotas, eram usadas na libertação dos escravizados que estavam submetidos aos cativeiros nas províncias. Em termos de legislação emancipacionista, sancionada no Império, a Lei 2040 de setembro de 1871 foi a que mais dilacerou as relações escravistas¹⁵⁸.

A abolição do tráfico internacional de cativos, em 1850, tornou extinta a principal fonte de manutenção do escravismo nas propriedades brasileiras, intensificando, posteriormente, o tráfico interno¹⁵⁹. Com essa medida, é provável que os proprietários do Outeiro Redondo também tenham encontrado nos ventres de suas cativas a força motriz capaz de manter a posse de escravizados nos engenhos, sítios e fazendas¹⁶⁰. A reprodução natural do cativo, interrompida com o advento da Lei do Ventre Livre, em 1871, pode ter servido de combustível à existência da escravidão por longas décadas até 1888.

A família da crioula Plácida, moradora da fazenda Matataúba, bem como os demais grupos familiares de escravizados que viviam nas propriedades desse distrito, possibilitam pensar sobre a reprodução endógena da posse escravizada. Até porque, salvo exceções, nem

¹⁵⁷ Ibid. loc. cit.

¹⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. cit., p. 160, afirmou que a Lei do Ventre Livre, em vários sentidos, considerou as seculares reivindicações dos escravizados.

¹⁵⁹ A respeito do tráfico internacional de africanos, da proibição desse mercado, em meados do século XIX, e do tráfico interno de cativos. Cf. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987. Verger demonstrou como se davam as relações entre Bahia e África, bem como o papel do tabaco/moeda no comércio de africanos aqui escravizados. Ver CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; ainda do autor: _____. & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, nº. 24, 2000, p. 97-128; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Migrações internas: resistência e conflitos (1872-1920)”. *Caderno Estudos Sociais*. Recife: v.8, n.2, (jul/dez. 1992), 235-260.

¹⁶⁰ Estudos sobre economia, família e comunidades de escravizados no Sertão da Bahia levantaram fontes e discussões promissoras sobre o tema. Ver dissertações de NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “*Viver por si*”, *viver pelos seus...*, op. cit., p. 60-93; SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no Sertão do São Francisco...*, op. cit., p. 43-57.

mesmo os ingênuos podiam gozar de liberdade plena. Devemos avaliar o quanto as crianças nascidas de ventres cativos permitiram a reposição dos braços escravizados nas lavouras, sobretudo a partir do momento em que o tráfico atlântico entrou na ilegalidade.

A seguir veremos que, nas propriedades em discussão, havia cativas com grande número de filhos, isto é, crianças nascidas a partir de 28 de setembro de 1871. Esses dados, em certa medida, revelaram o quanto a taxa de natalidade era elevada nos engenhos e fazendas. Nesses lugares, a presença de gerações familiares motivou a formação famílias e comunidades.

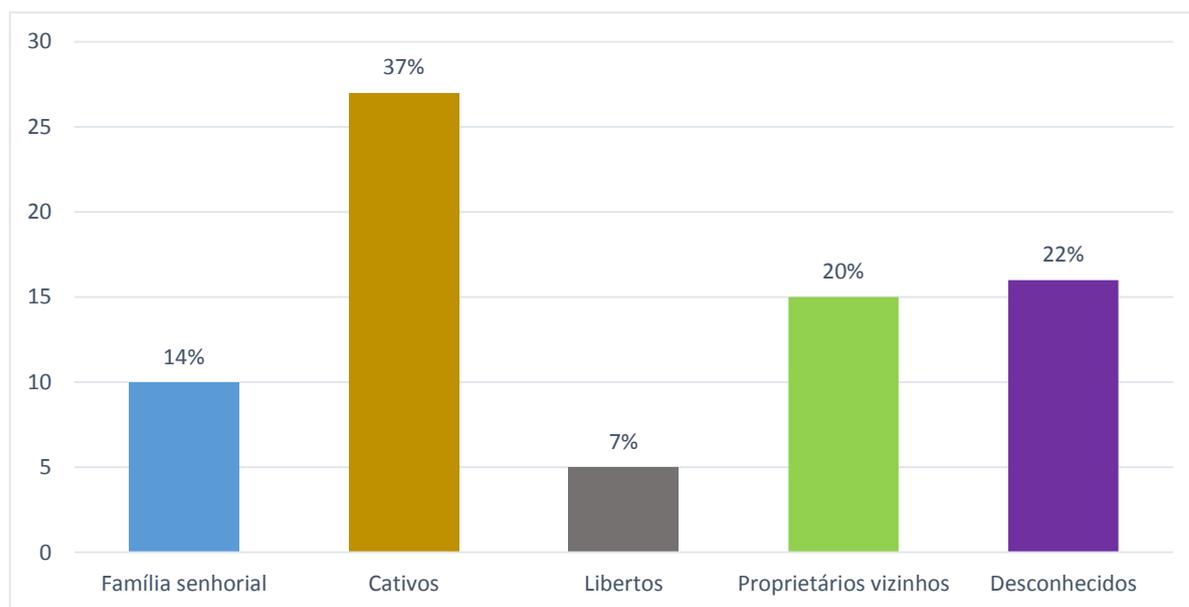
3.2 Padrinhos e madrinhas – compadres e comadres

No gráfico apresentado a seguir, se evidencia a predominância de cativos nos laços de compadrio em 37% e certa variação no que se refere a condição social dos padrinhos e das madrinhas. A análise enfatiza ainda a participação de proprietários da vizinhança em 20% e de membros da família senhorial em 14%, mas o que chama atenção é o número de pessoas “desconhecidas” por nós que estavam batizando os ingênuos. Entre as pessoas não identificadas, as quais somam 22%, 9 delas carregavam os sobrenomes Queiroz ou Neves, mas não eram membros das famílias senhoriais. Essa constatação sinaliza para a presença de mais libertos e/ou cativos no compadrio dos ingênuos. Se computarmos esses números com os percentuais de libertos e escravizados, registrados no gráfico, a participação da comunidade negra nos batizados atingiria um percentual ainda mais elevado.

As mães dos ventres livres possivelmente estavam acionando os laços comunitários locais, isto é, as sociabilidades construídas no mundo da escravidão, quer sejam através das relações de amizade, quer sejam por meio das afetividades. O compadrio tinha, nesses termos, uma dimensão social fora da estrutura religiosa da Igreja, podia reforçar elos de parentesco, estreitar laços com pessoas de classe social semelhante e distintas¹⁶¹. É fato que a maioria dos batizados tiveram padrinhos e madrinhas escravizadas, isso revela certo enraizamento da vida comunitária naqueles lugares.

¹⁶¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Abrindo a roda da família...*, op. cit., p. 266.

Gráfico 2 - Condição jurídica/social dos padrinhos e madrinhas dos ingênuos, 1872-1883



Temos 40 padrinhos e 33 madrinhas envolvidos nos batizados dos ingênuos. Cativos e libertos estiveram presentes na maioria dos arranjos de compadrio, muitas vezes batizando uma mesma pessoa. Houve batizados formados somente com a presença de padrinhos em invés de um casal (como determinava a Igreja). Em 1º de janeiro de 1878, Damião, de “um ano e 10 meses”, filho de Martinha, cativa da fazenda Coqueirinho, tornou-se afilhado de Ludigério e Luís, escravizados de José Pereira Gonçalves, proprietário da vizinhança¹⁶². No dia 31 daquele mês, Clementina, parda, de 1 ano e 2 meses, filha de Branca, cativa da mesma senhora, foi batizada por Emílio da Silva Fraga e Antônio Loureiro Sampaio, proprietários¹⁶³.

Salvo exceções, a tendência do compadrio nas propriedades em questão seguiu a regra: um padrinho e uma madrinha. Schwartz acentua que, no decorrer dos séculos, a Igreja Católica procurou regulamentar o sacramento do batismo, no entanto, “métodos populares” – a exemplo da escolha de vários casais de padrinhos, convidar o padre que realizava o batizado para ser padrinho, tomar Nossa Senhora ou uma padroeira local como madrinha – apesar de serem proibidos pelo Concílio de Trento, “custaram desaparecer”¹⁶⁴.

Para além do batismo, quando a criança era recém-nascida, os laços de compadrio abarcavam outras tradições culturais. Schwartz afirma que essas relações se davam de variadas maneiras: “por intermédio de casamento, crisma, ou mesmo em certas festividades,

¹⁶² ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 13v.

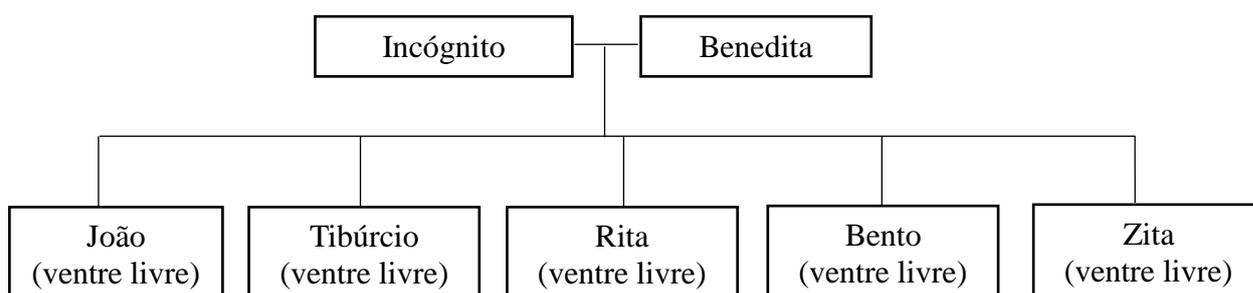
¹⁶³ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 13v.

¹⁶⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Abrindo a roda da família...*, op. cit., p. 266.

como a do dia de São João, quando, ao dar as mãos e pular a fogueira juntos, os indivíduos podiam tornar-se compadres de fogueira”¹⁶⁵.

Entre fevereiro de 1872 e setembro de 1881, Benedita, cativa do Engenho Sinunga, teve cinco filhos naturais: um menino e quatro meninas. Veremos como essa escravizada teceu sua rede de compadrio, talvez pensando na possibilidade de interferência tanto no destino e vida dos ingênuos quanto no seu próprio futuro. Será que, durante esse período, Benedita contou com a colaboração dos pais das crianças na definição desses laços ou teve o auxílio dos parceiros de cativeiro e familiares? Não acessamos nenhuma fonte com a qual pudéssemos interligar, familiarmente, Benedita com outros cativos e/ou libertos daquela comunidade. Mas, a frequência de laços consanguíneos entre os escravizados crioulos e africanos dessa propriedade, sobretudo, é um forte indício para enquadrarmos a escravizada em alguma dessas parentelas.

Figura 9 - **Família de Benedita, escravizada pertencente ao Engenho Sinunga**



Em 8 de fevereiro de 1872, Benedita deu luz ao pardo João, batizado no dia 4 de maio do mesmo ano. Naquela oportunidade, ela se tornou comadre de Lourenço e Quitéria, cativos do engenho. Na comunidade, afilhado, padrinho e madrinha viviam juntos e possivelmente faziam parte da mesma rede de camaradagem ou familiar¹⁶⁶. Passados quase 3 anos do nascimento de João, em 17 de dezembro de 1874, Benedita concebeu Tibúrcio, preto. Em 13 de fevereiro de 1875, esse ventre livre fora apadrinhado por Joaquim Neves de Queiroz e Cristina Maria da Conceição¹⁶⁷. Quanto a Joaquim, sabemos que ele era neto do falecido senhor, mas, sobre Cristina, não localizamos qualquer informação. Tendo o neto do

¹⁶⁵ Ibid. loc. cit.

¹⁶⁶ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 1.

¹⁶⁷ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 9v. Conceição era e ainda é um dos sobrenomes mais presentes entre os moradores do Outeiro Redondo.

senhor como padrinho, ao contrário do irmão, Tibúrcio tinha grandes possibilidades de livrar-se da prestação de serviços que lhe obrigaria a permanecer sob tutela até a maior idade?

Nos assentos de batismos pesquisados, houve casos de senhores que desistiram de explorar os serviços dos ingênuos e também abriram mão da indenização. Em janeiro de 1875, no batizado do pardo Antônio, filho da cativa Anastácia, pertencente a Ovídio de Queiroz Neves, observa-se que este senhor havia declarado na guia que “desistia da prestação de serviço e mais favores da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871¹⁶⁸”. Desta mesma maneira, em dezembro de 1875, a senhora Francisca Cândida Neves, sobrinha do capitão Ovídio, no ato do batizado de Demétrio, pardo, filho da escravizada Gertrudes, também fez constar que estava abdicando de tais direitos¹⁶⁹. Assim, fez o capitão Constantino Vieira Tosta, proprietário do Engenho Capivari da Passagem, na ocasião do batismo de Rufiniano, pardo, filho de sua cativa Francisca, em novembro de 1878¹⁷⁰.

Não sabemos se esse comportamento representava uma prática entre os senhores do distrito ou se tratava de especificidades de um ou de outro proprietário. As pesquisas empíricas têm constatado que grande parte dos senhores preferiram os braços dos ingênuos à indenização. Embora em quantidade menor, alguns escravocratas optaram pela indenização. Mas, com esses casos, não podemos observar muita coisa.

Passados quase dois anos, em 9 de novembro de 1876, Benedita, mais uma vez, reapareceu nas folhas dos livros de batismos da paróquia. Desta vez batizou a crioula Rita no dia 25 de dezembro. Nessa ocasião, ela estendeu a rede de solidariedade ao integrar Manoel Vicente, cativo do engenho, e a escravizada Zeferina de Queiroz, propriedade do capitão Francisco de Paula Neves¹⁷¹. Em outubro de 1878 e setembro de 1881, respectivamente, Benedita voltaria a se fazer presente nos assentos. No dia 25 de dezembro de 1878, a ingênuo Benta, com dois meses, recebeu o sacramento e foi apadrinhada por Antônio Ferreira e Benedita Nogueira¹⁷². Em 6 de janeiro de 1882, Benedita emergiu novamente nos registros ao realizar o batismo de Zita, nascida em 13 de setembro de 1881¹⁷³. Naquele acontecimento,

¹⁶⁸ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 8.

¹⁶⁹ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 8v. “Declarou na guia a referida senhora da escrava, que ficava o ingênuo, isento de qualquer condição, tanto em prestação de serviço até a idade de vinte e um anos, como que dispensava a indenização ou apolicias conforme a lei número 2040 de 28 de setembro de 1871”.

¹⁷⁰ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 14v. “Declarou o Capitão que Rufiniano [o ingênuo] ficava, desde a data do seu batismo, livre de qualquer ônus ou obrigação”.

¹⁷¹ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl. 11v.

¹⁷² ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 15.

¹⁷³ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 21.

Jesuíno da Silva Pinto e Vitória Maria da Conceição, livres, moradores daquela redondeza, foram admitidos como padrinhos da ingênuia.

Percebe-se que, com esses batizados, Benedita tornou-se comadre de dez pessoas. Retirando os padrinhos e madrinhas, para os quais não temos demais informações, percebe-se a presença de escravizados, proprietários circunvizinhos e um integrante da família senhorial em sua rede de amizade ou de compadrio. Os laços acionados e adicionados por aquela cativa, durante cerca de dez anos, contabilizados a partir de maio de 1872 a janeiro de 1882, podem ter lhe permitido trilhar caminhos mais independentes das vontades dos senhores. Até o momento, nota-se o quanto os escravizados do engenho e seus vizinhos de senzalas estavam envolvidos no compadrio dos ingênuos.

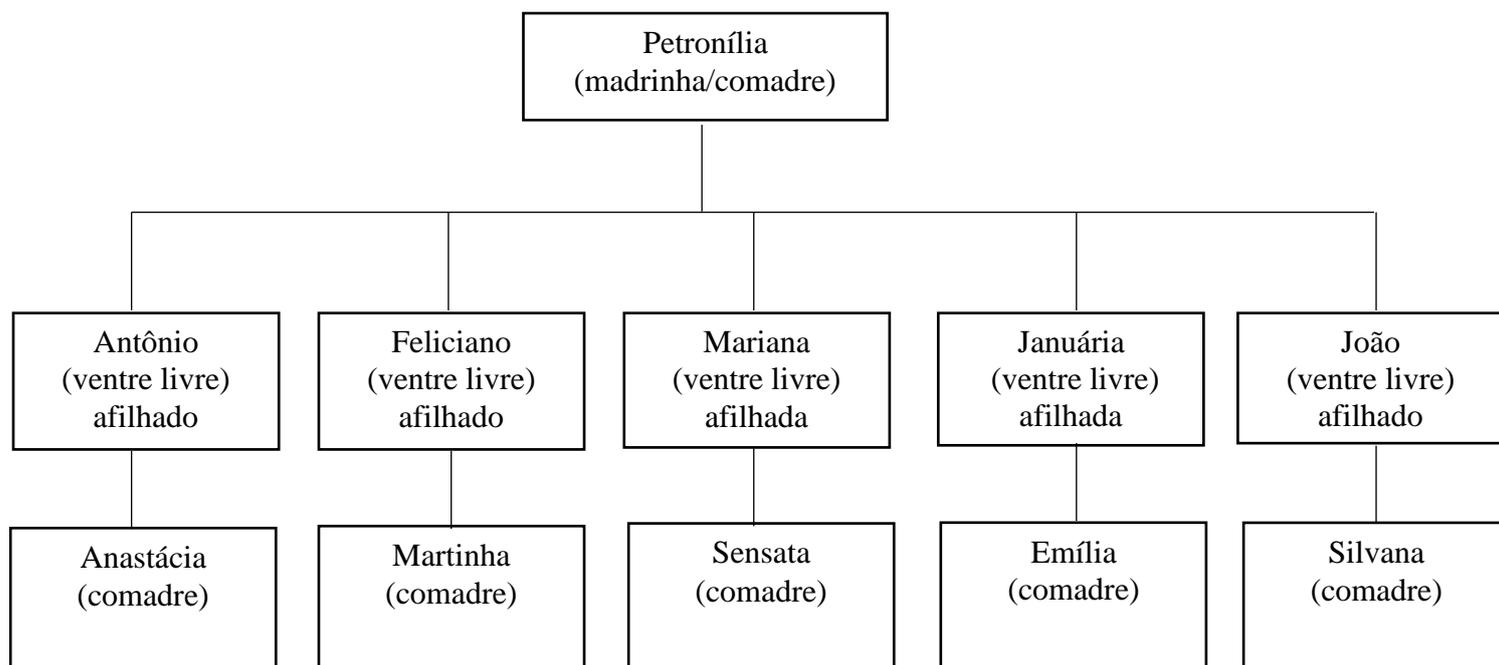
Para além das ligações com o Coqueirinho, a comunidade dos escravizados no Engenho Sinunga se comunicava com as senzalas da Vileta. Em 9 de abril de 1873, Roberta, cativa de Joaquim José de Barros Lordello, concebeu a crioula Mônica. No dia 27 daquele mês, a recém-nascida foi batizada pelas seguintes pessoas: como madrinha a crioula Libânia de Queiroz, cativa do engenho, e como padrinho Luciano José das Neves, possível liberto¹⁷⁴. Mais um indício de compadrio entre pessoas dessa localidade encontra-se no compadrio de Philéas, cabra, nascido em 26 de novembro de 1874, filho da crioula Emília. Ele foi batizado no dia 24 de janeiro de 1875 por Felisberto Fagundes de Queiroz e Clara Tereza Queiroz¹⁷⁵.

Vimos que Luciano José das Neves, Felisberto Fagundes de Queiroz e Clara Tereza Queiroz, pessoas envolvidas nos batizados de ventres livres da fazenda Vileta, carregavam sobrenomes senhoriais em seus nomes. Portanto, a probabilidade de Luciano ser um liberto ou cativo da comunidade do Coqueirinho e por outro lado Felisberto e Clara emergirem do cativo do Sinunga são as mesmas. Nos anos finais do século XIX, era comum encontrar um cativo ou liberto com o sobrenome da família proprietária dessas propriedades.

¹⁷⁴ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 4.

¹⁷⁵ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl.8.

Figura 10 – Rede de compadrio de Petronília, cativa da fazenda Coqueirinho



Em 16 de novembro de 1879, a crioula Emília, da Vileta, ressurgiu na documentação como mãe da recém-nascida Januária, cabra. Nessa ocasião, Cleto Neves da Silva e Petronília batizaram a ingênu. Em 6 de julho de 1880, Modesto, pardo, filho de Leôncia, pertencente à mesma propriedade, recebeu o sacramento na presença do padrinho Antônio Manoel dos Santos e da madrinha Martinha¹⁷⁶. A respeito das referidas madrinhas, sabe-se que, tanto Petronília quanto Martinha integravam às senzalas da fazenda Coqueirinho. Porém, em relação aos padrinhos, as informações colhidas sugerem algo parecido. A vida e condição social de Antônio Manoel dos Santos permanece incógnita, suspeita-se que ele pertença à classe dos lavradores livres. No entanto, Cleto é considerado pela tradição oral como um dos ex-cativos que permaneceram nas imediações do engenho após a abolição. No primeiro capítulo, vimos que o sobrenome é um indicativo de que ele viveu na fazenda Coqueirinho.

Petronília se fez presente em outros arranjos de compadrio. Em 17 de janeiro de 1875, o ingênuo Antônio, pardo, filho de Anastácia, cativa do Coqueirinho, tornou-se seu afilhado. Naquele batizado, Petronília dividiu o compadrio com o liberto Juvêncio de Queiroz. Meses depois, em 1º de novembro, eles apadrinharam outro filho de Martinha: o ingênuo Feliciano, crioulo, nascido em 5 de agosto daquele ano¹⁷⁷. Para abril de 1878 e janeiro de

¹⁷⁶ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl.16v e 18.

¹⁷⁷ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896), fl.8-9.

1883, temos mais informações sobre seu itinerário. Em 14 de abril de 1878, Petronília e Juvêncio batizaram Mariana, parda, filha de Sensata, escravizada, pertencente aos Neves¹⁷⁸. No dia 6 de janeiro de 1883, Petronília tornou-se madrinha do crioulo João, filho de Silvana, cativa do Engenho Sinunga¹⁷⁹.

Entre 1875 e 1883 a escravizada Petronília se fez presente em cinco batizados, nos quais tornou-se comadre das cativas Anastácia, Martinha, Sensata, Emília e Silvana. Vê-se que Petronília vivia na comunidade do Coqueirinho, mas seus laços se estendiam tanto para o Engenho Sinunga quanto para a fazenda Vileta. Ela demonstrou ter boas relações na comunidade onde vivia, pois, três das cinco comadres, eram suas companheiras de senzalas. Nessas propriedades/comunidades, o compadrio parece refletir ou certificar as relações de amizade e de afetividade entre escravizados e libertos.

3.3 Outros aspectos do compadrio

As expectativas em torno da liberdade, em ascensão nas décadas de 1870 e 1880, certamente orientaram as escolhas de padrinhos e madrinhas dos ingênuos. O estudo das relações de compadrio nessas comunidades, como vimos, revela que cativos, libertos e descendentes estavam submersos em extensas redes de sociabilidade internas e externas ao cativo. A prova disso é a variedade de pessoas de condições sociais distintas apadrinhando meninos e meninas cujas mães, diariamente, eram exploradas no trabalho escravizado.

Percebemos que houve uma baixa participação das famílias senhoriais no compadrio dos filhos de suas cativas. Entre as 73 pessoas relacionadas nos assentos de batismos, vê-se que uma pequena parte advinha da casa grande. A tendência desse ritual, no que diz respeito aos homens e mulheres livres, era a inclusão de proprietários circunvizinhos. As contradições entre senhor/padrinho e escravizado/afilhado deve ter impulsionado o alargamento dos laços para além dos limites da propriedade. Por razões que fogem a explicações e mesmo para ampliar as possibilidades de liberdade, a comunidade escravizada frequentemente recorria aos proprietários vizinhos em busca de proteção. Pensando nessa situação, infere-se que, em 29 de setembro de 1872, Quitéria, cativa do Engenho Sinunga, tenha escolhido Manuel Parreira Guedes Junior e Maria Alves de Mello como padrinho e madrinha da parda Ambrosia, nascida

¹⁷⁸ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl.13v.

¹⁷⁹ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl.2.

em 6 de junho¹⁸⁰. Manoel era herdeiro de uma família de proprietários abastados da região de Maragogipe. O matrimônio desse casal contou com a presença de José Inácio da Costa Queiroz e de Ovídio de Queiroz Neves como testemunhas¹⁸¹.

Com esse mesmo intuito, acredita-se que, em dezembro de 1875, a cativa Branca, pertencente à Fazenda Coqueirinho, tenha convidado o casal de proprietários composto por Isidorio Juveniano de Almeida e Hedivalina Augusta de Almeida para batizar Terêncio, ventre livre, com idade de um mês. Com objetivo semelhante, presume-se também que a escravizada Martha, pertencente ao Engenho Sinunga, tenha se tornado comadre de Dacturo Vieira da Costa e Maria Laurinda do Amor Divino, proprietários daquelas imediações¹⁸². Em meio a muitos proprietários de terras, possuidores de diferentes contingentes de escravizados, é possível que, nas épocas de muita atividade na lavoura, os senhores menos abastados tenham alugado cativos aos outros proprietários. Nesses contatos, escravizados de determinada propriedade conviviam com cativos, libertos e livres de outras localidades.

Batismos, matrimônios, crismas e outras celebrações que aconteciam no interior das capelas dos engenhos e nas matrizes das freguesias outrora podem ter demarcado os principais rituais e espaços onde os escravizados formalizavam e/ou fortaleciam os laços externos aos locais onde residiam com seus familiares, bem como adquiriam e admitiam novas sociabilidades. Mas, por outro lado, com pouca ou quase nenhuma expressividade, integrantes da família senhorial, em sua maioria filhos e netos do senhor, tornavam-se comadres e padrinhos dos ingênuos. Separamos alguns casos para análise. Em 26 de outubro de 1875, Rodrigo, cabra, de 5 meses de idade, filho natural da cativa Zeferina, pertencente ao Coqueirinho, foi apadrinhado por Arsênio Neves de Queiroz e Amélia Candida Neves¹⁸³.

Cruzando os registros de batismos com os autos do processo contra a família Queiroz, nota-se que Amélia e Arsênio eram netos da viúva Inácia Maria da Costa Queiroz. Após a morte do avô, em 1873, ele foi mencionado na divisão de um quinhão no valor de 37:963\$109rs que seria usado, inclusive, para a quitação das dívidas¹⁸⁴. No pós-abolição, esse

¹⁸⁰ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1883-1891), fl.1v.

¹⁸¹ Ver assento de casamento de Manuel Parreira Guedes Junior e Maria Alves de Mello: ACMS. Livro de registro de matrimônios (1860-1873), fl. 48v. BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 301-3, localizou duas propriedades de grande porte em Maragogipe que, entre as décadas finais do século XVIII e meados do século XIX, achavam-se sob os domínios dos Guedes, a saber: os engenhos “Sururu” e “Vira-saia”.

¹⁸² ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1883-1891), fl. 9v e 15.

¹⁸³ ACMS. Livro de registro de batismos..., fl. 8.

¹⁸⁴ AFSF. Libelo civil..., op. cit., fl. 69-70.

membro da família Queiroz assumiu a propriedade e era tratado com deferência pelos rendeiros que viviam no engenho¹⁸⁵.

A família senhorial participou de outros batizados na fazenda Coqueirinho e no Engenho Sinunga. Em 27 de dezembro de 1875, Elesbão, cabra, de “um mês e seis dias”, filho de Sensata, tornou-se afilhado de Virgílio Neves de Queiroz e de Maria Augusta Neves de Queiroz, netos do senhor da dita cativa. No dia 26 de dezembro de 1877, Eugênio, preto, filho legítimo do africano Tito de Queiroz e da crioula Romana Maria do Desterro, casados, cativos do engenho, foi apadrinhado por Ernesto de Queiroz Neves e Ana Felícia de Queiroz Neves. Por meio do cruzamento de dados, nota-se que Ana Felícia era filha dos senhores do Coqueirinho¹⁸⁶.

Até aqui pude perceber que as escolhas ou opções feitas pelas mães dos ventres livres ou por seus familiares e amigos, sugere certa proximidade com as constatações feitas por Mattoso e Schwartz. Em termos de filiação, a maioria dos ingênuos foi registrada apenas com a mãe – família parcial – e uma pequena quantidade teve mãe e pai identificados nos assentos de batismo – família nuclear. Sendo assim, a maior parte das famílias mapeadas através dos assentos de batismos referiam-se basicamente a mãe e filho. Mas isso não significa que os pais fossem completamente ausentes na vida cotidiana e familiar.

Os assentos de batismos estudados não informaram a cor de todas as pessoas envolvidas no compadrio. Para os ingênuos, os párocos registraram essa distinção com maior frequência; sazonalmente informavam a cor das genitoras e mencionavam apenas os nomes dos padrinhos e das madrinhas. Essas limitações dificultavam a construção de um desenho mais amplo do compadrio, a exemplo das lógicas que orientaram as escolhas dos compadres e das comadres. A tabela abaixo mostra a distribuição dessas informações.

O primeiro diagnóstico que o leitor atento faria a partir da leitura dos dados da tabela a seguir, seria a quase ausência de cor no que se refere às mães dos nascidos de ventre livre. Vê-se que 77% dessas mulheres tiveram suas cores ocultadas. Em contrapartida, somente 19% dos ingênuos não tiveram a cor registrada.

¹⁸⁵ Sr. Catarino Felício de Jesus. Depoimentos concedidos em 19 de outubro de 2014 e 23 de novembro de 2015

¹⁸⁶ ACMS. Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1883-1891), fl. 9 e 13v.

Tabela 5 - Cor das mães e ingênuos, 1872-1883

Cor	Mães		Ingênuos	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
<i>Cabra</i>	1	4%	7	15%
<i>Crioula</i>	2	7,5%	9	19%
<i>Parda</i>	2	7,5%	13	28%
<i>Preta</i>	1	4%	9	19%
<i>Não consta</i>	20	77%	9	19%
<i>Total</i>	26	100%	47	100%

Fonte: ACMS. Livros de registro de batismos (1872-1896; 1883-1891).

Em *Das cores do silêncio*, Hebe Mattos discute como o registro das cores passou por profundas mudanças na segunda metade do século XIX. Para Mattos, “negro” e “preto” eram designações que remontavam à condição atual ou passada de escravizado, e “brancos” e “pardos” demarcavam a condição de homens livres¹⁸⁷.

O crescente processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, à perda da cor de ambos. Não se trata necessariamente de branqueamento. Na maioria dos casos, trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo ‘negro’ continue sendo sinônimo de escravo, e também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava¹⁸⁸.

O sumiço das cores/etnias e o não registro da filiação das cativas nos assentos de batismos, implica, sobretudo, na impossibilidade de localização das gerações de crioulas entre as mães dos ingênuos. Para os senhores, o que interessava mesmo era comprovar que as crianças vinham de ventres cativos¹⁸⁹. Com isso, torna-se insustentável tentar atribuir qualquer conclusão às origens étnicas dessas cativas, sem que, antes, faça-se o cruzamento de

187 MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª.ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 102-105.

188 Ibid., p. 107.

189 Para MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 166, a família escrava era, essencialmente, família parcial. “Os inventários *post mortem* nada revelam sobre o estado civil dos escravos recenseados, embora sejam prolixos em outros dados, como a descrição de suas aptidões, de seus eventuais defeitos físicos, de sua idade aproximada e de seu país de origem. Casamentos entre escravos existiam, mas eram tão raros que escaparam a toda documentação que pude consultar. [...]”.

dados variados. No entanto, para os ingênuos, 28% são identificados como pardos, 15% como cabras; crioulos e pretos, juntos, somaram cerca de 38% dos assentados.

Refletir sobre a quantidade de pardos e cabras (mestiços) entre os ingênuos poderia nos colocar diante de alguma conexão com os pais? Ainda, sim, continuaremos sem resposta, pois os genitores dos ventres livres poderiam ser oriundos das mesmas comunidades onde mãe e filho se encontravam ou moradores de localidades da vizinhança. Afinal, a omissão de filiação paterna nos registros de nascimentos ou de óbitos dos ventres livres nem sempre traduzia a completa ausência do pai na vida familiar daqueles indivíduos.

Vimos, anteriormente, que Martinha e sua família residiam na fazenda Coqueirinho. Entre agosto de 1875 e fevereiro de 1880, a escravizada concebeu três filhos naturais: Feliciano, nascido em 5 de agosto de 1875; Damião, nascido em 22 de outubro de 1877; e Jovino, nascido no dia 8 de fevereiro de 1880. Os laços familiares e sociais que envolviam Martinha e seus entes se interligavam com outras comunidades, pois, escravizados e libertos residentes em propriedades vizinhas, a exemplo de Juvêncio de Queiroz, participaram do compadrio dos meninos naqueles anos.

Analisando os livros de registros de matrimônios e nascimentos do Outeiro Redondo, após uma década da abolição, concluí que o pai do ventre livre Jovino era Emídio Francisco Neves¹⁹⁰. É possível que os três meninos fossem seus filhos, por conta de que Feliciano também o era¹⁹¹. Mas, afinal, quem era Emídio? Pelo seu sobrenome, suspeita-se que ele tenha sido um dos ex-cativos do Coqueirinho, lugar onde certamente constituiu família ao lado de Martinha. Nas décadas de 1870 e 1880, Emídio devia se encontrar em liberdade.

O cruzamento de informações colhidas de fontes variadas, produzidas em épocas distintas, tem se revelado um bem-sucedido instrumento metodológico capaz de desvendar diversos aspectos da vida dos indivíduos e grupos familiares. Com essa discussão, vê-se que as narrativas contadas no tempo presente se conectam com as histórias da escravidão e da liberdade. Nas comunidades formadas a partir da permanência de libertos ou com o desmembramento de imóveis oitocentistas, os moradores rememoram nomes de familiares, os quais, nas últimas décadas de cativo, viviam como cativos naquelas localidades.

¹⁹⁰ ACMS. Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1898-1915), fl. 22v.

¹⁹¹ CRCOR. Livro de registro de nascimentos do Outeiro Redondo (1914-1916), fl. 13 e 13v.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos que compõem esta dissertação, busquei demonstrar que o Quilombo se originou da comunidade de senzala do Engenho Sinunga. Aliás, no Outeiro Redondo, muitos povoados nasceram, cresceram e se expandiram no interior de propriedades nas quais indivíduos e grupos familiares viveram a experiência da escravidão. A comunidade dentro da propriedade; esta foi a realidade vivenciada pelas famílias dos libertos que permaneceram trabalhando nas fazendas e engenhos desse distrito, sobretudo nas primeiras décadas do pós-abolição. As tradições orais presentes nessas localidades enfatizaram que ex-cativos e emigrados do Agreste baiano buscaram essas terras, bem como deram sentido à continuidade das relações comunitárias construídas desde os tempos do cativo.

Ao cruzarmos os assentos de batismos, nascimentos, casamentos e demais fontes apurei que os cativos da comunidade do engenho constituíram laços de compadrio e de afetividade com as senzalas das propriedades vizinhas. Averiguamos, ainda, que libertos e proprietários vizinhos também fizeram parte dessa rede. Isso revela o grau de proximidade entre as mulheres, homens e crianças de cor desses lugares. Nas décadas posteriores ao fim da escravidão, indivíduos e grupos familiares egressos do cativo emergiram como moradores dessas mesmas propriedades ou das vizinhanças.

Na comunidade do Quilombo ainda se encontra diversas gerações da família do liberto “Santiago”, apelidado de “Tilaga”, “cor escura”, estatura “baixa”, usava “chapéu de palha”¹⁹². Por meio dessa descrição, o lavrador Catarino rememorou o avô que viveu no Engenho Sinunga. Catarino, talvez, seja o último morador vivo que conheceu o ex-cativo, pois ainda conviveu com ele na infância. Parte considerável das pessoas que residem nessa localidade tem parentesco com esse e outros personagens que viveram a escravidão.

Da mesma maneira que esse narrador se recorda das histórias de sua família, as memórias contadas por outros moradores nos remeteram aos últimos anos da escravidão e às décadas subsequentes à abolição. Em meio às lembranças e esquecimentos, as imediações do Sinunga despontam como um contexto geográfico, sede de localidades formadas por escravizados, libertos e suas parentelas. Nesse campesinato, até meados do século XX, predominava a prática do arrendamento. Esse sistema funcionava da seguinte maneira: o trabalhador rendeiro lavrava sua própria subsistência em uma propriedade qualquer, mas, em

¹⁹² Sr. Catarino Felício de Jesus. Depoimento concedido em 17 de setembro de 2011.

compensação, tinha que pagar a renda ao proprietário. A forma mais comum ainda é o chamado “dia de renda”, prestação de serviços do rendeiro ao arrendatário¹⁹³.

As recordações do cativo demarcam o tempo presente e as identidades das comunidades negras contemporâneas. Depois de uma série de questionamentos e embates, a comunidade do Quilombo e outras povoações do Outeiro Redondo se autodeclararam remanescentes de quilombo. Os moradores dessas comunidades, amparados pelo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto 4887/03, deram entrada no pedido de certificação e titulação de suas terras¹⁹⁴. Nessa medida, esta pesquisa também busca contribuir com o processo de autoafirmação, pois as memórias do cativo, abolição e pós-abolição se configuram como questões relevantes no contexto de compreensão e construção de identidades.

Portanto, ao proporcionar isso, devemos entender que as lutas pela liberdade e cidadania permanecem nos dias atuais sob diferentes perspectivas. Uma dessas faces, sem dúvida, é a batalha pela terra ou pelo direito de continuar morando, plantando e colhendo nos solos onde se viveu por gerações. Os escravizados preservaram e (re) inventaram suas próprias marcas culturais, engendraram projetos de vida, sonharam, perceberam, agiram e reagiram cotidianamente à escravidão.

¹⁹³ Sra. Jovina dos Santos. Depoimento concedido em 23 de outubro de 2010; Sra. Sabina Maria dos Santos, falecida. Depoimento concedido em 18 de dezembro de 2008.

¹⁹⁴ Sobre comunidades negras e suas lutas pela certificação/delimitação territorial, cf. MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. *Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacu – BA*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 19-21; OLIVEIRA, Rosy de. *O Barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010, p. 57-60; SILVA, Valdélino Santos. “Rio das Rãs à luz da noção de Quilombo”. *Afro-Ásia*, n.º. 23, 1999, p. 267-95.

FONTES

Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador:

Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1855-1866).

Livro de registro de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1869-1872).

Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1872-1896);

Livro de registro de batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1883-1891).

Livro de registros de óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1876-1915);

Livro de registro batismos da freguesia do Outeiro Redondo (1863-1874).

Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1890-1898).

Livro de registro de matrimônios da freguesia do Outeiro Redondo (1860-1873)

Arquivo do Fórum de São Félix:

Libelo civil contra os herdeiros de Fernando José de Queiroz, CX: 01, Juiz de Órfão da Cidade da Cachoeira – “Autuação de procuração a fim de ser interrogados os ingênuos Lourenço e Joaquim” (1888), CX: 1 – documento avulso;

Petição para entrega do menor Argemiro (1888), Juiz de Órfão da Cidade da Cachoeira – documento avulso.

Cartório de Registro de Imóveis de São Félix:

Livro de registro de escrituras, nº 47 (1860-1880);

Livro de registro de imóveis da Comarca de São Félix, nº 3, (1890-95).

Cartório Civil do Outeiro Redondo:

Livro de registro de nascimentos da freguesia do Outeiro Redondo (1877-1883);

Livro de registro óbitos da freguesia do Outeiro Redondo (1877-1883).

Livro de registro óbito do distrito do Outeiro Redondo, nº 7.

Livro de registro de nascimentos do distrito do Outeiro Redondo (1904-1909).

Livro de registro de nascimentos do distrito do Outeiro Redondo (1913-1914).

Livro de registro óbitos do distrito Outeiro Redondo, nº 7, fl. 19.

Livro de registro de nascimentos do distrito do Outeiro Redondo, nº 4 (1930-1934).

Cartório de Registro Civil de São Félix:

Livro de registro de nascimentos de São Félix, nº 17, fl. 203.

OUTROS DOCUMENTOS:

Coleção de Leis do Império – Atos do Poder Legislativo (1833). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 9 de maio de 2014.

Censo de 1872. Disponível: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em 10 de julho de 2014;

Censo de 1890. “Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890”. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em: 29 de março de 2015, p. 23.

Lei nº. 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>>. Acesso em: 6 de junho de 2015.

FONTES ORAIS:

Sra. Militana Vila Verde do Nascimento (*in memoriam*). Depoimentos concedidos em 23 de novembro de 2007 e 14 de agosto de 2010;

Sra. Crisantina Queiroz. Depoimento concedido em 09 de novembro de 2007;

Sra. Sabina Maria dos Santos (*in memoriam*). Depoimento concedido em 18 de dezembro de 2008;

Sra. Jovina dos Santos. Depoimento concedido em 23 de outubro de 2010;

Sra. Maria Alta Neves dos Santos. Depoimento concedido no dia 24 de novembro de 2007;

Sr. Catarino Felício de Jesus. Depoimentos concedidos em 17 de setembro de 2011, 19 de outubro de 2014 e 23 de novembro de 2015;

Sra. Nair de Queiroz Silva (*in memoriam*). Depoimentos concedidos em 7 de novembro de 2007 e 17 de setembro de 2010;

Sra. Leonilda Maria da Silva. Depoimentos concedidos em 5 de julho de 2010, 22 de maio de 2014, 14 de janeiro e 12 de dezembro de 2014;

Sra. Margarida Pinto (*in memoriam*). Depoimento concedido em 20 de maio de 2011

Sr. Antônio Barros. Depoimento concedido em 20 de maio de 2011;

Sra. Maria Lúcia dos Santos. Depoimento concedido em 30 de março de 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos libertos: estratégia de sobrevivência familiar em época de transição, 1871-1895*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002.

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África. I: metodologia e pré-história da África*. 2ª.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212;

BARICKMAN, Bert Jude. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, *Afro-Ásia*, nº. 21-22, (1998-1999), p. 177-237.

_____. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª.ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-91.

BRITO, M. Silveira. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: Educs, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. A brecha camponesa no sistema escravista. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 133-154.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOUL, Pierre. *A invenção do cotidiano II: morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

_____. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8ª.ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 149-64.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, 1ª.ed., São Paulo, Expressão Popular, 2005.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006

_____. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo bahiano após a Abolição*. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

_____. O 13 de maio e as celebrações da Abolição na Bahia (1888-1893). In: PIRES, Antonio Liberac Cardoso S. & OLIVEIRA, Rosy de (Orgs.). *Olhares sobre o mundo negro: trabalho, cultura e política*. Editora Progressiva, 2010, p. 329-51.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 169-78.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flávio. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

_____. & MACHADO, Maria Helena P. T. Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo). In: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 69-96.

_____. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF. *Memória e História*. 4ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-82.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª. Ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: RUCITEC, 1978.

_____. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16 (mar./ago. 1988).

_____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. *Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacu – BA*. São Paulo: Annablume, 2009.

MUNANGA, Kabengele. “Origem e histórico do quilombo na África”. *Revista USP*, São Paulo (28): 56-63, dezembro/fevereiro 95/96.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. “*Terra de Macumbeiros*”. *Redes de sociabilidades africanas na formação do Candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix - Bahia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, nº. 24, 2000, p. 97-128.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “*Viver por si*”, *viver pelos seus*: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, n. 10, São Paulo, 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Rosy de. *O Barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: AN, IHGB, 1979.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Migrações internas: resistência e conflitos (1872-1920)”. *Caderno Estudos Sociais*. Recife: v.8, n.2, (jul/dez. 1992), 235-260.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricas*, vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15;

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricas*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

_____. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, Dezembro/Fevereiro 95/96.

_____. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. REIS, João José & GOMES, Flávio (Orgs.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-72.

RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no Sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2001, p. 263-292.

SILVA, Valdélcio Santos. “Rio das Rãs à luz da noção de Quilombo”. *Afro-Ásia*, nº. 23, 1999, p. 267-95.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Histórias do Cafundó. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 37-103.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia*. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888-1930). Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Ione Celeste J. de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870-1890*. Tese (Doutorado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____. Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios: tutelas e soldas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870-1900. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 189-210.

_____. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África. I: metodologia e pré-história da África*. 2^a.ed. rev. Brasília, p. 139-66

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.